

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONTINENTES

Revista de Geografia -- Departamento de Geociências

Ano 2, N.º 3, Jul./ Dez. 2013



CAPA

Estádio Jornalista Mário Filho em reforma para a Copa do Mundo e Jogos Olímpicos (novembro de 2011) e depois de sua reabertura (novembro de 2013).

Com gasto total de R\$ 1,192 bilhão nas obras, o Novo Maracanã foi privatizado em maio de 2013.

“Atualmente, realizar megaeventos esportivos implica a articulação de complexo concerto logístico e ampla coalizão política. Para conquistar o direito de se tornar provisoriamente o grande ‘centro midiático global’, as cidades se esmeram na construção de projetos fabulosos, com inquestionável poder de transformação sobre os espaços onde são realizados”. Gilmar Mascarenhas, *Londres 2012 e Rio e Janeiro 2016*, p. 53.

CONTINENTES

Revista de Geografia – Departamento de Geociências

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

– História do Pensamento Geográfico –

– Epistemologia da Geografia –

– Geografia Urbana –

– Geografia Econômica –

– Climatologia –

– Análise Geoambiental –

Ano 2, N.º 3, Jul./ Dez. 2013

CONTINENTES

Revista de Geografia – Departamento de Geociências

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ano 2, N.º 3, Jul./ Dez. 2013

[http://r1.ufrrj.br/revistaconti/
continentes@ufrrj.br](http://r1.ufrrj.br/revistaconti/continentes@ufrrj.br)

CONTINENTES: Revista de Geografia da UFRRJ

Revista Semestral – Jul. / Dez. 2013, Ano 2, número 3.

ISSN 2317-8825

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Agronomia – Departamento de Geociências

Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado)

Reitor: Professora Ana Maria Dantas Soares

Vice-Reitor: Professor Eduardo Mendes Callado

Diretor do IA: Antonio Carlos de Souza Abboud

Chefe do DEGEO: Alexis Rosa Nummer

Coordenadora do Curso de Geografia: Regina Cohen Barros

Coordenação Editorial:

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Coordenação Técnico-Executiva:

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Editorial:

Ambrosina H. G. Pascutti (DEGEO-UFRRJ)

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Andréa Carmo Sampaio (DEGEO-UFRRJ)

Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ)

Francisco Carlos de Francisco (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Gustavo Mota de Sousa (DEGEO-UFRRJ)

Jader de Oliveira Santos (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Lirian Melchior (DEGEO-UFRRJ)

Maria Hilde de Barros Goes (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Regina Cohen Barros (DEGEO-UFRRJ)

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Científico:

Ana Maria Lima Daou (UFRJ)

Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)

Clarice Cassab (UFJF)

Denizart Fortuna (UFF)

Cleber Marques de Castro (UERJ; PUC-RJ)

Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN)

Eduardo Vedor de Paula (UFPR)

Eustógio Wanderley C. Dantas (UFC)

Federico Ferretti (Univ. de Genebra)

Florian José Godinho de Oliveira (UERJ)

Gilmar Mascarenhas de Jesus (UERJ)

Hector Mendoza Vargas (UNAM)

Helena Pina (Univ. do Porto)

Jerusa Vilhena de Moraes (UNIFESP)

Jorge Soares Marques (UERJ)

Juliana Menezes (UFF)

Jurandyr Ross (USP)

Leonardo Arantes (UFF)

Luciano Ximenes Aragão (UERJ/FEBF)

Luís Ângelo dos Santos Aracri (UFJF)

Marco Antonio Sampaio Malagodi (UFF)

Marcos Antônio Silvestre Gomes (UFF)

Maria do Socorro Bezerra de Lima (UFF)

Marisa Silva Amaral (UFU)

Paul Claval (Sorbonne – Paris IV)

Rodrigo Hidalgo Dattwyler (PUC-Chile)

Rodrigo Teixeira (PUC-MG)

William Ribeiro da Silva (UFRJ)

SUMÁRIO

1 EDITORIAL

ARTIGOS

7 *A Criação dos Annales de Géographie (1891)
Estratégia Universitária e Geografia Humana*
Marie-Claire Robic

31 *A Geografia de Pierre George e a Questão Ambiental:
Considerações Iniciais*
Felipe de Souza Ramão

52 *Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016:
Conceito e Realidade na Produção da Cidade Olímpica*
Gilmar Mascarenhas

73 *Segregação Social e Mercados Habitacionais nas Grandes Cidades*
Jesus Leal Maldonado

98 *Avaliação dos Empreendimentos CSA e Comperj,
a partir da Modelagem Atmosférica*
Heitor Soares de Farias

POSIÇÕES:

116 *As Manifestações de Junho de 2013*

RESENHA

143 *A Geografia de Paul Vidal de La Blache:
Releituras da História do Pensamento Geográfico*
André Fialho Abrantes Pinheiro
Lara D'Assunção dos Santos

SUMMARY

1 EDITORIAL

ARTICLES

- 7** *The Founding of Annales de Géographie (1891):
Academic Strategy and Human Geography*
Marie-Claire Robic
- 31** *The Geography of Pierre George
and the Environnement Question: Firsts Considerations*
Felipe de Souza Ramão
- 52** *London 2012 and Rio De Janeiro 2016:
Concept and Reality in Production of Olympic City*
Gilmar Mascarenhas
- 73** *Social Segregation and Housing Markets in Great Cities*
Jesus Leal Maldonado
- 98** *Evaluation of the Location of CSA and COMPERJ Projects,
from Atmospheric Modeling*
Heitor Soares de Farias

POSITIONS:

- 116** *The Manifestations of June 2013*

REVIEWS

- 143** *The Geography of Paul Vidal de La Blache:
Rereading the History of Geographical Thought*
André Fialho Abrantes Pinheiro
Lara D'Assunção dos Santos

SOMMAIRE

1 **EDITORIAL**

ARTICLES

7 *La Création des Annales de Géographie (1891):
Stratégie Universitaire et Géographie Humaine*
Marie-Claire Robic

31 *La Géographie de Pierre George et la Question Environnementale:
Considérations Préliminaires*
Felipe de Souza Ramão

52 *Londres 2012 et Rio de Janeiro 2016:
Concept et Réalité dans la Production de la Ville Olympique*
Gilmar Mascarenhas

73 *Ségrégation Sociale et Marchés de l'habitation dans les Grandes Villes*
Jesus Leal Maldonado

98 *Évaluation de la Localisation des Entreprises CSA et COMPERJ
à partir de la Notion de Modelage Atmosphérique*
Heitor Soares de Farias

POSITIONS:

116 *Les Manifestations de Juin 2013 au Brésil*

COMPTES-RENDUES

143 *La Géographie de Paul Vidal de la Blache:
Relectures de l'histoire de la Pensée Géographique*
André Fialho Abrantes Pinheiro
Lara D'Assunção dos Santos

EDITORIAL

Coordenação Editorial

Nos últimos meses, presenciamos fatos, no Brasil e no Mundo, que exigiram repensar diferentes categorias e dimensões analíticas. Por vezes, as interpretações ditas hegemônicas sobre estes fatos foram carregadas de representações simplificadoras e estereotipadas. No entendimento da multiplicidade social existente, é necessário marcar uma posição reflexiva.

Por isso, *Continentes – Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ* – vem marcar sua **posição** neste terceiro número!

Usado comumente nos estudos da geopolítica, o termo posição sempre trouxe como referência a ideia de “lugar estratégico”, seja como ponto de defesa, ataque e “estudo” das diferentes circunstâncias. Em obras clássicas como “*A arte da guerra*”, de Sun Tzu [Século IV a. C.], o reconhecimento do sítio (ou terreno) só é possível diante de uma tomada de posição para entender onde se situam os embates, as disputas e as referências da luta. Na concepção mais alargada, o vocábulo posição está relacionado a uma postura ou atitude. A posição é tomada aqui como uma *ação*, que por sua vez é motriz das forças relacionais que impulsionam a criação e a diferenciação, e fornece uma condição ímpar para ver o mundo para além das aparências.

A Revista *Continentes* quer ir além dos “objetos”, quer refletir sobre as ações que os posicionam no mundo! Os artigos que compõem o terceiro número desta revista destacam-se na avaliação de ações que posicionam demandas epistêmicas, políticas, econômicas, sociais e culturais.

Neste ensejo, o primeiro artigo, de autoria de Marie-Claire Robic, publicada originalmente na *Documents d’analisi geográfica*, apresenta a importância da revista *Annales de Géographie*. Ao destacar a relevância histórica e intelectual dos “*Annales de Géographie*”, a autora situa os embates no campo intelectual da geografia e a importância desta revista para posicionar um campo acadêmico, uma vez que a própria criação da revista marcava uma ruptura com as antigas sociedades geográficas,

e consolidava uma certa correspondência intelectual com o criadores da revista, sobretudo aqueles oriundos da *École Normale Supérieure* [Escola Normal Superior], sob forte influência da produção de Paul Vidal de La Blache. No dizer de Emmanuel de Martonne, resgatada pela autora no texto, “os *Annales* quiseram ser como que o espelho da geografia”, algo como a marca da posição da geografia que estava sendo institucionalizada na academia.

O segundo artigo, de autoria de Felipe Ramão, destaca a importância do posicionamento intelectual de Pierre George sobre a temática ambiental, complementando, assim, a relevância da geografia francesa. Salientando a trajetória de um autor que fez parte da formação e influenciou geógrafos em diferentes partes do mundo [no Brasil, no Canadá e no México], o texto destaca nas entrelinhas como a conjuntura histórico-geográfica dos anos 1970-1980 está diretamente associada ao pensamento de George. Os escritos sobre a questão ambiental, de certa forma, demonstram o posicionamento dele frente às questões de seu tempo.

Em seguida, o texto de Gilmar Mascarenhas apresenta as diferenças e similaridades do projeto olímpico de Londres 2012 com o que ocorrerá no Rio em 2016. O autor destaca que as repercussões e transformações no cenário urbano, relacionadas à execução dos megaeventos esportivos promovem uma singela, mas voraz, performance do capital que agencia as grandes corporações em nome da “festa”, sepultando os mais pobres, aprofundando a segregação na cidade, por vezes esqueteando-a. Salientamos que os estudos que tematizam a “Cidade Olímpica” são importantes no posicionamento e apreensão de fenômenos e, segundo o autor, envolvem temas como “*globalização e guerra dos lugares, movimentos sociais e territorialidades, cidadania e gestão urbana, city marketing*”.

Neste mesmo sentido, a tradução do texto de Jesus Leal Maldonado, publicado originalmente *Revista Española de Sociología*, indica um ponto preciso de reflexão sobre a produção contemporâneo do urbano. A segregação é chave na reflexão do autor que infere especialmente sobre os mercados habitacionais, demonstrando como este a potencializa. Não se trata apenas da separação do mais pobre, mas a constituição de enclaves de riqueza e gentrificação de parcelas da cidade. Para o autor

é necessário ultrapassar a noção de que os processos segregacionais que “se relacionam com as diferenças de renda passa pela diferenciação dos preços das moradias”. Por isso, sua posição indica o resgate da avaliação do ato político dos agentes imobiliários e do Estado na produção desigual do espaço das cidades, cada vez mais recheados de lutas.

O último texto que compõe a seção de artigos, de Heitor Soares de Farias, destaca o papel do sistema atmosférico atuante no Rio de Janeiro, apontando sua influência da trajetória de poluentes. O texto destaca possibilidades de apreensão na área da climatologia e que pode ser usado para balizar e posicionar as lutas contra esses grandes projetos. Ao afirmar que os “empreendimentos trazidos para alavancar a retomada econômica do Rio de Janeiro - CSA e COMPERJ - estão localizados em áreas com potencial para concentrar poluentes”, o autor indica aproximações entre elementos físicos e humanos na análise dos riscos ambientais no campo da geografia. Neste sentido, os novos empreendimentos econômicos em execução na Região Metropolitana do Rio, por vezes provedores de ideologias de desenvolvimento, são aqueles que corroboram para ampliar as injustiças socioambientais, alcançando em maior grau as áreas segregadas e mais pobres da Região Metropolitana.

Em seguida a *Continetes* apresenta uma nova seção intitulada **Posições**. Esta seção buscará apontar considerações e impressões sobre diferentes temas contemporâneos. A forma textual desta parte da revista é “um pouco mais livre” da redação eventual de artigos, permitindo uma maior abertura para que o autor possa expressar suas reflexões, posições e angústias sobre uma determinada temática.

Posições é inaugurada com três textos, concebidos pelos editores desta revista. Tem como principal ponto os seus posicionamentos frente às manifestações que marcaram o cenário urbano-político-social brasileiro em junho de 2013. Embora tratem da mesma temática, os textos se orientam de maneiras diferentes, contudo complementares. Superam as afirmações estereotipadas ao abordar de diferentes ângulos, e de forma contundente, as Manifestações. Os referidos textos buscam se posicionar, quase numa condição estratégica, na tentativa de visualizar esse terreno, por vezes nebuloso, e tecer críticas a partir de alguns pressupostos analíticos.

O primeiro texto traz as posições de Guilherme Ribeiro, que atribui à cidade um novo protagonismo nas lutas sociais. Na leitura do autor, a cidade deve ser entendida como forma e conteúdo, e em sua máxima complexidade, que não cessa em reivindicações partidárias, mas na luta por direitos que contemplariam demandas deste “novo” Brasil urbano-metropolitano. Num país cujas bases de representação política ruíram, segundo o autor, estas manifestações indicam críticas *“contra a corrupção, o desvio de dinheiro público, os altos salários, as benesses, os acordos espúrios, a politicagem, o privilégio quase senhorial conferido aos deputados e senadores”*, que são alinhavadas com o empobrecimento das cidades, da segregação e da “i-mobilidade” que priva viver a cidade por inteiro.

No mesmo tom de crítica, Maurilio Botelho abre seu texto descontruindo mitos acerca das manifestações, asseverando a necessidade de ultrapassar o “senso comum” imposto – seja pelas grandes mídias, seja pela difusão de discursos das elites políticas brasileiras –, ou mesmo contido em avaliações prematuras de indivíduos e personalidades políticas, que deslocam os pontos fulcrais das manifestações. Para o autor, *“as manifestações foram uma síntese da complexidade social brasileira”*, incutindo uma gama de demandas sociais, econômicas, políticas e culturais, para além de um movimento de “classe média”. O autor destaca como foi apresentada a imagem da mobilização, falseada ou deslocada da realidade. Falseamento exposto em “bordões” amplamente difundidos que remetem a ideias como as *“manifestações não são feitas por pobres”*, *“os jovens que lutam no Brasil tem emprego”*, e *“as lutas apartidárias caminham para um fascismo”*. Ao desconstruir tais discursos ditos hegemônicos, o autor enfatiza a importância da retomada da discussão da atual realidade política e econômica brasileira no contexto da sociedade da mercadoria.

O último texto que compõe a seção é de Leandro Dias de Oliveira, que vem pontuar os desafios da democracia brasileira. Tais desafios são oriundos de uma temporalidade específica que, ao mesmo tempo emanando demandas populares no que toca a mobilidade urbana, revelam também um certo descontentamento sobre os grandes eventos esportivos, que tomam de assalto cidades brasileiras e deixam às claras as formas de expropriação do bem público pela elite política profissional no Brasil.

Destacamos sua *posição* sobre a “*ideologia da classe média*”, sempre fundamentada em privilégios, que se distanciou da arena política sobretudo por que seus cânones não foram tocados [em especial a propriedade privada]. Como pensar sua politização? Para o autor essa classe média “*não é somente a melhoria de vida dos trabalhadores, mas a sua ruptura enquanto entendimento de classe*”. Está claro que o seu descolamento da ideologia dos trabalhadores é um fato histórico no país, quem sabe um dos maiores impasses para uma retomada da política de cunho popular. São necessárias críticas e uma ação diante das grande mídias, que corroboram para a massificação dessa ideologia “classe média”, que mina e coloca em frangalhos qualquer movimento alternativo que deixe de passar pelo seu crivo.

Finalizando este número, temos na seção de resenhas o texto de André Fialho Abrantes Pinheiro e Lara D’Assunção dos Santos sobre livro “*Vidal, Vidais - Textos de geografia humana, regional e política*”. Destacamos a forma como os autores pontuam a importância desta obra que convida a “ler Vidal” de forma diferente. A leitura dos textos permite ver um Vidal que se *posiciona*, desconstruindo os mitos de que se tratava de uma “ciência asséptica”: “a geografia em Vidal” tomava posições no contexto da política Francesa. Daí a importante retomada de um dos grandes nomes da história do pensamento geográfico. Retomar a este clássico é fundamental! Em consonância com as leituras feitas nos outros textos contidos no presente número, a resenha vem demonstrar o quanto é necessário refletir sobre o campo epistêmico e político, para que façamos da produção intelectual um diferencial, capaz de marcar nossa posição no mundo.

[Por André Santos da Rocha]

ARTIGOS

A CRIAÇÃO DOS ANNALES DE GÉOGRAPHIE (1891)

Estratégia Universitária e Geografia Humana*

Marie-Claire Robic**

Resumo: Dentre as revistas engendradas durante o período de entusiasmo dos anos 1870-1890, os *Annales de Géographie* são uma das poucas na França que ainda persistem. Durante cerca de um século, os *Annales* traduziram a vitalidade da “Escola francesa de geografia”, ainda que novas revistas nacionais animem os debates em nossa disciplina desde os anos setenta. A criação dos *Annales de Géographie* é consequência de uma estratégia de ruptura com os lobbies ligados às sociedades de geografia e aos interesses econômicos e militares. A revista contribuiu de maneira decisiva para a institucionalização da geografia universitária, cujo objetivo, no contexto da Terceira República, era tanto científico quanto pedagógico. Os *Annales de Géographie* e o grupo de *normaliens* que, ao redor Vidal de la Blache, apoiaram o periódico, também foram inovadores graças à invenção da “geografia humana” e da dualidade geografia física-geografia humana.

Palavras-chave: *Annales de Géographie*; Escola de Geografia; França; Paul Vidal de la Blache; História do Pensamento Geográfico.

THE FOUNDING OF ANNALES DE GÉOGRAPHIE (1891): ACADEMIC STRATEGY AND HUMAN GEOGRAPHY

Abstract: *Annales de Géographie* is one of the rare periodicals left from the time of geographical enthusiasm in the 1870s-1890s. The journal has illustrated for almost a century the vitality of the “French geographical school”; during the last twenty years, new French serials have animated the debates in the field.. The founding of *Annales de Géographie* is result of a strategy to break away from the lobbies linked to geographical societies and to economic and military

* Traduzido da versão em espanhol publicada em *Documents d'anàlisi geogràfica*, 22, pp. 47-64, 1993, a quem agradecemos a autorização da publicação em português. Uma vez que cotejamos a versão em espanhol com o original em francês, também rendemos nossos agradecimentos à autora do artigo, professora Marie-Claire Robic, pelos esclarecimentos no tocante às conotações de alguns vocábulos em francês. Tradução: Lara D'Assunção dos Santos (Formanda do curso de Geografia da UFRRJ e integrante do LAPEHGE) e Guilherme Ribeiro (LAPEHGE/UFRRJ). Este trabalho insere-se nas atividades do Laboratório Política, Epistemologia e História da Geografia, coordenado pelo professor Guilherme Ribeiro, e contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Fundação de Apoio à Pesquisa da UFRRJ.

** Diretora Emérita de Pesquisa do Centre National de Recherche Scientifique (CNRS). Equipe Épistémologie et Histoire de la Géographie (EHGO), UMR Géographie-cités, Paris.

interests. The periodical has contributed in a decisive manner to the institutionalization of an academic geography whose purpose was, in the context of Third Republic, both scientific and pedagogic. The *Annales de Géographie* and the group of scholars from the *Ecole normale supérieure* that supported the journal around Vidal de la Blache were also innovative by the invention of “the human geography” and of the duality between physical and human geography.

Keywords: *Annales de Géographie*; Geography; France; Paul Vidal de la Blache; History of Geographical Thought.

LA CRÉATION DES ANNALES DE GÉOGRAPHIE (1891): STRATÉGIE UNIVERSITAIRE ET GÉOGRAPHIE HUMAINE

Résumé : Les *Annales de géographie* sont l'une des rares revues qui subsistent en France de la période d'engouement géographique des années 1870-1890. Elles ont traduit pendant près d'un siècle la vitalité de l'«Ecole française de géographie» ; depuis les années 1970, de nouvelles revues nationales animent les débats dans la discipline. La création des *Annales de géographie* relève d'une stratégie de rupture avec les lobbies liés aux sociétés de géographie et aux intérêts économiques et militaires. Elles ont contribué de manière décisive à l'institutionnalisation d'une géographie universitaire dont l'objectif, dans le contexte de la Troisième République, était à la fois scientifique et pédagogique. Les *Annales de géographie* et le groupe de Normaliens qui soutient la revue autour de Vidal de la Blache ont aussi été institutantes par leur invention de la géographie humaine et de la dualité géographique physique-géographie humaine.

Mots-clés: *Annales de Géographie*; Géographie; France; Paul Vidal de la Blache; Histoire de la Pensée Géographique.

Introdução

Os *Annales de Géographie* já são centenários.¹ Entre as revistas francesas de geografia, apenas o *Bulletin de la Société Languedocienne de Géographie* pode orgulhar-se de ser mais velho. Mesmo assim, à ocasião de seus cento e dez anos, notou-se que ele só se tornara revista universitária após os anos trinta. Não existe nenhuma descontinuidade

¹ O presente artigo foi publicado quando do centenário dos *Annales de géographie* e, fora alguns pequenos detalhes, não foi retocado. Uma atualização da trajetória da geografia francesa (evocada aqui na conclusão) encontra-se em ROBIC, Marie-Claire, TISSIER, Jean-Louis, PINCHEMEL, Philippe (éd.) *Deux siècles de géographie française. Une anthologie*, Paris, CTHS, 2011 (Ver “Introduction”, partie 6 : “Trente ans de géographie contemporaine”, “Repères bibliographiques”).

deste tipo nos *Annales de Géographie*, que conservou o mesmo caráter universitário que presidiu sua fundação. Nenhum editorial de combate balizou sua longa vida durante o século XX. Em 1942, em plena derrota, o cinquentenário da revista permite a Emmanuel de Martonne (1873-1955) fazer um balanço positivo, assinalando as inflexões na trajetória da mesma. Segundo ele, os *Annales* quiseram ser “como que o espelho” da geografia (MARTONNE, 1942:1). No Congresso Internacional de Geografia de 1984, Pierre George (1909-2006) também perfaz um balanço ponderado, qualificando o periódico como “um intérprete quase centenário” (GEORGE, 1984:281), fiel aos seus objetivos iniciais – reflexo da sensibilidade dos geógrafos tanto em relação ao atual quanto às novidades científicas. Em 1971, um breve editorial sob a forma de “Perspectivas” quis nitidamente engajar os *Annales* rumo a novas fronteiras, “condição de rejuvenescimento e da reinserção da revista na atualidade das pesquisas e da vida” (ANNALES, 1971: 643). Tratava-se de abordar questões de epistemologia, metodologia e, também, meio ambiente.

Nesta longa vida (e, no cômputo geral, tranquila), parece que alguns períodos foram mais propícios à reprodução, à inovação e à busca de novos ajustes. Porém, não examinaremos o que esses cem anos de continuidade editorial representam, mas, sim, seus primórdios. O nome *Anais* [*Annales*] queria “marcar com clareza a finalidade do novo periódico” (ANNALES, 1891-92:III). O nascimento dos *Annales de Géographie* foi combativo? Qual campo de forças presidiu sua fundação? É possível extrair dela inovações decisivas?

I. Uma revista universitária de geografia: a fundação por *normaliens*²

1. A geografia nas festas do Centenário

Em 1889, a República celebrava confiante um século de Revolução. Juntamente às festas do Centenário, ocorria em Paris a Exposição Universal, acompanhada de quase

² Alunos ou egressos da *École Normale Supérieure* [Escola Normal Superior] (ENS). Optamos por manter o vocábulo no original francês e não utilizar o termo *normalistas* a fim de não confundir o leitor com o uso da expressão no Brasil, conhecida por definir as estudantes do curso pedagógico que lecionavam no então chamado Ensino Primário (N.T.).

cem congressos internacionais. Em 5 de agosto de 1889 inaugurou-se a Nova Sorbonne, símbolo do investimento dos Republicanos no ensino universitário. No mesmo dia, foi aberto o IV Congresso Internacional de Ciências Geográficas, presidido pelo célebre Ferdinand de Lesseps. De 6 a 9 de agosto, o grupo de geografia pedagógica do Congresso, sob a presidência de Paul Vidal de la Blache (1845-1918), reunia exploradores, cientistas, militares e pedagogos de todos os países europeus, entre os quais Rafael Torres Campos (delegado da Sociedade de Geografia Comercial de Madrid), o coronel Coello, o genebrino Charles Faure, o delegado belga J. du Fief e inúmeros franceses.

Secretário da Sociedade de Topografia e diretor da *Revue de Géographie*, Ludovic Drapeyron (1839-1901) felicitava-se pelo encontro entre o Universo e a Universidade... Ele via em tal encontro um bom presságio para a geografia, prevendo o desenvolvimento de novas instituições de ensino. No entanto, suas declarações deixavam transparecer uma latente inquietude: o grupo pedagógico lhe pareceu dividido e titubeante, enquanto o Congresso não conseguiu ser uma “Constituinte” capaz de transformar as “ciências geográficas” em uma verdadeira geografia (DRAPEYRON, 1890a: 40).

No outono de 1891, o editor republicano Armand Colin publicou o primeiro volume dos *Annales de Géographie*, dirigido por Paul Vidal de la Blache (sub-diretor da Escola Normal Superior, a prestigiosa escola onde se formava a elite dos docentes) e por Marcel Dubois, *maître de conférences* de geografia na Sorbonne. Vitalidade da geografia e, ao mesmo tempo, afronta em direção aos antigos difusores da geografia: o editorial dos *Annales de Géographie* era um manifesto. Pretendia-se substituir as publicações geográficas francesas, julgadas demasiado numerosas e bastante medíocres, por uma revista de qualidade científica que fosse simultaneamente pedagógica, patriótica e científica (TISSIER, 1991).

Três anos depois, uma nova equipe ocupava a direção: sem nenhuma explicação, Dubois era substituído pelo geólogo Emmanuel de Margerie (1862-1953) e pelo geógrafo Lucien Gallois (1857-1941) (também *normalien*, tal como Vidal de la Blache e Dubois). Mais tarde, a direção da revista só conheceu sucessões aparentemente

tranquilas, com os novos professores da Sorbonne sobrevivendo os antigos... O que representou esta fundação dos *Annales de Géographie* e, em seguida, esta rápida transformação na direção?

2. Quatro modelos para o desenvolvimento da geografia na França

a. A ciência geográfica e o ensino de geografia

Já foi mostrado que o principal fator de desenvolvimento da geografia na Europa durante a segunda metade do século XIX foi o movimento de modernização através da escolarização (CAPEL, 1981). Na França, a demanda por geografia escolar instaurou vários tipos de relações entre a “ciência geográfica” e o ensino. Simplificando, podemos distinguir quatro tipos.

Para os reformadores do ensino que cooperaram desde a década de 1860-1870 em torno de Émile Levasseur, a disciplina universitária que deve responder à demanda de ensino de geografia deve ser modesta, somente “uma arte cuja ciência é a economia política” (RHEIN, 1982:233). Inspirado na doutrina liberal, este programa exige pouco investimento intelectual. Fornecedora de dados à história e à economia política, a geografia é, sobretudo, um inventário localizado de espaços e de recursos. Nestas condições, se o “imperativo escolar” é um convite à adoção de uma carreira de geógrafo, esta é pouco exigente no plano científico.

Para as sociedades de geografia, a geografia responde a funções mais diretamente utilitaristas: guia para a exploração de territórios, produtora de informações sobre o estrangeiro, auxílio para a administração ou para a gestão dos interesses das colônias. Assim, a geografia abrange um conjunto heterogêneo de disciplinas, que vão da geodésia à etnografia: elas correspondem ao projeto de uma Escola de geografia que agrupe o conjunto das ciências geográficas, porém sem essencialmente fazer da geografia uma unidade racionalmente fundada.

Uma terceira corrente vê na geografia um agente essencial de formação *ideológica*, quer seja basicamente patriótica, “revanchista” após a humilhação da derrota de 1870,

nacionalista ou colonialista. Aqui, os círculos militares estão muito presentes, mas trata-se de uma ideologia difusa a qual poucos contemporâneos escaparam. Neste sentido, ela é pouco característica.

Finalmente, um quarto impulso, difundido oficialmente a partir de 1876-1877 pela política de instrução pública da República, visa propagar, em conjunto, a ciência e a formação dos cidadãos. Este laço estabelecido entre a pedagogia e a ciência — recordemos o lugar de um Pasteur no Panteão republicano da época — transforma a universidade (KARADY, 1983). Conforme a reforma republicana, de um lado a universidade deve assegurar a formação de professores de diferentes graus de ensino e, em 1877, foram criadas as *maîtrises de conférences* para prover quadros docentes aos numerosos estudantes; de outro lado, o desenvolvimento das carreiras universitárias se vê ligado à contribuição ao progresso científico. Daí em diante, um “imperativo científico” apoiado por concepções positivistas governa tanto o curso de geografia universitária quanto o corpo das disciplinas desenvolvidas ou criadas na Universidade (letras vivas e sociologia).

b. *Escola de geografia ou estrutura universitária?*

Qual é a situação da geografia durante os anos 1880-1890?

Ao lado das sociedades geográficas provinciais que militam localmente a favor dos cursos de geografia (BERDOULAY, 1981:63; LEJEUNE, 1987), dentre os propagandistas do ensino de geografia a Sociedade de Topografia e seu animador, Ludovic Drapeyron (1839-1901), estão entre os mais ativos. Esta Sociedade foi criada em 1876 (e sua revista em 1877) por um professor de liceu e outros pedagogos aliados aos topógrafos, cartógrafos e professores de escolas militares. Eles conduziram campanhas junto a sucessivos governos e nos congressos internacionais de geografia, visando desenvolver o ensino de geografia em todos os estágios e instituir uma Escola Nacional de Geografia. Estas “batalhas” fracassam: em 1885, apesar do apoio de vários parlamentares e do *lobby* colonial, Drapeyron não consegue obter a criação da referida Escola (BROC, 1974). Sob pressão de professores da Sorbonne como o historiador Ernst

Lavisse (1842-1922), um dos “patronos” da Universidade republicana, e Auguste Himly (1823-1906), decano especialista em geografia histórica, o ministério preferiu reforçar o ensino nas universidades. A solução foi gerar, ao lado das cátedras de geografia na Faculdade de Letras, alguns postos de geografia física na Faculdade de Ciências. Igualmente, Drapeyron falhou na criação de uma *agrégation*³ de geografia. De fato, no mesmo momento, soluções externas são aplicadas, tais como a criação de uma Escola Colonial (1889) impulsionada pelo Ministério das Colônias — que, à época, adquire sua autonomia em relação ao Ministério da Marinha (BERDOULAY, 1981:60). Por outro lado, um novo poder está em vias de emergir: o dos universitários.

As formas de institucionalização das disciplinas dependiam de situações antecedentes e das relações de força na Universidade. Para os geógrafos, a estratégia universitária consistiu — como tem sido demonstrado em comparação com a sociologia, então completamente inexistente nas universidades (KARADY, 1979) — em apoiar-se na presença prévia da “geografia histórica” nas Faculdades de Letras enquanto iam se autonomizando. Ao mesmo tempo, os geógrafos deviam aliar-se aos historiadores universitários, embora tivessem que saber distinguir-se deles (ROBIC, 1991b, 1992). O estabelecimento de uma aliança com os naturalistas das Faculdades de Ciências contribuiu para compensar essa convivência inicial com a história. Porém, em uma delicada política de equilíbrio que lhe permitiu afirmar sua autonomia, os geógrafos também tiveram que se distanciar dos “cientistas” — particularmente dos geólogos, os naturalistas mais imperialistas em relação à geografia.

3. A emergência de novos geógrafos *normaliens* na esteira de Vidal de la Blache

a. Três gerações de normaliens

Entre os acadêmicos cuja formação inicial possui mais vantagens frente ao imperativo “científico” e que muito prontamente adotam a estratégia universitária para o desenvolvimento da geografia encontra-se, na linha de frente, Paul Vidal de la Blache.

³ Concurso nacional organizado para recrutar professores escolares (N.T.).

Catherine Rhein destacou quão lenta fora sua carreira e tardia sua notoriedade, em comparação a seus colegas que optaram por estratégias mais imediatamente rentáveis (RHEIN, 1982). Este é o caso de Pierre Foncin (1841-1916), que tornou-se, entre outras coisas, alto funcionário de ensino seguindo a via de uma geografia “pedagógica” de débil inovação intelectual. Pode-se apontar também a figura de Drapeyron, que aderiu às estratégias “utilitárias” sem fazer um investimento intelectual sistemático e sem compreender que as transformações estruturais dificultavam toda inovação científica ou pedagógica sem o apoio do ensino superior.

A emergência de um grupo que se reconhece nas opções de Vidal de la Blache é sentida alguns anos antes dos *Annales de Géographie*. Ele mobiliza a elite dos futuros professores, os alunos da *École Normale Supérieure*, onde ensina geografia desde 1877. Este grupo inclui, de início, os *normaliens* da geração nascida ao redor de 1855: Bertrand Auerbach (1856-1942), Marcel Dubois (1856-1916), Paul Dupuy (1856-1948), Lucien Gallois (1857-1941) e, alguns anos mais tarde, Edouard Ardaillon (1867-1926) e Pierre Camena d'Almeida (1864-1943). Tão logo após a *agrégation* de história-geografia, ao invés de seguirem uma carreira em um liceu como seus antecessores, eles alcançam a *maîtrise de conférences*, novo tipo de posto universitário criada no mesmo momento em que eles entram na carreira docente. As disciplinas modernas pouco valorizadas até então, como letras e geografia, oferecem boas oportunidades na universidade: a oferta precede a disponibilidade de especialistas já formados; ainda é preciso, praticamente, improvisar-se como geógrafo...

Após esses pioneiros, o lançamento dos *Annales de Géographie* precipita o movimento de expressão de um grupo que se reconhecerá vidaliano. Compreende jovens nascidos a partir de 1865-1870 que se relacionam com a *École Normale* durante os primeiros anos dos *Annales*. Eles formarão a primeira geração de geógrafos universitários modernos que produzem, desde o começo, uma investigação geográfica defendendo teses de geografia e não mais de história, abandonando a geografia de gabinete e o gênero da geografia histórica para consagrar-se à geografia de campo. São eles: Raoul Blanchard (1877-1965), Jean Brunhes (1869-1930), Albert Demangeon (1872-1940), Emmanuel de Martonne (1873-1955), Louis Raveneau (1865-1937), Camille Vallaux

(1870-1945), Antoine Vacher (1873-1920), Maurice Zimmermann (1869-1950) e, mais tarde, Jules Sion (1879-1940), Paul Girardin (1875-1950) etc. Com participações nuançadas, eles compuseram a base de uma equipe editorial: secretário de redação, cronista, diretor ou colaboradores da Bibliografia geográfica, autores, futuros diretores...

b. A afirmação universitária

Em 1888, este grupo *normalien*, sem dúvida, ainda não existe ainda “por si”. Entretanto, algumas manifestações de hostilidade por parte das sociedades de geografia e de diversos *lobbies* vizinhos como o da *Revue de Géographie* também são indícios de uma cuidadosa preparação rumo a uma prática geográfica científica que começa a ocorrer no final dos anos 1880. Eles são o resultado do fato daqueles jovens professores que começaram a se estabelecer nas Faculdades do interior. Assim, em 1887-88, em sua aula inaugural, Bertrand Auerbach (1856-1942), *agrégé* de história, *maître de conférence* em Nancy desde 1885 e *docteur d’État* em 1888 (cuja tese auxiliar foi sobre Estrabão), denuncia os “devotos” da geografia: exploradores, sociedades geográficas e, sobretudo, homens de ciência e pedagogos muito ambiciosos (AUERBACH, 1888:48). Sob pretexto de desenvolver a geografia, não fazem — garante Auerbach — senão desacreditá-la, seja através das práticas de compilação, seja em função de seus projetos enciclopedistas ou por causa do imperialismo científico. Inaugurando um ensino universitário, Auerbach preconiza uma virtude, a “paciência” (idem, p.66), e uma garantia, o “espírito científico” (ibidem, p.63):

O verdadeiro papel do professor de geografia consiste em criar, fixar o método, papel particularmente ingrato quando se trata de uma ciência nova ou, antes, novata; quando se trata de uma ciência atacada e que é preciso defendê-la não apenas de seus adversários, mas, também, de amigos muito calorosos (ibid. pp.63-64).

Ao projeto de uma Escola de geografia Auerbach opõe a estrutura universitária, fazendo sua, portanto, a solução de Drapeyron que não fora adotada em 1885. Desta

maneira, Auerbach aparece como um dos defensores da solução universitária para o desenvolvimento da geografia.

Igualmente, Marcel Dubois — colega de Auerbach na *École Normale* e que desde 1885 lecionava Geografia na Sorbonne —, intervém sobre o mesmo modelo, enfatizando que aderiu à solução universitária após ter defendido o projeto de uma Escola especial. Ele aponta a mesma crítica que Auerbach aos “neófitos” imprudentes (DUBOIS, 1888:465); em oposição a estes últimos, destaca a “disciplina científica” (idem, p.462) e ressalta as exigências do “ofício” de geógrafo. Desde o ano de 1888, Dubois anuncia a emergência de um grupo, uma nova *escola* capaz de assumir a função científica e pedagógica necessárias à “geografia racional”, a quem expressa seus melhores votos. Vidal de la Blache é implicitamente mencionado como o “mestre” que se viu obrigado a assumir papel de precursor perseverante, discreto e desinteressado:

Ele preferiu encerrar-se em um círculo de alunos tal como em um círculo de amigos, penetrar lentamente, porém com uma reserva plena de calor, mentes que um golpe muito brusco desencorajou ou tornou hostis; optou por preparar o caminho e mostrá-lo aos mais novos antes que prosseguir rapidamente em seus interesses particulares (ibidem, p.465).

Dubois prenuncia uma real autonomização da geografia na universidade — tanto em relação à história quanto às ciências naturais:

O momento não é mais aquele em que se podia observar o futuro com inquietude e se perguntar se nunca encontraremos um número de verdadeiros geógrafos igual ao de cadeiras de geografia de nossas Faculdades. Pelo contrário, tudo permite crer que em breve revelar-se-ão vários geógrafos, aos quais não faltarão nem vocação, nem conhecimento. A presteza da administração superior e dos professores que inauguraram a reforma dos antigos métodos entre nós será rápida e amplamente recompensada. Em poucos anos, não será preciso confiar cadeiras de geografia aos historiadores, nem recorrer ao auxílio direto de nossos colegas de ciências para o ensino de geografia física (ibid. p.472).

Assim são designadas as disciplinas que ora serão aliadas, ora inimigas da geografia.

c. A batalha do Congresso Internacional (1889)

Porém, é durante o Congresso Internacional de Paris que um grupo de *normaliens* próximos a Vidal de la Blache aparece publicamente em toda sua coerência. Como era

comum naquele tempo, eles se reúnem na seção dedicada à pedagogia — um dos lugares estratégicos do Congresso, pois é o único onde se discute geografia globalmente. Na *Revue de Géographie*, Drapeyron relata com certo embaraço o dinamismo conquistador do grupo:

Eles eram presididos por um eminente professor que, embora ainda jovem [Vidal tinha 44 anos, Drapeyron, 50 anos, e os outros, 32, 33 anos], formara alunos que já eram mestres. A ativa participação desses alunos, desses mestres, em virtude do talento que exibiram, foi um dos fatos mais marcantes que observei. Um grupo muito letrado e muito eloquente e que situava-se à direita entre os moderados, ao passo que à esquerda estavam os partidários da ciência, os representantes da Sociedade de Topografia e os veteranos dos Congressos Internacionais de Paris, Bruxelas e Veneza (DRAPEYRON, 1890a:41-42).

Além da questão da didática na escola primária (sobre o qual Dupuy foi aplaudido fervorosamente), discutiu-se a organização de novas instituições pedagógicas. O grupo *normalien* uniu-se para que adotassem suas idéias a favor de uma geografia universitária estabelecida nas Faculdades de Letras. Tratava-se, para os *normaliens* e universitários, de implantar cátedras de geografia nas Faculdades de Letras onde já existiam algumas cadeiras de geografia (histórica). A base da formação seria a *agrégation* de história já existente. Tal formação seria complementada, em termos contratuais, por meio de ligações pluridisciplinares, estabelecidas, sobretudo, com os naturalistas, a partir do modelo das excursões comuns descritas pelo líder Vidal de la Blache. O objetivo científico dessas cátedras especiais de geografia seria construir uma entidade real. Os contornos epistemológicos dessa geografia moderna foram apresentados durante o Congresso, sublinando uma formação *desinteressada* com ênfase em geografia *geral* (Dupuy, Vidal de la Blache), *história, economia* (Gallois, Vidal de la Blache) ou *etnografia* (Camena d'Almeida) e em detrimento da proeminência conferida à geografia física por topógrafos franceses e alemães (Vidal de la Blache).

A intensidade das discussões impulsionadas por este grupo e a transigência na tomada de decisões permitiram a Vidal de la Blache evitar questões embaraçosas. A determinação dos *normaliens* permitiu, sobretudo, excluir a idéia de um ensino “total” de geografia na universidade, projeto que parecia ser a posição de recuo de Drapeyron: tratava-se de uma formação que associava uma ampla gama de diferentes

matérias com uma forte base matemática e geológica — mais associada às Faculdades de Ciências, portanto.

O que representava um desejo unânime era, segundo a proposta de Vidal de la Blache, a organização, ao redor de uma cátedra de geografia nas Faculdades de Letras, de “relações orgânicas entre o ensino de geografia e o das ciências que podem lhe servir como auxiliares” (QUATRIÈME CONGRÈS, 1890: 583). Não encontramos aqui o esquema de pluridisciplinaridade praticado pelos *Annales de Géographie* durante vinte anos? Todos os balanços das duas primeiras décadas dos *Annales* realçam a presença maciça de especialistas em ciências naturais, geólogos, botânicos, climatólogos, hidrólogos etc. ao redor dos novos geógrafos aprovados na *agrégation* em história (MARTONNE, 1941; MEYNIER, 1969; GEORGE, 1984; TRICART, 1991).

Convidado a expor suas opiniões na *Revue de Géographie* a partir do segundo semestre de 1889, Paul Dupuy permitiu-se citar nominalmente Vidal de la Blache como principal precursor e reconhecido mestre da renovação da geografia francesa. O reconhecimento vem também do exterior: Charles Faure, suíço presente no Congresso, explica, no ano seguinte, em um artigo dedicado ao ensino de geografia na França no qual ressalta a aura pedagógica de Vidal de la Blache, a emergência de um círculo vidaliano (FAURE, 1889-1891). Verdade que as cartas murais Vidal-Lablache publicadas pela Armand Colin desde 1885 têm grande êxito, e que seus cursos na *École Normal Supérieure* e na *École Normale* feminina de Fontenay-aux-Roses são acolhidos com entusiasmo. Finalmente, em princípios de 1891 aparecem os primeiros fascículos do *Atlas général Vidal-Lablache*, cuja concepção será um marco e dará lugar a um verdadeiro manifesto, o famoso *Prefácio* de 1894.⁴

Por acaso não havia chegado o momento de lançar também uma revista que fosse porta-voz do grupo, instrumento de sua visibilidade e espaço de elaboração da ciência a ser arquitetada?

⁴ A versão em português deste texto, bem como de outros três artigos de Vidal de la Blache mencionados na presente bibliografia (VIDAL DE LA BLACHE, 1898, 1903, 1911), pode ser encontrada em: HAESBAERT, Rogério, PEREIRA, Sergio Nunes, RIBEIRO, Guilherme (orgs.). *Vidal, Vidais. Textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2012). (N.T.).

II. Os *Annales de Géographie* e a ciência da Escola Francesa de Geografia

A ruptura entre a estratégia universitária mencionada e as ambições das Sociedades de Geografia e dos *lobbies* coloniais e econômicos foi firmada *a posteriori* por meio dos termos nos quais os universitários ensaiarão reorientar a ação das adormecidas Sociedades geográficas. Assim, em 1908, De Martonne propõe-se a organizar conferências científicas e excursões para a Sociedade de Geografia de Lyon, de maneira que ela pudesse “difundir a compreensão do verdadeiro papel e dos princípios da geografia moderna” (MARTONNE, 1908:9). O início do século XX é a época em que, ao redor da equipe dos *Annales*, uma “Escola francesa de geografia” anuncia-se como tal; porém, nem sempre é possível discernir contra quem ela reivindica sua identidade. Em oposição às sociedades de geografia? À geologia? À sociologia? Ou, quem sabe, contra todas de uma vez? Este seria então um sinal de que ela alcançou sua implantação universitária e que adquiriu legitimidade disciplinar.

1. Por uma geografia estritamente científica

Uma reorganização na direção dos *Annales* sobreveio rapidamente. A saída de Dubois em 1895 e sua substituição por um geólogo e por um geógrafo parecem marcar bem o veloz reajuste de uma estratégia propriamente universitária, nela incluída todas as coerções inerentes às alianças já citadas. Dubois está muito ligado aos *lobbies* coloniais: sua cátedra de geografia colonial na Sorbonne em 1893 está respaldada, em primeiro lugar, pelo Ministério das Colônias (BERDOULAY, 1981). Sua aula inaugural publicada nos *Annales de Géographie* mostra sua preocupação ostensiva rumo a uma geografia aplicada, a um conhecimento dirigido fundamentalmente aos problemas da colonização. Porém, é mister perceber esta expressão em seu sentido amplo: trata-se, certamente, de servir à exploração do Império Colonial francês. Entretanto, para ele é necessário, em essência, que a geografia contribua para guiar a conquista da Terra. Neste sentido, a geografia que ele preconiza não pode reduzir-se a uma “geografia colonial” em seu sentido banal (SOUBEYRAN, 1985) e, menos ainda, a uma “geografia

tropical” (VENNETIER, 1991). Ela corresponde, visto que seu projeto é pragmático, a uma *geografia antropocêntrica*; ela exclui uma ciência estritamente naturalista, em particular a geografia física de *per se*. Isto significa, especialmente, que as relações interdisciplinares devem desembocar menos em empréstimos que em uma “*adaptação*” dos conceitos dos naturalistas; deve haver uma “*seleção*” e um trabalho de apropriação em função do objetivo geográfico: a valorização dos territórios.

“*Aclimatar à geografia (as) informações que lhe forem úteis*”: este projeto figura no editorial dos *Annales de Géographie*, juntamente com a insistência sobre o “ofício do geógrafo” (p.II). De 1888 a 1914, Dubois é um dos que lutam com mais intensidade

“Menos conhecida que o peso da geografia regional é, seguramente, a criação da categoria “geografia humana” pelos *Annales*. Ela parece ter sido tão associada à Escola Francesa de Geografia que sua origem tem sido esquecida. Apesar disso, ela não é simples!”

contra geólogos como Albert de Lapparent (1839-1908) e William Morris Davis (1850-1934). Inversamente, os geógrafos próximos a Vidal de la Blache e aos *Annales* os tratam com moderação, inclusive quando se demarcam deles, preconizando um empréstimo dos conceitos naturalistas “conforme o pleno esclarecimento que cada ciência projeta sobre eles” (GALLOIS, 1899:41). Os referidos geógrafos apresentam a geografia como uma ciência da Terra, permitindo a coexistência geografia física-geografia humana. Por fim, a

posição de Dubois é insustentável: seu interesse pela ciência aplicada coloca-o em uma situação ambígua em relação às cessões de uma estratégia universitária mais vantajosa, porém constrangedora, para a institucionalização da geografia, já que conduzia a uma forte dependência para com os naturalistas.

Emmanuel de Margerie e Lucien Gallois figuraram durante várias décadas à frente dos *Annales de Géographie*. Em 1895, De Margerie era um geólogo atípico, cientista já reconhecido porém autodidata e apartado de qualquer função universitária. Gallois é geógrafo, um *normalien*, de firme cultura naturalista, apaixonado pela história e que acabara de defender brilhantemente teses sobre história da geografia (1891). Foi um dos que militou ativamente no Congresso Internacional em nome dos vínculos com a

história. A chegada do geólogo independente e a ajuda de um geógrafo-historiador conciliando com os naturalistas são mais compatíveis com a solução universitária que a política expansiva defendida por Dubois. Em um primeiro momento, Dubois parece ter seguido a solução de Drapeyron — uma Escola independente da universidade —, mas, em seguida, adotou a hipótese universitária após a criação de seu ensino de Geografia Colonial na Sorbonne. Durante a década 1890-1900, a manutenção de seus objetivos pragmáticos pareciam incompatíveis com as normas impostas pelo saber universitário. Aliás, no ano de 1900 ocorreu um enfrentamento entre Gallois e Dubois. No Congresso Francês das Sociedades de Geografia, na abertura da ciência geográfica preconizada por Dubois, pode-se ler:

Seria humilhante para o espírito científico desse país que houvesse duas geografias: uma, restrita, dogmática, arrogante, na qual deleitar-se-iam alguns professores de nosso ensino superior (...); outra, ampla, aberta, acolhedora aos homens e às doutrinas, capaz de aproximar os cientistas de diversos ofícios, permitir enxergar o mundo moderno, preparar homens de ação e de idéias dirigentes (DUBOIS, 1901:107).

No entanto, a idéia de hierarquia apresentada por Gallois é outra:

(...) aqui, os cientistas tem lugar na primeira fila, visto que, sem eles e sem seus métodos, jamais sairíamos do vago e do incerto (GALLOIS, 1901:118).

Naquele ano de 1900, a oposição em questão se viu acrescida da irreduzível divisão provocada pelo Caso Dreyfus: enquanto Dubois destacou-se ferozmente contra Dreyfus, de modo geral a *École Normale* abraçou a causa do capitão — com destaque para os geógrafos, tal como lembrou Raoul Blanchard em suas *Memórias*. Esses violentos conflitos ideológicos fizeram apenas reforçar as diferentes orientações de pesquisa perceptíveis no momento da criação dos *Annales*. Eles revelam as distintas representações em torno do ofício do geógrafo no início do século XX. Enfim, Dubois será marginalizado no âmbito da Escola Francesa de Geografia, assim como seus discípulos formados na Sorbonne. Igualmente, alguns geógrafos *normaliens* tentados por uma geografia “ativa” ficaram um pouco à margem dos *Annales de Géographie*. É o caso de Jean Brunhes, para quem esta situação está inscrita também na própria

estratégia que ele conduziu no âmbito de uma esfera católica, modernista e de ação social. (J. BRUNHES-DELAMARRE, 1975; ROBIC,1988).

2. Os *Annales de Géographie* e a invenção da geografia humana

É frequente situar a originalidade da geografia francesa em sua orientação regional. Os *Annales de Géographie* acomodam-se nesta orientação (MAC DONALD, 1965). De qualquer forma, seria útil retificar ou, pelo menos, precisar esta asserção. De nossa parte, preferimos insistir em um outro aspecto de seu conteúdo, concernente ao lugar da geografia humana e à dualidade entre esta e a geografia física. Menos conhecida que o peso da geografia regional é, seguramente, a criação da categoria “geografia humana” pelos *Annales*. Ela parece ter sido tão associada à Escola Francesa de Geografia que sua origem tem sido esquecida. Apesar disso, ela não é simples!

a. A inovação linguística dos annalistas

Sabe-se que até o século XIX apenas as expressões *geografia política*, *geografia histórica* ou *geografia comercial* designavam (e pouco) o mundo humano. Tal léxico foi enriquecido com *geografia econômica*, cujo principal precursor foi Émile Levasseur a partir dos anos 1870. Porém, em 1890, os geógrafos franceses ainda não possuíam um termo capaz de designar, globalmente, uma geografia do homem. As discussões do Congresso Internacional de Geografia de Paris em 1889 mostram, por exemplo, a confusão neste campo. Quando acompanhamos os debates, eles falam, quase que indistintamente, em desenvolver o ensino da “*etnologia*”, da “*etnografia*”, da “*geografia etnográfica*” ou da “*antropogeografia*”, sem que se entenda bem qual conteúdo eles querem designar. De acordo com a resenha escrita por Dupuy:

O sr. Drapeyron propõe criar, no ensino superior, uma cadeira de antropogeografia. (...) Admitindo este termo como equivalente ao de etnografia, o sr. Camena d'Almeida insiste sobre a idéia de fazer, na filosofia, um curso resumido de geografia, onde grande espaço seria dado ao estudo homem. (...) O sr. du Fief estabelece que pouco importa se o nome for etnografia, antropologia ou etnologia: é preciso ensinar, em algum lugar, as relações do homem com o solo. (...) O sr. Torres Campos pensa que, se é bom que em cada Faculdade de Letras haja um

professor de geografia (seja ele historiador ou sociólogo), também seria útil ter, em cada Faculdade de Ciências, um professor de geografia que fosse geólogo e matemático (QUATRIÈME CONGRÈS..., p. 528-529).

É nos *Annales de Géographie* que a expressão *geografia humana* aparece durante a década de 1891-1900 antes de difundir-se no transcorrer do decênio seguinte (ROBIC, 1991a, 1992). No volume I dos *Annales*, em uma longa resenha sobre Friedrich Ratzel, Louis Raveneau assim designa a expressão em tela: “a antropogeografia estuda a extensão e a repartição do homem sobre a terra: ela é, propriamente, a geografia humana” (RAVENEAU, 1891-92: 333). Em 1896 e 1897, em vários artigos dos *Annales*, *geografia humana* é novamente utilizado por Raveneau, bem como por De Martonne e, depois, por Vidal de la Blache em seu texto acerca da geografia política de Ratzel (VIDAL DE LA BLACHE, 1898). Em 1897, Brunhes também lança mão do termo em um curso sobre o método geográfico, antes de convertê-la em subtítulo de tese dedicada a Vidal de la Blache (BRUNHES, 1902).

b. Um ramo primordial da geografia geral

O ano de 1900 representa uma etapa decisiva, pois, a partir de então, a geografia humana torna-se um ramo da geografia. Desde tal ano, ao introduzir uma rubrica da *Bibliographie géographique* dos *Annales*, a categoria *geografia humana* organiza a temática geográfica, em substituição ao termo *geografia política* (ROBIC, 1991a). Em 1902, o primeiro índice decenal dos *Annales* oficializa a nova denominação. A partir da virada de século, a geografia humana torna-se, para os redatores dos *Annales de Géographie*, em um dos principais ramos da geografia geral, ao lado da geografia física ou *natural*.

Assim, *geografia humana* difundiu-se através de vários canais destinados a geógrafos e outros intelectuais. Ela irá se impor antes de 1910 e, neste intervalo, receberá legitimação epistemológica do próprio Vidal de la Blache, cujo artigo de 1903, *La géographie humaine, ses relations avec la géographie de la vie* (VIDAL DE LA BLACHE, 1903), visa provar que o neologismo tem sua justificação pelo fato de ser uma novidade teórica (ROBIC, 1992).

Por outro lado, e nisso aparece a especificidade do grupo, a expressão não é utilizada pelos geógrafos que chamaremos “não-annalistas”. Sabemos que Reclus (1830-1905) é econômico em qualificativos, pois visa uma geografia total na linha da filosofia da natureza; a rigor, ele evoca uma geografia *social*. Levasseur promoveu a geografia *econômica* e ateve-se a ela. Dubois não defende senão uma *geografia* unitária, que combina o que muitos insistem — arbitrariamente, segundo ele — em separar: as vertentes científica e literária ou física e histórica/humana. Todavia, Dubois combate o uso do qualificativo *humana*, na medida em que estima que a perspectiva antropocêntrica da geografia é tão importante quanto tradicional. A *geografia humana*, conclui em um panfleto de 1914, é apenas a “simples e velha geografia” promovida por razões de oportunismo (DUBOIS, 1914:859).

c. Ecologia e naturalização da geografia política

Não examinaremos aqui com detalhes as transformações resultantes da criação desse neologismo. Sublinharemos, principalmente, que seu conteúdo semântico liga-o à biogeografia ou à nascente ecologia, relacionado à geografia geral da vida que Ratzel teve a ambição de criar. Obra dos naturalistas Eugenius Warming (1841-1924) e Andreas Schimper (1856-1901), a ecologia foi descoberta pelos geógrafos franceses por intermédio dos botânicos que contribuíam regularmente nos *Annales*: Gaston Bonnier (1853-1922) e Charles Flahaut (1852-1935) (ROBIC, 1992). A geografia humana elaborada pelos “annalistas” substitui a antiga geografia política, demarcando-se também da *Politische Geographie* de Ratzel. A analogia ecológica é forte: é ela que justifica a introdução do conceito-chave de *gênero de vida* na geografia humana vidaliana. Esta origem e justificativa ecológicas tendem a “naturalizar” o estudo do homem na geografia dos “annalistas” em detrimento de seus componentes propriamente políticos e sociais.

A intensa presença de fitogeógrafos entre os naturalistas colaboradores dos *Annales* permitia que eles se demarcassem dos geólogos. O modelo ecológico proporcionava um respaldo científico plausível para a geografia do homem. Tem sido mostrado o jogo

de correspondências conceituais estabelecido entre o neolamarckismo subjacente à geografia humana vidaliana e o neokantismo inspirador de sua filosofia (BERDOULAY & SOUBEYRAN, 1991). A partir de outra perspectiva da história das ciências, quisemos sublinhar como as características epistemológicas da geografia promovida por Vidal de la Blache (ao redor de e nos *Annales de Géographie*) dependeram de uma conjuntura intelectual que submete a conquista da institucionalização da geografia científica a compromissos delicados — notadamente, a uma aliança entre universitários literários e naturalistas.

Conclusão: descontinuidades e singularidades

A geografia humana ainda parece ser um ramo normal da geografia francesa, organizadora do ensino e de concursos nos mais variados níveis. Perenidade da escola dos *Annales de Géographie*? A partir de 1970-1980, esta orientação tem sido contestada pelos partidários de uma *geografia social* e pelos adeptos de um retorno ao político. Porém, talvez isto não seja o mais decisivo. A geografia humana e geografia física compõem um par. Atualmente, muitos geógrafos franceses situam-se, incluindo os geógrafos físicos, na perspectiva de uma geografia como “ciência social” (ROBIC et al. 1992).

Em muitos aspectos, tal inclinação restabelece menos o dualismo instituído sob a égide do triunvirato Vidal de la Blache-Gallois-De Margerie que o monismo sustentado por Dubois. Isto não é completamente novo. Quando os mandarins da geografia asseveram que ela é “antropocêntrica” — como fez um dos mais influentes diretores dos *Annales*, André Cholley (1886-1968), ao afirmar a necessidade de considerar os fenômenos físicos e seu valor para o homem (CHOLLEY, 1942); ou, quando Pierre George, outro diretor dos *Annales de Géographie*, manifesta, a partir da mesma época, semelhante convicção — não estão recuperando a idéia de Dubois? Uma precoce orientação rumo aos problemas contemporâneos do meio ambiente, anunciada notadamente nas *Perspectives* de 1971, manifesta que a preocupação com a interação entre as sociedades e seus quadros de vida já era algo prioritário para a direção dos

Annales de Géographie. Estes projetos foram assumidos pela revista após os anos cinquenta? Estão presentes nos *Annales* de nossos dias? Se estiverem, então, paradoxalmente, a fidelidade do periódico expressar-se-ia mais em relação ao seu par fundador — rapidamente remanejado — que em relação aos mandarins de um século de geografia universitária...

O final do século XIX conduziu todos os países europeus ao encontro entre Universo e Universidade. Os projetos universitários eram diferentes; as relações de cada Estado com o mundo, especialmente as de tipo imperialista, também eram distintas. Qual foi a singularidade desta geografia à la francesa? Que este estudo sobre as origens seja, no futuro, um convite ao estudo comparado de nossas geografias.

Bibliografia

Fontes primárias

ANNALES DE GEOGRAPHIE. Paris, Armand Colin, (1891-).

AUERBACH, B. Caractère et tendance de la science géographique. [Leçon d'ouverture du cours de géographie], *Annales de l'Est*, 2, 1888, p. 44-66.

_____. L'évolution des conceptions et de la méthode en géographie. *Journal des savants*, 1908, p. 309-321.

Avis au lecteur. *Annales de Géographie*, I, p. I-IV, 1891-92, (Les Directeurs).

BRUNHES, J. Les principes de la géographie moderne. *La Quinzaine*, 1er et 16 sept., 1897, 34 pp.

_____. *L'Irrigation. Ses conditions géographiques, ses modes, son organisation dans la Péninsule ibérique et dans l'Afrique du nord. Etude de géographie humaine*, Paris, C. Naud, 1902, 518 pp.

_____. *La géographie humaine. Essai de classification positive. Principes et exemples*, Paris, F. Alcan, 1910, 843 pp.

CHOLLEY, A. *Guide de l'étudiant en géographie*, Paris, PUF, 1942, 231 pp.

Congrès national des Sociétés françaises de géographie, XXI^e session, Paris, 20-24 août 1900, Comptes rendus publiés par la Société de géographie, 1901, Paris, Masson, Société de géographie, 284 pp.

DAPEYRON, L. Le Centenaire de la Révolution. L'Exposition universelle et le Congrès géographique international. *Revue de géographie*, 1, 1889, p. 321-327.

_____. Les résolutions et irrésolutions du Congrès géographique international de 1889. *Revue de géographie*, 1, 1890a, p. 40-49.

_____. A nos lecteurs. L'Univers et l'Université. *Revue de géographie*, 2, 1890b, p. 1-8.

DUBOIS, M. L'avenir de l'enseignement géographique. *Revue internationale de l'enseignement*, XV, 1888, p. 449-477.

_____. Leçon d'ouverture du cours de géographie coloniale, Faculté des Lettres, 14 décembre 1893. *Annales de Géographie*, III, 1893-94, p. 121-137.

_____. Définition et limites de la géographie. Classification des sciences géographiques. p. 89-108, in: *Congrès national*, 1901, *op. cit.*

_____. Géographie et géographes (à propos d'une thèse). *Le Correspondant*, 2, 1914, p. 833-863.

DUPUY, P. La géographie dans l'enseignement primaire. *Revue de géographie*, 2, 1889, p. 207-220 et p. 289-302.

FAURE, C. Les progrès de l'enseignement de la géographie en France. *Bulletin de la Société neuchâteloise de géographie*, 1889-91, p. 96-125.

FLAHAUT, C. La géographie des plantes avec la physiologie pour base. *Annales de Géographie*, 1889, p. 193-206.

GALLOIS, L. La géographie et les sciences naturelles. *Revue universitaire*, 1, 1899, p. 38-47,

_____. L'évolution de la géographie, 1901, p. 110-119, in: *Congrès national... op. cit.*

LEVASSEUR, E. *L'étude et l'enseignement de la géographie*, Paris, Delagrave, 1872, 126 p.

MARTONNE, E. de. La vie des peuples du Haut-Nil: explication de trois cartes anthropogéographiques. *Annales de Géographie*, V, p. 506-521, VI, 1896-97, p. 61-70.

_____. Le Cinquantenaire des Annales de Géographie», *Annales de Géographie*, 1942, p. 1-6.

Quatrième Congrès international des sciences géographiques tenu à Paris en 1889. T. 1
Compte rendu publié par le secrétariat général du Congrès, 1890, Paris, Bibliothèque
des Annales économiques, Société d'études scientifiques, 796 p.

RAVENEAU, L. L'élément humain dans la géographie. L'Anthropogéographie de M.
Ratzel. *Annales de Géographie*, 1891-92, p. 331-347.

_____. Un groupe de géographes: les *Annales de Géographie*. *La Vie*, 31 août,
1912, p. 309-312.

RECLUS, E. *L'Homme et la Terre*, Paris, FM/La Découverte, 2 t. 182, 1982, p. et 222 p.
[Introduction et choix des textes par B. Giblin, publication initiale 1906-1908].

VIDAL DE LA BLACHE, P. *La Terre. Géographie physique et économique. Histoire
sommaire des Découvertes*, Paris, Delagrave, 1883, 304 p.

_____. *Atlas général historique et géographique*, Paris, Armand Colin, 1894
(Atlas Vidal-Lablache).

_____. La géographie politique, à propos des écrits de M. Frédéric Ratzel.
Annales de Géographie, 1898, p. 97-111.

_____. La géographie humaine, ses rapports avec la géographie de la vie. *Revue
de synthèse historique*, p. 2, 1903, 19-240.

_____. Les genres de vie dans la géographie humaine. *Annales de Géographie*,
1911, p. 193-212 et p. 289-304.

_____. *Principes de géographie humaine*, Paris, A. Colin, 1922, 327 pp.

Estudos atuais

BERDOULAY, V. *La formation de l'école française de géographie (1870-1914)*, Paris,
Bibliothèque nationale, 1981, 245 pp.

BERDOULAY, V. ; SOUBEYRAN, O. Lamarck, Darwin et Vidal : aux fondements
naturalistes de la géographie humaine. *Annales de Géographie*, 1991, p. 617-634.

BIROT, M.-M. ; BRIEND, A.-M. ; CHALINE, C. Principales revues de géographie publiées
en Europe. *Annales de Géographie*, 1991, p. 797-816.

BROC, N. L'établissement de la géographie en France: diffusion, institutions, projets
(1870-1890). *Annales de Géographie*, 1974, p. 545-568.

CAPEL, H. Institutionalization of geography and strategies of change. p. 37-69, in:
Stoddart D.R. (ed.), *Geography, ideology and social concern*, Oxford, Basic Blackwell,

1981.

Cent ans de géographie en Languedoc. *Bulletin de la Société languedocienne de géographie*, 4, 1990.

CLAVAL, P. *Essai sur l'évolution de la géographie humaine*, Paris, Les Belles Lettres, 1976, 162 pp.

DUNBAR, G. Some early occurrences of the term "social geography". *Scottish geographical magazine*, 1, 1977, p. 15-20.

Géographes Français (Les), Paris, Bibliothèque nationale, 1975, 203 pp.

GEORGE, P. Un porte-parole presque centenaire... *Les Annales de Géographie. Annales de Géographie*, 517, 1984, p. 281-289.

GIBLIN, B. La géographie, discipline asservie ou l'histoire d'un combat perdu pour la géographie. *Hérodote*, 20, 1981, p. 56-68.

GARCIA-RAMON, D. ; NOGUE-FONT, J. Professional geography and the academic institutionalization of geography in Spain. p. 65-74, in: Berdoulay V. Van Ginkel J.A. (eds.), *Geography and professional practice*, Utrecht, Nederlandse Geographische Studies 206, 1992.

GÓMEZ-MENDOZA, J. ; ORTEGÁ CANTERO, N. Géographie et régénérationisme en Espagne (1875-1936). p. 111-123, in: Berdoulay V. Van Ginkel J.A. (eds.), *Geography and professional practice*, Utrecht, Nederlandse Geographische Studies 206, 1986.

J.BRUNHES-DELMARRE, M. Jean Brunhes (1869-1930). p. 49-80, in: *Les géographes français*, Paris, Bibliothèque nationale, 1975.

KARADY, V. Stratégies de réussite et modes de faire-valoir de la sociologie chez les durkheimiens. *Revue française de sociologie*, XX, 1979, p. 49-82.

_____. Les professeurs de la République. Le marché scolaire, les réformes universitaires et les transformations de la fonction professorale à la fin du XIX^e siècle. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 47-48, 1983, p. 90-112.

LEJEUNE, D. *Les Sociétés de géographie en France, dans le mouvement social et intellectuel du XIX^e siècle*, Thèse d'Etat, Paris X-Nanterre, 1987.

LEFORT, I. *L'esprit et la lettre. Géographie savante-Géographie scolaire (1870-1970)*, Paris, CNRS Editions (Mémoires et documents de géographie), 1992, 257 p.

MEYNIER, A. *Histoire de la pensée géographique en France (1872-1969)*, Paris, PUF, 1969, 224 pp.

MAC DONALD, J.R. Publication trends in a major French geographical journal. *Annals of the Association of American Geographers*, 1965, p. 125-139 [1912-1961].

NICOLET, C. *L'idée républicaine en France (1789-1924). Essai d'histoire critique*, Paris, Gallimard, 1982, 512 pp.

PINCHEMEL, P. ; ROBIC, M.-C. ; TISSIER, J.-L. *Deux siècles de géographie française. Choix de textes*, Paris, Ed. du Comité des travaux historiques et scientifiques, 1984, 380 pp.

Perspectives. *Annales de Géographie*, 1971, p. 641-643 (Le Comité de Direction).

RHEIN, C.. La géographie, discipline scolaire et/ou science sociale ? 1860-1920. *Revue française de sociologie*, XXIII, 1982, p. 223-251.

ROBIC, M.-C. Les petits mondes de l'eau : le fluide et le fixe dans la méthode de Jean Brunhes. *L'Espace géographique*, 1988, p. 31-42.

_____. La Bibliographie géographique (1891-1991), témoin d'un siècle de géographie : quelques enseignements d'analyses formelles. *Annales de Géographie*, 1991a, p. 521-577.

_____. La stratégie épistémologique du mixte : le dossier vidalien. *Espaces Temps*, 47/48 (La fabrique des sciences sociales), 1991b, p. 53 -66.

_____. L'invention de la 'géographie humaine' au tournant des années 1900 : les vidaliens et l'écologie. p. 137-144 in: Claval P. (dir.), *Autour de Vidal de la Blache. La formation de l'école française de géographie*, Paris, CNRS Editions, Mémoires et documents de géographie, 1992.

ROBIC, M.-C. ; BESSE, J.-M. ; LUGINBUHL, Y. ; OZOUF-MARIGNIER, M.-V. ; TISSIER, J.-L. *Du milieu à l'environnement. Pratiques et représentations du rapport homme/nature depuis la Renaissance*, Paris, Economica, 1992, 343 pp.

SOUBEYRAN, O. La géographie coloniale. Un élément structurant dans la naissance de l'Ecole française de géographie. p. 82-90, in: Bruneau M. Dory D. (dir.), *Enjeux de la tropicalité : histoire et épistémologie de la géographie*, Paris, Masson, 1989.

TISSIER, J.-L. Rappels. *Annales de Géographie*, 1991, p. 513-520.

TRICART, J. Cent ans de géomorphologie dans les Annales de Géographie. *Annales de Géographie*, 1991, p. 578-616.

VENNETIER, P. A travers un siècle de géographie humaine française dans les pays tropicaux. *Annales de Géographie*, 1991, p. 644-667.

A GEOGRAFIA DE PIERRE GEORGE E A QUESTÃO AMBIENTAL:

Considerações Iniciais

Felipe de Souza Ramão*

Resumo: Pierre George foi um geógrafo francês que tentou mudar alguns aspectos teóricos e metodológicos de sua ciência com o movimento denominado Geografia Ativa. Tendo o marxismo como referência epistemológica e o espaço como principal conceito, George antecipou algumas questões importantes ao redor da problemática ambiental: eis o tema do presente artigo.

Palavras-chave: Pierre George; Geografia Ativa; meio ambiente; História do Pensamento Geográfico; século XX.

THE GEOGRAPHY OF PIERRE GEORGE AND THE ENVIRONNEMENT QUESTION: FIRSTS CONSIDERATIONS

Abstract: Pierre George was a french geographer that tried to change any aspects about theory and method by the Activ Geography's mouvement. Having the marxism as reference and the space the key concept, George anticipated any aspects around the environnement question. That's the theme of this article.

Keywords: Pierre George; Activ Geography; environment; History of Geographical Thought; XXth century.

LA GEOGRAPHIE DE PIERRE GEORGE ET LA QUESTION ENVIRONNEMENTALE: CONSIDERATIONS PRELIMINAIRES

Résumé: Pierre George a été un géographe français qu'il a essayé de changer quelques éléments théorico-méthodologiques de la géographie à travers du mouvement de la Géographie Active. En ayant le marxisme comme référence épistémologique et l'espace comme le concept-clé, George a anticipé quelques questions importantes autour de la problématique environnementale.

Mots-clés: Pierre George; Géographie Active; environnement; Histoire de la Pensée Géographique; XXème siècle.

* Mestrando em Geografia pela UERJ-FFP e professor do curso de Geografia da Faculdade da Região dos Lagos (FERLAGOS). Integrante do Laboratório Política, Epistemologia e História da Geografia (LAPEHGE/UFRRJ). E-mail: felipesouzaspa@gmail.com.

Introdução

Pierre George (1909-2006) foi um geógrafo francês que observou intensas transformações espaciais, políticas, econômicas e ambientais no decorrer do conturbado século XX. Seu interesse por praticar uma geografia diferente da que havia aprendido é perceptível; para tanto, seria preciso erigir novos princípios de teoria e de método. Em sua extensa produção composta por livros, artigos e resenhas, George apresenta um repertório marcado por abordagens gerais, regionais, urbanas e rurais, tematizando países desenvolvidos, subdesenvolvidos e também a URSS, além de estudos sobre populações e sobre meio ambiente. Tais temas estão amalgamados ao redor do conceito de *espaço*, já que, segundo ele, a Geografia é uma ciência humana e espacial (GEORGE, 1968 [1964]).

Nosso artigo pretende apontar as contribuições de Pierre George no tocante ao *meio ambiente*, revelando o quanto seu pensamento era original para a época. Atualmente, quando as questões referentes ao meio ambiente são parte essencial da pauta internacional, é possível constatar que a reflexão georgeana continua sendo importante para os debates atuais sobre o tema.

Nesse sentido, trabalharemos com as seguintes obras:

- *Geografia Ativa* (1968 [1964]). Escrita em colaboração com Yves Lacoste, Bernard Kayser e Raymond Guglielmo, trata-se de referência fundamental na compreensão dos princípios epistemológicos da Geografia de George, sobretudo no que diz respeito aos fundamentos da análise do meio ambiente;

- *O meio ambiente* (1973 [1971]). Aborda especificamente a questão do meio ambiente, explorando-a sob múltiplos aspectos. Peremptoriamente, a maior referência do autor sobre o assunto;

- *A ação do homem* (1971 [1968]). Mostra como a intervenção humana em diversas partes do planeta foi decisiva na transformação do espaço e no aprofundamento dos impactos ambientais;

- *Panorama do mundo atual* (1970 [1963]). Analisa a conjuntura do mundo no final do século XIX e em grande parte do século XX, atentando para as transformações espaciais e a evolução técnica;

- *Geografia dos Estados Unidos* (1990 [1971]) Aborda o espaço dos Estados Unidos à luz dos elementos físicos e humanos, dedicando um trecho ao meio ambiente;

- *Sociedades em Mudança* (1982 [1980]) Realiza um novo panorama do mundo, considerando também as questões relativas ao meio ambiente.

Cumprе salientar a necessidade de leitura dos clássicos da Geografia, muitas vezes omitidos pela literatura atual. Não raro, esta última promove resgates superficiais de seu passado, negligenciando sua dívida para com as referências que desenvolveram a ciência geográfica.

Circulação dos saberes: trajetória e influências de Pierre George na França, Canadá, México e Brasil

Pierre George será um importante personagem da Geografia Francesa na segunda metade do século XX, assumindo cargos universitários e dialogando com outras ciências. Suas contribuições alcançam geógrafos do Canadá, do México e do Brasil, disseminando novas concepções sobre teoria e método. O historiador francês Antoine Marès abre o artigo de homenagem a George mostrando sua relevância como pensador de vanguarda. Em termos institucionais, George foi diretor dos *Annales de Géographie* por três décadas, tendo papel destacado também como escritor. Sua assinatura aparece em mais de seiscentas e cinquenta ocorrências (MARÈS, 2008).

Um dos discípulos de George, Michel Rochefort propõe a divisão de sua obra em três fases: o início da carreira, com a formação conjunta em Geografia e História (posteriormente, especializando-se em Geografia) até chegar à tese de doutorado na década de trinta, quando adere ao marxismo e ao Partido Comunista — aprendendo, inclusive, o idioma russo para ler os geógrafos soviéticos (ROCHEFORT, 2008). Este

primeiro momento é importante para compreender seus vínculos com a Geografia Humana, o conceito de região e, presente desde sua tese de doutorado sobre a região do Bas-Rhône, a História — que irá perpassar toda a sua obra.

A segunda fase dar-se-ia a partir de sua experiência como professor das universidades de Lille (1946) e de Paris-Sorbonne (1948), juntamente com a multiplicação de seus escritos em artigos, notas e livros — contribuindo para a formação de uma “Escola Pierre George” (ROCHEFORT, 2008). Ao mesmo tempo, são travados embates com análises geográficas fortemente apoiadas na produção de estatísticas (a “Nova Geografia”), sem esquecer das questões internas ao Partido Comunista — culminando no seu desligamento do mesmo no final da década de cinquenta. Enfim, George orienta muitas pesquisas nessa época, assume cargos importantes na universidade e consolida seu nome na Geografia mundial.

Exemplo de seu prestígio é a ajuda ao amigo Edgar Morin:

(...) entre os anos de 1951-52, [Morin] candidata-se ao CNRS e entre as cartas de recomendação está a de Pierre George, eminente geógrafo francês. Morin então é contratado como estagiário de pesquisas (AMADOR, 2009:64).

A segunda fase de George acabaria em 1970, dando início a uma etapa turbulenta e de questionamentos em relação ao marxismo no âmbito da ebulição provocada pelos movimentos contestatórios de 1968. George continuou a produzir bastante até sua aposentadoria em 1977, diminuindo o ritmo nos anos seguintes em função de problemas de saúde (ROCHEFORT, 2008).

O geógrafo mexicano Federico Fernández Christlieb diverge da análise de Rochefort, afirmando que é justamente a partir da década de setenta que o trabalho de George torna-se mais consistente. George teria transitado da Geografia Econômica, professada nos anos cinquenta, a uma Geografia mais complexa, onde as análises das diferenças culturais e dos interesses geopolíticos permitiriam explicar com maior profundidade a dinâmica dos territórios (CHRISTLIEB, 2011). Poderíamos acrescentar a questão do meio ambiente, explorada de forma ampla a partir dos sistemas econômicos e relevando as relações de poder e seus discursos. A afirmação de Christlieb ganha força quando analisamos os livros de George publicados nesse período, tais como *O Meio*

Ambiente (1973 [1971]), *Sociedades em Mudança* (1982 [1980]) e *Le métier des géographes* (1990) que, de fato, promovem abordagens para além da Geografia Econômica.

A segunda linha de raciocínio aponta a relação de George com a Geografia canadense. Tal diálogo consolida-se na década de sessenta, reforçando o grupo de geógrafos franceses que lecionavam em Montreal, Ottawa, Toronto e Quebec na condição de professores convidados (HAMELIN, 2008). George impulsiona os estudos canadenses com a publicação de inúmeros artigos em revistas francesas¹ sobretudo no final da década de setenta e na década de oitenta. Em 1988, sua palestra atrai considerável número de pessoas na Universidade de Montreal, recebendo o título de doutor *honoris causa* por esta mesma instituição — tradição restrita a poucos intelectuais e iniciada por Jean Brunhes (HAMELIN, 2008). A gratidão dos geógrafos canadenses pode ser constatada em uma edição do *Cahiers de Géographie du Québec* de 2008 dedicada a Pierre George.

Avançando para a terceira relação a fim de observar a expansão do pensamento de George pela América, Hamelin afirma que seu contato com o México ocorreu a partir do fim da década de setenta, com encontros e conferências no país (idem). Todavia, a partir da pesquisa de Christlieb sobre a história da Geografia universitária do México, ficou evidenciado que os primeiros contatos com George aconteceram depois da II Guerra Mundial, quando muitos geógrafos mexicanos buscavam uma aproximação com o marxismo e encontraram nele uma visão diferente — principalmente nos livros com enfoque econômico (CHRISTLIEB, 2011).

Christlieb concorda com Hamelin ao considerar de extrema importância a ida de George ao México em 1978 para participar de um congresso. George aceitaria um convite para ministrar um curso, publicado em forma de livro no ano de 1979 sob o título *Geografía y medio ambiente, población y economía. Curso de actualización con Pierre George* (GEORGE, 1979). Mais tarde, outras publicações surgiram a partir de novos cursos de George pelo Instituto de Geografia da UNAM . Em 1985 foi lançado o

¹ Alguns exemplos são *Le Québec* (1979) e *La Géographie du Canada* (1986) (cf. HAMELIN, 2008).

livro *Geopolítica de las migraciones* (GEORGE, 1985), uma compilação de diversas conferências (CHRISTLIEB, 2011).

Por último, destaca-se a influência de Pierre George na Geografia brasileira, tema ainda assaz incipiente porém repleto de possibilidades investigativas. José Borzacchiello da Silva faz um exame das relações entre a França e a “escola brasileira de geografia” e aponta a hegemonia da geografia francesa por mais de meio século ² (SILVA, 2012).

Um episódio ilustrativo é o Congresso da União Geográfica Internacional (UGI) em 1956, onde “a delegação francesa não era a mais numerosa mas foi, sem contestação, uma das mais brilhantes... Maximilien Sorre, Pierre George, Jean Dresch, Jean Tricart, Pierre Birot (...)” (VALVERDE, 1989 *apud* SILVA, 2012:73). Ao longo das décadas de sessenta, setenta e oitenta, George “tornou-se uma espécie de unanimidade nacional (...)” (SILVA, 2012: 76). Seus livros tornaram-se bastante conhecidos entre nós, com destaque para os publicados pela Difusão Européia do Livro (DIFEL): *Geografia Ativa* (1968 [1964]), *A ação do homem* (1971 [1968]), *Populações Ativas* (1979 [1978]), *Os grandes mercados do mundo* (1969 [1952]), *Panorama do mundo atual* (1970 [1963]) e *Os métodos da Geografia* (1978 [1970]), além dos livros da coleção *Saber Atual* inspirada na coleção francesa *Que sais-je?* (O que eu sei?). Estes livros funcionavam quase como “manuais”, muitos com títulos referenciando uma sub-área da Geografia. A saber: *Geografia industrial do mundo* (1979 [1962]), *Geografia social do mundo* (1969 [1945]), *Geografia da U.R.S.S.* (1970[1963]) e *Geografia agrícola do mundo* (1975 [1946]). Outras editoras brasileiras também se interessam pela tradução de livros de George: *Geografia dos Estados Unidos* (1990 [1971]) é publicado pela editora Papirus; *A Economia dos Estados Unidos* (1989 [1947]) pela Martins Fontes; *Sociologia e Geografia* (1969 [1966]) pela Forense e *Geografia Econômica* (1970 [1956]) pela Fundo de Cultura.

É preciso também destacar que o interesse dos brasileiros por George ocorreu também por intermédio do maior centro de produção geográfica do país no século XX,

² Esse período corresponde ao recorte temporal do autor, que considera o surgimento da geografia em caráter acadêmico a partir de 1934, data de criação do primeiro curso de geografia no país. Porém, ele não nega a Geografia que existia anteriormente, sobretudo no que diz respeito à obra de Delgado de Carvalho (SILVA, 2012).

o IBGE. Como resultado de suas palestras e cursos na instituição, em 1970 editou-se a obra *Pierre George – Conferências no Brasil*, que tratava de temas urbanos e agrícolas, desenvolvimento, população e organização do espaço (GEORGE, 1970).

Encontramos referências a George na igualmente influente *Revista Brasileira de Geografia* (RBG) editada pelo IBGE. É o caso do artigo de Pedro Pinchas Geiger *Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro*, de 1960, que dialoga com George em diversos momentos a fim de compreender a dinâmica do urbano em termos históricos e geográficos. Assim, Geiger irá recorrer a uma conferência ministrada pelo francês em 1958 no Rio de Janeiro para afirmar que:

Em Pierre George encontramos: “a cidade em si é, ao mesmo tempo, um fato histórico e um fato geográfico, no sentido que a sua forma é um compromisso entre o passado e o presente, enquanto seu conteúdo humano e a atividade de seus habitantes são quase totalmente marcados pelo presente”. (GEORGE, 1958 *apud* GEIGER, 1960:3).

Por sua vez, a geógrafa Lysia Bernardes, em artigo também da década de sessenta, sublinha o nome de George no intuito de buscar compreender um espaço humanizado.

A geografia tem como objetivo fundamental não o estudo do espaço, mas o estudo da organização do espaço pelo homem. Ausente o homem ou sua influência, inexistente qualquer utilidade para o homem ou qualquer condicionamento que sobre ele venha a influir, não se trata mais de geografia, é o pensamento de Pierre George, um dos mentores da geografia francesa da atualidade. (BERNARDES, 1966:272)

No final da década de oitenta, Roberto Lobato Corrêa demonstra a continuidade da importância de George na Geografia brasileira a partir de uma nova perspectiva de entendimento dos estudos urbanos.

Os geógrafos, liderados por Pierre George, que quebra a visão monotônica da interpretação vidaliana da geografia francesa, começam a se preocupar, através do *aménagement du territoire* e das *metrópoles d'équilibre*, com a rede urbana (CORRÊA, 1989:116).

Em seu célebre *Por uma Geografia Nova*, ao conferir papel de destaque à interdisciplinaridade, Milton Santos lança mão da seguinte citação de George:

Deve ser claro para todos que o geógrafo, seja no plano da pesquisa ou no do ensino superior, não pretende substituir nem o economista nem o especialista na pesquisa social, nem o demógrafo nem o etnólogo. Mas ele deve saber utilizar seus resultados com todo o conhecimento de causa, quer dizer, sabendo como eles foram obtidos e, conseqüentemente, qual o grau de aproximação a que se chegou. (GEORGE, 1958 *apud* SANTOS, 2004:130 [1978]).

De qualquer maneira, a partir da década de oitenta no Brasil “a presença de Pierre George é mais tênue nos circuitos acadêmicos” (SILVA, 2012:76), reflexo de um descuido ou deformação das práticas didático-pedagógicas, onde os autores clássicos (tanto os nacionais quanto os internacionais) são classificados como ultrapassados (*idem*).

O distanciamento dos geógrafos brasileiros com a obra de George coincide com o início do período conhecido como o de renovação teórica e metodológica da geografia (*ibidem*) De forma sintética, Silva afirma o seguinte: “a procura exacerbada do novo, mesmo sendo interessante, peca pela perda da historicidade do processo de produção do saber” (*ibidem*, p.76).

O movimento de renovação da geografia no Brasil, que ganha força no fim da década de 70, apresenta uma grande complexidade. Há um envolvimento muito forte com o marxismo, porém não se resume à emergência de uma geografia marxista. De modo geral, apresenta um afastamento de muitos clássicos da Geografia, embora seja arbitrário e equivocado afirmar um total desligamento. Todavia, nesse contexto de transformação da ciência geográfica na escala nacional, a vasta literatura de Pierre George não se apresenta como a forte referência das décadas anteriores.

Recentemente, há um esforço, ainda restrito no Brasil, de resgate da literatura de George. Ruy Moreira, no seu livro sobre o pensamento geográfico brasileiro e as matrizes clássicas, analisa autores como Vidal de La Blache, Jean Brunhes, Jean Tricart e contempla Pierre George por meio de *A ação do homem* (1971). Vale lembrar que o próprio Moreira adverte os limites inerentes à interpretação de um autor clássico, bem como restringir uma vasta literatura a apenas um livro (MOREIRA, 2008). Mesmo tendo um caráter de ensaio, julgamos importante o esforço de Ruy Moreira — principalmente pela valorização dos geógrafos clássicos, convidando as novas gerações a conhecê-los e a aprofundá-los.

Finalmente, Amélia Damiani analisa a metrópole de São Paulo a partir dos fundamentos da geografia urbana georgeana, mostrando a atualidade do pensamento do geógrafo francês (DAMIANI, 2009). Alexandre Elias de Miranda Teodoro, na sua monografia de graduação, analisa a teoria e o método de George, tendo como recorte bibliográfico dez livros do autor. Ele posiciona George no contexto da história do pensamento geográfico, buscando suas principais influências internas e externas (TEODORO, 2013).

Meio ambiente e as novas relações de poder no século XX

No artigo “Problemas, doutrina e método” da obra *Geografia Ativa*, George afirma que a Geografia é uma ciência humana estudiosa do espaço que possui uma relação íntima com a história e com o tempo. Ele explora o método de partir das condições do presente mas sem perder o percurso histórico — este último é chamado pelo autor de *herança* (GEORGE, 1968 [1964]).

O autor sintetiza parte de suas ideias na noção de *situação*.

Uma situação é a resultante num dado momento – que é, por definição, o momento presente, em geografia – de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibição por parte dos elementos duráveis do meio e das sequelas das situações anteriores. Esta situação é fundamentalmente caracterizada pela totalidade dos dados e fatores específicos de uma porção do espaço que é, salvo nos casos – limites de margens inocuadas pelo homem, um espaço ordenado, uma herança, isto é, um espaço natural humanizado. A situação se define, antes de tudo, pela relatividade das relações entre as ações humanas e o meio (GEORGE, 1968:20-21 [1964]).

A partir desta abordagem, em *Panorama do mundo atual* George mostra as transformações do mundo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Estas mudanças serão assaz importantes para delinear novos parâmetros na relação entre sociedade e meio ambiente. Segundo ele:

Em menos de meio século, por uma sucessão de mutações bruscas, vemos surgir novas fontes de energia, novas matérias-primas, uma quantidade cada vez maior de produtos fabricados, que se vão eliminando reciprocamente por meio de processos de concorrência técnica e comercial (...). A máquina deixa de ser um simples auxiliar do homem para transformar-se num substituto do homem e, em casos extremos, ultrapassá-lo, realizando operações que ele é incapaz de fazer no próprio domínio dos

mecanismos e criações da inteligência (ordenadores eletrônicos) (GEORGE, 1970:38-39 [1963]).

O autor sinaliza a rapidez das alterações nas primeiras décadas do século XX, bem como a centralidade da política e das relações de poder, responsáveis por aportar novas dinâmicas na organização do espaço. “Os problemas técnicos que, em algumas ocasiões, eram decisivos para a geografia industrial do século XIX e início do século XX, parecem ser substituídos, em grande parte, por problemas políticos e financeiros”. (GEORGE, 1970 [1963], 1971 [1968]). O vínculo entre técnica e política parece cada vez mais íntimo para George, pois, na conclusão da obra *Sociedades em Mudança*, ele retoma a questão ao examinar as rápidas transformações do mundo daquele momento, afirmando que: “O problema não é mais de ordem sociológica ou geográfica, mas sim de ordem política.” (GEORGE, 1982:96 [1980])

Ele sinaliza uma nova dinâmica do par produção/consumo. Em suas palavras: “O consumo de produtos brutos aumentaram (...) o consumo total de energia do mundo (levando em conta o aumento do rendimento dos produtos energéticos no decorrer do período em questão) quadruplicou” (GEORGE, 1970:38-39 [1963]). Identifica também a diversificação de produtos, a importância crescente da química (que intervém diretamente no aumento da produção) e novas técnicas de produção, mostrando que tais elementos são “privilégios das sociedades mais intensamente industrializadas” (idem:48). Sobre o avanço técnico mundial, lemos: “(...) nunca esteve a informação tão presente nem tão insistente em toda parte. Nunca as distâncias pareceram tão reduzidas pela possibilidade de transpô-las em tempos cada vez mais curtos” (GEORGE, 1971:208 [1968]). Contudo, adverte que “as diferenças técnicas, aumentando brutalmente no curso do último século, agravaram as desigualdades entre as coletividades humanas.” (GEORGE, 1971, p. 208 [1968]).

Em 1966, ele afirmara que:

Hoje, num mundo desunido, porém mais do que nunca solidário, as comunicações são rapidíssimas e o deslocamento das pessoas é realizado a 1000 km/h. (...) É como se, em pouco mais de meio século, as distâncias de fato, isto é, os obstáculos concretos opostos às relações pela distância, tivessem sido reduzidos numa proporção da ordem de cinquenta vezes (GEORGE, 1970:69 [1966]).

Os efeitos de um mundo globalizado têm a técnica como aspecto basilar:

Tudo se modifica mais depressa do que nunca, com a aceleração da evolução das técnicas: é a característica da época atual, onde o homem enfrenta sucessivamente a esperança e a inquietação, resultantes ambas da incerteza (GEORGE, 1982:96 [1980]).

A desigual espacialização desse processo também é notada por ele ao esclarecer que “os políticos, os engenheiros e os homens de negócios deslocam-se mais facilmente de um continente para o outro do que se fazia na França de Luís Filipe de um departamento para o outro” (GEORGE, 1970:69 [1963]). Ou seja, apesar de um processo intenso da evolução dos transportes em um caráter global, não são todos os homens que estão inseridos na nova dinâmica de “encurtamento do espaço”; há uma forte inserção política e uma restrição socioeconômica, pois, afinal, “Não é mais a distância-tempo que intervém na limitação das relações e dos deslocamentos, mas sim a distância-preço” (GEORGE, 1970:69 [1963]). Esse momento turbulento dará novos contornos à questão do meio ambiente, que irá reproduzir, sobretudo, essas relações de poder no acesso, no uso e na degradação do meio ambiente.

Diante da relação entre os geógrafos franceses e o meio ambiente, Yvette Veyret aponta as contribuições de Jean Tricart e de Georges Bertrand nos anos sessenta. Na década seguinte, ela aponta uma tendência que enfatiza os fatores físicos e sua ligação com os fatores sociais, afirmando que tal perspectiva é formalizada por Pierre George em *O Meio Ambiente* (VEYRET, 2008).

Neste livro, o argumento começa por destacar que o meio ambiente é um tema de alçada de várias ciências, o que possibilita uma pluralidade de abordagens, tais como a da Biologia, da Arquitetura e do Urbanismo. A abordagem da Geografia seria analisar o meio ambiente considerando-o simultaneamente um meio e um sistema de relações. Posteriormente, George mostra que o estudo do meio ambiente na Geografia se confunde com o próprio objeto da ciência geográfica. E questiona: “Seu objeto não é exatamente o estudo de todas as formas de relações recíprocas existentes entre as coletividades humanas e seu envoltório espacial concreto?” (GEORGE, 1973:9 [1971]).

Sociedade, consumo e meio ambiente

O aumento substancial do consumo, uma das características marcantes da segunda metade do século XX, significa uma maior pressão sobre os recursos, e, conseqüentemente, uma maior produção de lixo. As relações desiguais de consumo também serão transportadas para a questão ambiental, com diferentes níveis de degradação. Nas palavras de George:

A difusão da indústria e a maior utilização dos produtos químicos no interior dos lares e na agricultura estendem os malefícios da poluição até os mais insignificantes córregos que circulam em paisagens aparentemente mantidas em estado natural (GEORGE, 1973:114 [1971]).

O autor cita o exemplo de vários corpos hídricos que banham as regiões industriais, como o rio Reno, o lago Erié, o rio Mississipi, e salienta que as poluições visíveis não são necessariamente as mais perigosas, destacando graves acidentes ocorridos em usinas, laboratórios etc. (GEORGE, 1973 [1971]). Assim, o crescimento exponencial da produção e do consumo de petróleo no século XX terá um grande impacto ambiental, tratado por ele como “marés negras” (GEORGE, 1973:115 [1971]).

“Em suas obras, George parece cético diante da política ambiental praticada — quer em relação às conferências e eventos, quer no tocante às novas formas de organização do território, novas empresas e novos consumos”

Diante dos vários recursos importantes para a economia mundial (GEORGE, 1971[1968], 1973 [1971], 1990 [1971]), o geógrafo francês aborda também a questão da água, salientando que “seu valor foi reconhecido desde a mais remota Antiguidade” (GEORGE, 1973:43 [1971]), constituindo-se em um “meio vital, quer se trate da água doce, quer da água do mar” (idem, p.44). Diante do contexto atual, “a necessidade de água para a alimentação e uso das populações urbanas cresceu em proporções prodigiosas” (ibidem, p.46), assumindo “importância cada vez maior nos processos tecnológicos modernos” (GEORGE, 1971:107 [1968]) tanto no auxílio da produção quanto como depósitos de resíduos. “Nessas condições, a presença da água — tanto no início como no final do ciclo industrial — constitui um

importante fator quando se trata de localizar as usinas e os centros industriais” (GEORGE, 1973:47 [1971]). Com tamanha importância e crescente consumo, a água “ameaça tornar-se um bem raro e caro” (GEORGE, 1971:107 [1968], 1990:103 [1971]), sendo ainda “comprometida pela poluição” (GEORGE, 1990:103 [1971]), o que agrava o problema.

Ainda sobre consumo, George salienta a emergência do consumo verde e das novas relações entre empresas e meio ambiente:

Como resultado, talvez se verifique um agravamento dos encargos sociais, uma elevação do preço de custo de certos produtos e, com toda certeza, o enriquecimento de novas empresas responsáveis pela criação de meios de seguro. O meio ambiente passa a ser um mercado, o seguro de uma mercadoria. O saneamento, o embelezamento do quadro de vida, são objeto de novas produções e fonte de novos lucros (GEORGE, 1973:9 [1971]).

Quase vinte anos depois, Stephan Schmidheiny dedicará o livro *Mudando de rumo* (1992) a uma grande discussão de como as empresas devem estar inseridas no debate ambiental, sinalizando, inclusive, casos de “sucesso” como a empresa brasileira Aracruz celulose, mostrando assim que a tendência apontada por George ganharia corpo nas décadas posteriores (SCHMIDHEINY, 1992).

Mais que o desenvolvimento de novos ramos e novas empresas, o consumo verde irá revelar relações de poder, pois a população pobre será a mais atingida com o aumento dos encargos sociais e a elevação do preço dos produtos. Fatalmente, a população abastada terá maior acesso ao consumo de produtos e serviços “verdes”, gerando um discurso que atribui à população pobre maior responsabilidade pela degradação ambiental e, portanto, reforçando o pensamento neomalthusiano³.

Conforme registra George:

Deste ponto, um simples passo pode levar a um certo maniqueísmo: os bons concitam a uma cruzada em prol do aprimoramento e do saneamento do meio ambiente, contrapondo-se aos maus que o tornam perigoso. Para arrastar as massas à cruzada, é necessário aterrorizá-las. (GEORGE, 1973:9 [1971]).

³ Leandro Dias de Oliveira revela o caráter neomalthusiano do discurso dos países desenvolvidos na primeira conferência mundial sobre o meio ambiente em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972 (OLIVEIRA, 2011).

O medo parece um método convincente para incluir a população no consumo verde ou, pelo menos, ressaltar a necessidade de não se escapar desse quadro. Tal ameaça está na “proliferação dos meios e vetores cancerígenos, na progressiva irradiação do mar pelo acúmulo de detritos radiativos, na infecção bacteriana dos rios e das águas costeiras (...)” (idem, p.9), bem como no “medo de alimentos ou de bebidas que possam conter germes de qualquer natureza, medo de contágios, de corrosões por agentes introduzidos no meio, na água, no ar” (ibidem, p.14).

Analisando as contradições do pensamento ambiental nos Estados Unidos — país que está na gênese desse discurso e um dos que mais degradam o meio ambiente —, Pierre George reafirma a relação envolvendo *medo*, *meio ambiente* e *consumo verde*.

No comportamento psicológico comum do americano, esse medo de estar mergulhado num mundo de concreto, de óxido de carbono e de desejos indestrutíveis, apesar do conforto assegurado pelos escritórios e apartamentos com ar condicionado, traduz-se por uma sede pelo meio natural, que talvez penetre suas mais profundas raízes na velha tradição anglo saxônica do amor à natureza (GEORGE, 1990:102 [1971]).

A política ambiental

Na conclusão do livro *O meio ambiente*, George levanta a seguinte interrogação: “uma política do meio ambiente?” (GEORGE, 1973:119 [1971]). Assim, faz-se necessária a criação de ações corretivas para os graves problemas do meio ambiente, juntamente com novas formas de relação entre os centros residenciais ou de trabalho e a natureza (idem). “Entretanto”, adverte ele, “não é nada cômodo definir uma ação deste tipo que, de qualquer forma, se projeta em escalas diferentes” (ibidem, p.119-120).

George parece criticar concepções e noções totalizantes que pretendem dar conta das inúmeras questões chamadas de ambientais em diferentes escalas a partir de um conceito-chave. Tal raciocínio também é expresso de forma similar por alguns autores da atualidade (SOUZA, 2005; GONÇALVES, 2006; OLIVEIRA, 2006, 2011) que abordam o desenvolvimento sustentável, noção que tenta articular problemas de diferentes escalas.

George mostra a obrigatória relação do ambiental com o social:

Ao nível da organização de uma forma de utilização racional e cuidadosa das potencialidades de um meio que deve ser preservado a fim de que dele se retire o melhor partido social possível, a política do meio ambiente se confunde com a organização do território. Todavia, bem depressa se ultrapassa a escala local e regional. Atinge-se a escala planetária (GEORGE, 1973:120 [1971]).

Pierre George retraça um quadro sobre os encontros que delinearão a política ambiental no século XX: da Primeira Conferência Internacional sobre a Proteção das Paisagens Naturais em Berna (1913), passando por Paris (1923), Londres (1923) e Nova York (1968) até chegar à famosa Conferência de Estocolmo (1972), tida por ele como “uma atualização em escala exigida pelo agravamento do problema” (GEORGE, 1973:16 [1971]).

Do ponto de vista mais geral, sua apreciação o conduz a pensar da seguinte maneira:

O aumento dos custos de produção e de serviços, ligado ao aumento dos preços do petróleo, o surgimento de concorrentes, oriundos dos países em via de desenvolvimento, revelaram as contradições de um progresso que as condições de mobilização dos recursos do planeta não podem indefinidamente assegurar (advertência do Clube de Roma) (GEORGE, 1982:25 [1980]).

George recusa tanto as posições do Clube de Roma quanto a idéia de crescimento zero (VEYRET, 2008).⁴ Contrário às posições dos países desenvolvidos e aos “limites do crescimento”, ele ressalva que este limite é “constantemente dilatado pelos progressos de uma técnica que se torna cada vez mais onerosa” (GEORGE, 1982:25 [1980]). Em sua interpretação, a responsabilidade maior da degradação ambiental em larga escala deixa de ser da população numerosa dos países subdesenvolvidos (posição do Clube de Roma) e recai nas sociedades industrializadas. A própria ideia de crescimento zero pode significar essa fase de incertezas vivida pelos países

⁴ O Clube de Roma era uma espécie de cúpula mundial composta pelas maiores referências nos campos econômico, científico e político e chancelada pelo Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT). O Clube de Roma desenvolveu-se de modo expressivo entre os anos de 1968 e 1971, produzindo um ano antes da Conferência de Estocolmo o relatório *Limites do Crescimento*, cujo conteúdo indicava, sob a perspectiva neomalthusiana, um futuro catastrófico para o mundo. O crescimento zero é uma idéia central nas discussões da Conferência de Estocolmo, quando os países desenvolvidos propuseram o bloqueio do crescimento econômico para os países subdesenvolvidos — à luz da teoria neomalthusiana presente no relatório mencionado (vide OLIVEIRA, 2006).

desenvolvidos (cf. GEORGE, 1982), que enxergam os países recém-industrializados como ameaças na disputa pelo controle da economia mundial.

Acerca dos Estados Unidos, George mostra que o “retorno à natureza” é amplificado quando do crescimento das cidades e a formação de megalópoles (GEORGE, 1990 [1971]). Além de busca de espaços “naturais” nas margens da cidade, há uma incorporação de áreas verdes e novos costumes nas megalópoles — o que reforça a importância da organização do território:

O americano busca uma contrapartida ao meio urbano numa volta episódica à natureza. Um elemento importante da organização do território torna-se, por isso, a constituição de reservas naturais para os passeios e o camping. Existem nas proximidades das cidades – incorporadas à Megalópole – com espaços reservados aos piqueniques à sombra, com mesas e bancos de madeira, em regiões litorâneas acessíveis, a algumas horas de carro, ou nas ‘regiões selvagens’ do oeste, para onde vão em caravanas durante o verão. O número de parques nacionais aumenta incessantemente, para responder a essa necessidade de espaço natural ou paranatural protegido contra as degradações (GEORGE, 1990:106 [1971]).

Em suas obras, George parece cético diante da política ambiental praticada — quer em relação às conferências e eventos, quer no tocante às novas formas de organização do território, novas empresas e novos consumos (GEORGE, 1973 [1971], 1982 [1980], 1990 [1971]). Quando ele registra que “parece muito mais cômodo retocar as superestruturas do que encarar uma remodelação das mesmas” (GEORGE, 1973:8 [1971]), sua crítica mostra que quaisquer mudanças que ameacem o lucro e a estrutura desigual vigente no mundo capitalista não terão respaldo. Parece-nos claro que o apelo ambiental também se constitui como uma forma de lucro, além de uma forte posição política, que pode ser manobrada para atender aos interesses da classe dominante.

Considerações Finais

O propósito do presente artigo foi resgatar alguns elementos ao redor da geografia de Pierre George, com destaque para a abrangência de seu olhar sobre as relações entre as sociedades e o meio ambiente em um mundo capitalista. Sobre este particular,

cremos que Pierre George traz novos elementos para discussão. No âmbito da Geografia, trata-se de discurso inovador nas décadas de sessenta e setenta e, decerto, surpreendente pela atualidade. Ele caminha na direção contrária à fragmentação racionalista-positivista que penetrou certos ramos da Geografia e alguns estudos sobre meio ambiente. Sua postura crítica foi bastante relevante: tratando o meio ambiente a partir das relações de poder inspirado pelo marxismo, enfatizou a estrutura de desigualdade no uso dos recursos e nas políticas ambientais.

Mais que uma concepção contemplativa, ecocêntrica ou nostálgica de meio ambiente, George se esforça para apresentar uma visão que integra este último a uma lógica espacial e territorial. Além disso, o autor mostra a importância do aspecto social e a função da dimensão política como decisivos para a compreensão da disponibilidade e do uso de recursos, da degradação ambiental em larga escala, dos novos sentidos inseridos no cotidiano e das novas práticas espaciais.

George expõe nitidamente que a Geografia deve se preocupar em produzir análises sobre o meio ambiente à luz do amálgama natureza-sociedade. O livro *O meio ambiente* é grande exemplo desta reflexão: ele inicia com os temas *solo, atmosfera e água* (percebidos em termos físicos e humanos) e termina com questões concernentes às tramas da política ambiental — sem negligenciar, evidentemente, os fatores físicos, incluídos nas novas formas de organização do território.

Dessa forma, ele reafirma constantemente o amálgama mencionado, afirmando ser a Geografia a “*ciência do meio ambiente humano*” (GEORGE, 1973:9 [1971]), ou então, intitulado um capítulo do livro *O Homem na terra* (1989) de “Uma Geografia do meio ambiente”, destacando que “a adoção do termo meio ambiente e do seu conteúdo implica uma escolha na atitude do geógrafo” (GEORGE, 1989:137).

Enfim, George consegue visualizar o papel da sociedade de consumo na degradação ambiental em larga escala, criticando determinadas posições e políticas que visam apenas manter o *status quo* e culpabilizar a população mais pobre. Ele mostra também seu descrédito para com idéias que tentam oferecer soluções para a multiforme e multiescalar problemática ambiental, o que, de certa forma, antecipa noções como o ecodesenvolvimento, constituída após a Conferência de Estocolmo, e o

desenvolvimento sustentável, popularizada a partir do Relatório Brundtland de 1987 (a esse respeito, ver SOUZA, 2005; OLIVEIRA, 2006; GONÇALVES, 2006).

Atualmente, quando alguns geógrafos promovem um exercício de retorno crítico-construtivo aos nossos clássicos, tal esforço poderá revelar muitas surpresas. Uma delas? O pensamento geográfico não sobrevive apenas por rupturas. Assim, os clássicos são importantes fontes para compreensão do mundo atual.

Referências bibliográficas

AMADOR, Maria Bethânia Moreira. O pensamento de Edgar Morin e a Geografia da Complexidade. *Revista Científica ANAP Brasil*, ano 2, v. 2, 2009.

BERNARDES, Lysia M. C. Geografia e Poder Nacional. *Revista Brasileira de Geografia*, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, nº 3, julho-setembro, 1966.

BRUNHES, Jean. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962 [1956].

CHRISTLIEB, Federico Fernández. Paradero 2010: La Geografía Universitaria en México setenta años después. In: BOCCO, Gerardo (org.) *Geografía y ambiente en América Latina*. Centro de Investigaciones en Geografía Ambiental (CIGA), UNAM, México, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção Geográfica brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, v. 51, n.3, jul./set. 1989.

DAMIANI, Amélia Luisa. A urbanização crítica na metrópole de São Paulo a partir de fundamentos da Geografia Urbana. *Revista da ANPEGE*, v. 5 (2009).

DIEGUES, Antonio C. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 6ª edição, Editora Hucitec. São Paulo (2008).

GEIGER, Pedro Pinchas. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, ano XXII, nº 1, jan-mar (1960).

GEORGE, Pierre. *O Meio Ambiente*. Difusão Européia do livro – Saber Atual. São Paulo, 1973 [1971].

_____. *Ação do homem*. Difusão Européia do livro – Saber Atual. São Paulo, 1971 [1968].

_____. *Geografia Ativa*. Difusão Européia do livro – Saber Atual. São Paulo, 1968 [1964].

_____. *Panorama do mundo atual*. Difusão Europeia do livro – Saber Atual – São Paulo, 1970 [1963].

_____. *Geografia dos Estados Unidos*. Papirus Editora, Campinas, SP, 1990 [1971].

_____. *Sociologia e Geografia*. Editora Forense, São Paulo, 1969 [1966].

_____. *O homem na terra – A Geografia em acção*. Universo da Ciência, Rio de Janeiro, 1989 [1989].

_____. *Sociedades em Mudança – Introdução a uma Geografia social do mundo moderno*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982 [1980].

_____. *Os métodos da Geografia*. Difusão Européia do livro – Saber Atual. São Paulo, 1978 [1970].

GONÇALVES, Carlos W.P. *O desafio ambiental*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2004.

_____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2006).

_____. Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico In: MOREIRA, Ruy (org). *Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes (1982).

HAMELIN, Louis-Edmond. Traits de la carrière de Pierre George. In: *Cahiers de géographie du Québec*. Volume 52, numéro 146, septembre, p. 237-246, 2008.

MARÈS, Antoine. Parcours d'un géographe In Pierre George (1909-2006): Un Géographe Témoin de Son Temps. Hommage des Annales de Géographie. In: *Annales de géographie*, 2008.

MAROIS, Claude. Pierre George: un pionnier de la géographie de la population. In: *Cahiers de géographie du Québec*, vol. 52, n° 146, 2008, p. 295-301.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. Editora Contexto. São Paulo, 2006.

_____. *O Pensamento Geográfico brasileiro*. Editora Contexto. São Paulo. 2008.

OLIVEIRA, Leandro D. *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: Um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (RIO-92)*. Tese (doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, UNICAMP, Campinas, 2011, 264 pp.

PAIXAO, R. A. Geografia e Meio Ambiente In: MOREIRA, R. (org) *Geografia: Teoria e Crítica – o saber posto em questão*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 1982.

RAMÃO, Felipe de Souza. *A Incorporação do Discurso do Desenvolvimento Sustentável no Ensino de Geografia*, 2010. Monografia (Pós-Graduação em Educação Básica – Modalidade: Ensino de Geografia), UERJ – FFP, São Gonçalo/ RJ, 2010.

_____. A Geografia de vanguarda de Pierre George: Contribuições para o estudo geográfico do meio ambiente. In: *XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG*, 2012, Belo Horizonte. ANAIS DO XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG, 2012.

_____. A ação do homem e a ciência do meio ambiente humano: A relevância do trabalho de Pierre George. In: *III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e I Encontro Nacional de Geografia Histórica*, Rio de Janeiro, 2012.

ROCHFORT, Michel. Les structures sociales dans la pensée géographique de Pierre George. In: *Cahiers de géographie du Québec*, vol. 52, n° 146, 2008.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*; Editora EDUSP. 4ª edição, São Paulo, 2008.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo, 6ª edição, EDUSP, 2004.

SILVA, José Borzacchiello da. *França e a Escola Brasileira de Geografia: verso e reverso*. Edições UFC, Fortaleza, 2012.

SCHMIDHEINY, S. *Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1992 [1992].

SOUZA, Marcelo L. de *O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócioespacial nas Metrôpoles Brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2005).

TEODORO, Alexandre Elias de Miranda. Pierre George: Questionamentos e Evolução do conhecimento geográfico entre as décadas de 1940 a 1980. In: *III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e I Encontro Nacional de Geografia Histórica*, Rio de Janeiro (2013).

VEYRET, Yvette. Pierre George, pionnier de l'environnement em géographie. In: Pierre George (1909-2006) : un géographe témoin de son temps. Hommage des Annales de Géographie. In: *Annales de géographie*, 2008/1 n° 659, p. 3-31.

LONDRES 2012 E RIO DE JANEIRO 2016:

Conceito e Realidade na Produção da Cidade Olímpica

Gilmar Mascarenhas*

Resumo: atualmente é impossível ignorar a importância dos grandes eventos esportivos na ideologia que move o debate da “reestruturação urbana”. Propomos discutir o “modelo Barcelona” que influenciou as candidaturas de Londres e Rio de Janeiro. O projeto de Londres foi focado principalmente na regeneração urbana de uma antiga área industrial (o "brownfield" em Stratford). O projeto olímpico Rio de Janeiro se assemelha muito mais ao de Pequim 2008: orçamento elevado, despejos violentos em grande escala e monumentalidade extravagante. Pretendemos analisar o nível de influência do modelo de Barcelona, identificando algumas semelhanças e diferenças entre Londres e Rio de Janeiro.

Palavras-chave: cidade olímpica; conflitos urbanos; Londres; Rio de Janeiro.

LONDON 2012 AND RIO DE JANEIRO 2016: CONCEPT AND REALITY IN PRODUCTION OF OLYMPIC CITY

Abstract: Nowadays, it is impossible to ignore the importance of sports mega-events in the ideology of urban restructuring. This paper proposes to discuss the "Barcelona model", which influenced both Rio de Janeiro and London's bid. The Olympic project of London was mainly focused on urban regeneration of an old industrial area (the brownfield at Stratford). The olympic project of Rio de Janeiro seems to be more like the "Spectacular Beijing": strong budget, large-scale violent evictions and monumentality. It was intend to examine the level of influence of the Barcelona model and to identify some similarities and differences between London and Rio de Janeiro.

Key-words: olympic city; urban conflicts; London; Rio de Janeiro.

LONDRES 2012 Y RIO DE JANEIRO 2016: CONCEPTO Y REALIDAD EN LA PRODUCCIÓN DE LA CIUDAD OLÍMPICA

Resumen: actualmente, es imposible ignorar la importancia de los grandes eventos deportivos en la ideología de la reestructuración urbana. Nos proponemos discutir el "modelo Barcelona", el cual

* Professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

influyó en las candidaturas olímpicas de Río de Janeiro y de Londres. El proyecto de Londres se centró principalmente en la regeneración urbana de una antigua zona industrial (el brownfield en Stratford). Río de Janeiro se asemeja al "Spectacular Beijing": presupuesto elevado, desalojos violentos a gran escala y monumentalidad. Tenemos la intención de examinar el nivel de influencia del modelo Barcelona, para identificar las similitudes y diferencias entre Londres e Rio de Janeiro.

Palabras claves: ciudad olímpica; conflictos urbanos; Londres; Rio de Janeiro.

Introdução

Os Grandes Eventos Esportivos da atualidade se definem por um conjunto de competições periódicas, geralmente quadrienais, que vêm apresentando há décadas crescimento constante e elevada capacidade de impactar as cidades onde são realizados, sobretudo em se tratando dos Jogos Olímpicos de Verão. Nesse sentido, conferem ao pesquisador a oportunidade de refletir sobre temas mais amplos como globalização e guerra dos lugares, movimentos sociais e territorialidades, cidadania e gestão urbana, *city marketing*, dentre outros.

Atualmente, realizar megaeventos esportivos implica a articulação de complexo concerto logístico e ampla coalizão política. Para conquistar o direito de se tornar provisoriamente o grande "centro midiático global", as cidades se esmeram na construção de projetos fabulosos, com inquestionável poder de transformação sobre os espaços onde são realizados. Enquanto grandes projetos de desenvolvimento urbano que visam legitimação (construir um "legado"), também representam uma oportunidade para pensar e enfrentar crônicos problemas da cidade.

O que chamamos de "produção da cidade olímpica" envolve pelo menos quatro dimensões fundamentais e articuladas entre si:

1) A dimensão físico-territorial, expressa na infraestrutura urbana requerida pelo megaevento. Um conjunto de transformações na materialidade da cidade, no sentido de dotá-la de equipamentos específicos (esportivos e de alojamento provisório), e condições também específicas de acessibilidade, externa e interna.

2) A dimensão político-institucional, expressa na coalizão de forças e interesses, desde a formatação do dossiê de candidatura à implementação das medidas, através da formação de uma entidade gestora temporária, o que requer quase sempre a imposição de excepcional supressão da legalidade na gestão do urbano.

3) A dimensão cidadã, que compreende os direitos humanos e o envolvimento da sociedade civil, bem como sua contestação aos projetos, aos desrespeitos para com as comunidades e aos privilégios concedidos à “família olímpica”.

4) A dimensão simbólica, expressa na retórica legitimadora do evento e seu legado, no *city marketing*, na manipulação da positividade dos valores esportivos e “olímpicos” e nos elementos do discurso “patriótico” da cidade.

A partir da reflexão acumulada em quase dez anos de investigação acerca do “urbanismo olímpico” (MASCARENHAS, 2004), e do exame de novas empirias em curso, pretendemos colocar em debate as experiências mais recentes de produção da cidade olímpica e a influencia de Barcelona como paradigma. Tomaremos o caso de Londres (2012) e do Rio de Janeiro em sua preparação para os Jogos de 2016, para averiguar como as dimensões supracitadas compuseram quadros singulares e como tais quadros podem ser remetidos a experiências anteriores em outros lugares, bem como nos reportar a existência de novas tendências na produção da cidade olímpica. Sendo profundamente imbricadas, todas as dimensões serão consideradas, no entanto, ênfase especial será concedida à dimensão físico-territorial.

O texto se divide em três segmentos. O primeiro dedicado a reflexões sobre o modelo Barcelona; o segundo analisa o caso de Londres 2012, e o terceiro aborda o caso do Rio de Janeiro 2016.

1 - O caso de Barcelona: discurso e realidade

Os Jogos Olímpicos de Barcelona devem ser compreendidos dentro de seu contexto histórico. Temos por um lado um país em pleno processo de redemocratização, após décadas de ditadura franquista; que vive também um momento econômico privilegiado, pela recente inserção no bloco europeu. Por outro lado, no contexto regional catalão, presenciamos a cidade de Barcelona em movimento de afirmação metropolitana, ratificando sua identidade cosmopolita e ao mesmo tempo mediterrânea, com forte anseio de projeção internacional. Uma cidade que vivenciava nos anos 1980 uma experiência de planejamento que a tornou referência nos debates urbanísticos.

Por outro lado, temos, na mesma época, o processo de transição profunda no urbanismo olímpico. Os Jogos de Los Angeles (1984) representam um marco na evolução da experiência urbanística olímpica, e na própria concepção e organização dos jogos. Tal mudança se insere no contexto mundial da década de 1980, que marcou para sempre a trajetória do socialismo e do estado de bem-estar social. A ascensão de governos de corte neoliberal (com destaque para Ronald Reagan nos EUA e Margareth Thatcher no Reino Unido) sinalizava um novo momento histórico, de recuo das políticas públicas de interesse social em favor do mercado, no que diversos autores definem como modo de acumulação pós-fordista (HARVEY, 1996).

O esporte, como qualquer outra dimensão da vida econômica e social, não poderia deixar de sofrer impactos destes novos ventos. O COI (Comitê Olímpico Internacional), capitaneado pelo catalão Juan Antonio Samaranch, bem como a FIFA (sob a direção do brasileiro João Havelange) se reestruturam, no sentido de multiplicar os recursos financeiros, especialmente através do marketing agressivo das marcas esportivas e da negociação de direitos de transmissão dos seus eventos. Inicia-se então um novo período para o urbanismo olímpico, no qual os Jogos de Barcelona se inserem, ainda que de forma peculiar, conforme veremos adiante¹.

¹ Ambos presidiram por longo período as respectivas entidades. Samaranch esteve a frente do COI de 1980 a 2001, gestão somente superada em duração pelo lendário Barão de Coubertin, criador dos Jogos Olímpicos na era moderna, que presidiu a entidade de 1896 a 1925.

Quando a cidade conquistou, em 1986, o direito de sediar os Jogos Olímpicos de 1992, já funcionava há pelo menos quatro anos no setor de gestão urbanística da municipalidade uma equipe organizada para pensar os espaços olímpicos (TELLO, 1993: 107). Portanto, desde o início dos anos oitenta o poder local percebia a possibilidade de realizar este grande evento como estratégia para empreender as intervenções urbanísticas previstas no “Plan General de Ordenación Urbana del Area Metropolitana de Barcelona”, formulado em 1976, e seguramente conduzido e liderado pelo urbanista Oriol Bohigas.

O referido plano previa a aquisição de terrenos privados para cobrir o imenso déficit de equipamentos de uso coletivo e espaços públicos, herança de décadas de ditadura franquista e crise econômica. Os recursos públicos, todavia, não eram suficientes para a dimensão e alcance das intervenções previstas no plano, de forma que a cidade recorreu mais uma vez ao velho expediente de captação de recursos através de grandes eventos, a exemplo do que ocorrera nas grandes exposições de 1888 e 1929.² Assim nasceu o projeto olímpico em Barcelona.

Até meados dos anos oitenta, a gestão urbana seguiu o referido plano em detalhes, realizando intervenções locais diversas, com ênfase na recuperação do centro histórico. A partir de 1986, com a conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos, surge a “segunda modernidade de Barcelona” (a primeira seria a grande reforma urbana do Plano Cerdá) (Jauhiainen, 1994). A perspectiva de realização das Olimpíadas mudou completamente a tônica e o alcance da gestão urbana: mudanças estruturais, espetaculares e formação de novas centralidades no âmbito metropolitano. Segundo Jauhiainen (1994: 47-48), a imagem passou a ser mais importante que a realidade, e o governo regional catalão (a Generalitat), “direitista”, se impôs gradativamente ao projeto “esquerdista” do governo metropolitano³.

² Nas palavras de Rosa Tello (1993:104), Madrid sempre contou com recursos do poder central, ao contrário de Barcelona. Mesmo Sevilha fora recentemente beneficiada pelo governo espanhol, com a implantação da conexão ferroviária de alta velocidade Sevilha-Madrid, e diversos investimentos na cidade.

³ Visão menos crítica apresentam Tello (1993) e Carreras e Tello (1998). Mas Jauhiainen lamenta justamente a falta de análises profundas e críticas acerca do urbanismo catalão, festejado mundialmente como paradigma e gerador de inúmeros artigos e livros que não passariam de “a post-modern narrative fiction” (op.cit. p.49).

O fato é que os jogos propiciaram uma grande concentração de recursos públicos e privados, e sem dúvida estes foram investidos em infraestrutura urbana, seguindo os princípios e objetivos gerais do plano metropolitano de 1976, com sua visão holística, seu conteúdo relativamente democrático e seu propósito de projeção internacional e reinserção de Barcelona na rede de grandes cidades européias, especializando como centro de gestão e de serviços avançados.

Em linhas gerais, o projeto olímpico não privilegiou o esporte ou o evento em si, e sim a cidade como um todo. Sete foram seus eixos mestres, de acordo com CARRERAS e TELLO (1998), que esquematizamos e resumimos a seguir:

- A revitalização do centro histórico, descompactando sua trama medieval, abrindo espaços públicos e refuncionalizando inúmeros edifícios;
- A recuperação da zona costeira, fachada da cidade, reinserindo-a na vida social urbana, através do incentivo ao uso residencial e da implantação de atrativos turísticos e de lazer;
- Alteração no uso do solo, gerando parques urbanos, novas centralidades e monumentalidades na periferia, e recuperação/refuncionalização de equipamentos obsoletos, como fábricas fechadas, terminais ferroviários subutilizados etc.;
- O impacto das novas tecnologias, sobretudo no âmbito das comunicações, expandindo a rede de fibra ótica e as possibilidades de uso da telefonia móvel, mas também na formação de incubadoras de empresas;
- A melhoria na infraestrutura de acesso, construindo túneis,anel viário, ampliação da rede de metrô (rumo à periferia), enquanto na área central se multiplicaram as vias de uso exclusivo pedestre;
- Implantação de grandes equipamentos urbanos em toda a área metropolitana, voltados para o esporte, a arte e a cultura em geral, além da expansão fundamental da rede de esgoto;
- A ênfase nas políticas sociais, embora sem contornar satisfatoriamente os déficits de moradia e a questão da segurança pública;

Neste sentido, pode-se afirmar que os Jogos Olímpicos de 1992 permitiram a realização de amplas melhorias urbanas em Barcelona.

Examinando as intervenções urbanísticas diretamente voltadas para o evento, percebemos que a Vila Olímpica de Barcelona, muito bem equipada e provida de amenidades naturais como a posição litorânea, expressa o propósito de revitalização costeira e da área antiga da cidade. O fato de constituir iniciativa privada certamente condicionou a natureza essencial do projeto: a gentrificação. Um bairro industrial decadente, porém vivo, com sua população pauperizada, que foi removida integralmente, para dar lugar a um bairro luxuoso.

Importante frisar a perspectiva do “equilíbrio urbano”, ou seja, a preocupação com a distribuição espacial das instalações, de forma a contemplar a cidade como um todo, e não privilegiar uma determinada zona ou bairro: de fato, em vez de realizar a clássica construção de um grande parque olímpico, Barcelona optou pela desconcentração, criando quatro parques menores, espalhados pela cidade. Dessa forma, evitou instalações superdimensionadas, condenadas à condição de “elefantes brancos” após o final dos jogos.⁴ Instalações específicas, como o ginásio de basquetebol, o de hóquei e o estádio de beisebol, foram edificadas em pequenas cidades vizinhas (respectivamente Badalona, Terrassa e Viladecans), carentes deste tipo de equipamento (TRUÑÓ, 1996: 55). Vale registrar que, dos 43 equipamentos utilizados durante o evento, apenas 15 foram construídos na ocasião. Em outras palavras, privilegiou-se o aproveitamento do parque esportivo já existente, remodelando-o quando necessário, reduzindo assim o custo do evento (TRUÑÓ, 1996: 53).

O urbanista Lluís Millet explica que desde a redemocratização do país (período pós-franquismo) no final dos anos 1970, havia a preocupação com o fato de Barcelona historicamente ter concentrado em sua zona oeste (bairros nobres, aeroporto e balneários famosos) a maior parte dos investimentos públicos, em detrimento da zona leste, operária e industrial, carente de infra-estrutura, gerando assim uma cidade desigual (MILLET, 1996: 236). Informa ainda que

⁴ Vale frisar que, das vinte instalações construídas para os Jogos Olímpicos de Atenas (2004), apenas duas vêm recebendo uso efetivo (*O Globo*, 15/03/2005).

(...) ocorreram pressões enormes para situar os grandes conjuntos olímpicos perto do aeroporto, uma área nova de colonização. Havia interesses especulativos, havia interesses particulares de pessoas ligadas à própria organização da olimpíada. Foi, digamos, realmente um exercício democrático o de não cedermos a estas pressões (...) dando à cidade aquilo que o crescimento urbano dos últimos 40 anos a havia negado (...) a operação de Barcelona foi de reconquista da cidade, uma operação de renovação urbana. (MILLET, 1996: 31).

Em síntese, o urbanismo olímpico dos jogos de 1992 reflete de um modo geral a nova era: articulação de interesses privados, monumentalidade e projeção urbana. Mas Barcelona contava com um plano diretor, de âmbito metropolitano, gerado no contexto da redemocratização espanhola, e realizou a façanha de conjugar a natureza e exigências dos jogos com os objetivos fundamentais da gestão urbana. Vejamos a seguir o caso do Rio de Janeiro, que apenas esboçou seguir os passos da experiência catalã.

II – Londres 2012: desnudando o modelo, entre a promessa e o legado

Os Jogos de Londres elegeram a zona leste como palco central dos acontecimentos e dos investimentos. Decisão locacional que surpreendeu a muitos, considerando a persistente dicotomia econômica e social no espaço urbano londrino.

Para melhor compreender o significado da zona leste no contexto atual de Londres, é preciso recuar um pouco no tempo, no processo histórico de produção do espaço metropolitano. No início do século XIX, quando era considerada a maior cidade do mundo, os efeitos da revolução industrial já se faziam sentir claramente na estruturação do espaço urbano londrino. As fábricas se concentravam sobretudo ao norte da *City*, numa espécie de primeiro cinturão fabril. Todavia, o advento e a rápida expansão das ferrovias, a partir de 1830, favoreceram a dispersão do espaço fabril e o surgimento de novos padrões locacionais, fugindo dos elevados preços da terra urbana no entorno imediato do centro (HOGGART e GREEN, 1991: 19) de forma que já no final deste século, o leste londrino tornou-se marcadamente a principal zona industrial da cidade. O bairro de Stratford (onde se inserirá mais tarde o Parque Olímpico de 2012) compõe esta zona.

Londres foi a capital de um vasto império durante o século XIX, aglomerando milhões de habitantes num cenário inédito de concentração espacial de riqueza, monumentalidade e níveis de pobreza extrema. Enquanto o leste (seguido pelo norte londrino) concentra as zonas proletárias altamente precarizadas, o oeste se consagra como o lado oposto e reluzente da capital. Ali se concentram os principais parques urbanos, os palácios, as residências imperiais. Há séculos as elites elegeram o oeste como zona especial de amenidades, distanciando-se do barulho e odores das docas e das manufaturas. Políticas urbanas foram paulatinamente consolidando esta segregação espacial, removendo núcleos de pobreza e criando locais emblemáticos como o Hyde Park, onde foi realizada a Grande Exposição de 1851. Em linhas gerais, este padrão espacial dicotômico se conserva até os dias atuais.

As últimas três décadas trouxeram novos elementos ao arranjo espacial londrino. A desindustrialização, o desmonte do welfare state e o “renascimento de Londres” (como grande centro financeiro) colocou o leste em foco: pobreza, convulsões e proximidade da reluzente zona de Canary Wharf. Vários projetos, desde a década de 1980, voltados para habitação social e transporte público, não foram implementados, pois no novo cenário de gestão neoliberal, as demandas básicas de investimento em infraestrutura na zona leste, (tais como um aprovado projeto de expansão da linha Jubilee, do metrô) deveriam aguardar o interesse privado, já que somente com volumes substanciais de apoio empresarial este projeto seria executado (HOGGART e GREEN, 1991: 149). Em suma, a era “tatcheriana” viria comprometer ainda mais as condições precárias da zona leste e de outros bolsões de pobreza na cidade, que serão igualmente palco das principais revoltas na década de 1980 (HOGGART e GREEN, 1991: 225).

Nesta conjuntura adversa de precarização, crescente abandono dos serviços públicos essenciais e, portanto, de preocupante crescimento da polarização socioeconômica, foi eleito no ano 2000, para a prefeitura londrina, um candidato independente, oriundo do Labour Party, mas que deste havia se afastado por dissidências ideológicas: Ken Livingstone. Este propunha uma atitude mais “à esquerda” em relação ao novo tom do partido, que sustentava o então badalado Primeiro Ministro Tony Blair, eleito três anos

antes. Contando com vasto apoio dos movimentos sociais, Livingstone empreendeu um novo sentido à gestão urbana, embora atuando dentro de limites severos impostos pela conjuntura política nacional, pela condição de “cidade mundial” e sobretudo pelos ditames da “globalização neoliberal”, conforme apontou Doreen MASSEY (2007). A implantação de um sistema unificado para o uso dos transportes públicos da Grande Londres, de especial favorecimento às camadas populares, é considerado um dos marcos do tom distributivista de sua gestão.

O projeto de candidatura de Londres aos Jogos Olímpicos foi concebido em sua primeira gestão (2000-2004). Não pretendemos aqui investigar quais instituições e agentes concretos estiveram envolvidos neste debate e neste projeto, mas podemos afirmar que os principais agentes do movimento olímpico britânico estavam não apenas bastante interessados em acolher os jogos, mas sobretudo convencidos de que para conquistar este direito deveriam apostar numa cidade do porte de Londres. Na década anterior, duas candidaturas inglesas haviam sido preteridas: Manchester e Birmingham, em favor de candidaturas oriundas de centros urbanos de maior porte. As mudanças em curso no universo dos jogos e do urbanismo olímpico apontavam para a realização de megaprojetos de elevados custos, bem como a estratégia de preferência por cidades mais importantes no cenário mundial.

Os organizadores dos jogos, reunidos na Olympic Delivery Authority (O.D.A.), jamais negaram ter em Barcelona a inspiração principal, por sua capacidade de regeneração urbana e seu “planejamento de longo prazo que colocou a cidade em novo rumo” (BARRET e DYCKHOFF, 2012: 24). Tendo sido realizada no ano seguinte à desastrosa experiência olímpica de Atenas (2004), e tendo já em vista os Jogos de Pequim (2008) a anunciar um modelo dispendioso, monumental e antipopular, a escolha da sede de 2012 foi marcada por este quadro de pressões e riscos de desgaste da imagem do movimento olímpico internacional. Nesta conjuntura delicada, a candidatura londrina, fundada no discurso da sustentabilidade e no modelo Barcelona, já seria por si palatável ao Comitê Olímpico Internacional. Mais do que isso, Londres anunciava a preocupação social para com os pobres, ao eleger uma área periférica e deprimida para ser o centro dos jogos, e por eles ser completamente regenerada. E com baixo

índice de remoções de residentes, sendo o local ocupado majoritariamente por galpões e fábricas fechadas, além de terrenos “contaminados”, como um típico “Brownfield”.

Stratford, o local escolhido, situa-se na empobrecida zona leste, predominantemente ocupado por população imigrante de baixa renda. Numa cidade que historicamente elegeu as zonas oeste e sul como as privilegiadas, dotadas de amplos parques, residência real, campos de golfe e outros equipamentos nobres, foi sem dúvida surpreendente o anúncio da escolha de Stratford para acolher o evento. E a partir dos jogos o local se redefiniu, tornando-se um novo subcentro na metrópole.

Mas os Jogos de 2012 também dialogam, de alguma forma, com o projeto maior, gestado nos anos do “thatcherismo”, que tornou Londres uma verdadeira “global city”, centro financeiro de primeiro escalão. A proclamada “reinvenção de Londres”, conforme advertiu Doreen MASSEY (2007: 62), apostava sua retórica numa troca simples e muito “benéfica”: substituir o velho proletariado fabril e os estivadores por uma nova classe trabalhadora, moderna, limpa e bem vestida, ocupada no terciário superior, em especial no setor financeiro. Apenas esqueceram de avisar que esta mudança implicava em uma elevação brutal dos preços da terra urbana e portanto maior periferização dos pobres, estes aliás, excluídos do novo mercado de trabalho. A Londres reinventada pelos liberais é uma cidade dividida (MASSEY, 2007: 72), entre a vitrine reluzente do moderno e as zonas obscuras da pobreza e desemprego.

Estivemos na cidade, em julho e em setembro de 2012, portanto durante e logo após o evento. A sociedade civil não chegou a produzir uma reação consistente de crítica aos jogos.⁵ Apenas alguns aspectos pontuais foram alvo de questionamento. Comparando a situação aos níveis de reação popular registrados recentemente na África do Sul (Copa do Mundo 2010), Vancouver (Jogos Olímpicos de Inverno, 2010) e no Brasil (para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016), nos pareceu modesto o nível de mobilização e

⁵ O site “Games Monitor” concentra as queixas e mobilizações. A militarização do espaço urbano aparece como um dos temas mais abordados durante os Jogos. Atualmente, o foco está no legado do Parque Olímpico. Outros temas, menos relacionados ao espaço urbano, foram alvo de importantes manifestações nas ruas, como o fato de o COI ter como “sponsor” a Dow Chemical, indústria química associada ao desastre de Bhopal. Militantes demandaram que os Jogos tivessem apenas “sponsors” ecológica e socialmente referenciados.

contestação londrinos. O fato de ter havido um número relativamente pequeno de remoções ajuda a entender, bem como a melhoria do sistema de transporte público em zona periférica e abandonada no contexto da metrópole. Em entrevista a nós concedida, a geógrafa Doreen Massey adiciona outro fator: a popularidade de Ken Livingstone, que permaneceu no governo municipal entre 2000 e 2008, portanto no contexto de formatação e implementação inicial do projeto urbano para os jogos.

Em suma, Londres 2012 supera Barcelona em termos de legado: em ambos os casos a periferia metropolitana conquistou melhorias, mas em Londres foi bem menor o índice de desapropriações. Não podemos ainda, todavia, avaliar completamente o legado de 2012, posto que o futuro do parque olímpico é ainda uma incógnita, bem como o processo de renovação urbana e aceleração da valorização imobiliária que poderá vir a ocorrer em Stratford, numa extensão rumo ao norte do processo de Canary Wharf, que gentrificou de forma violenta trecho da antiga zona portuária, gerando a nova paisagem do East End. Entre Stratford e esta zona, uma via já exhibe intensa gentrificação, com hotéis de famosas cadeias internacionais e edifícios de negócios: a Stratford High Street.

III – Rio de Janeiro: projeto revanchista e espetacular

Para entender o projeto olímpico carioca devemos retroceder a 1992, quando foi firmado acordo de cooperação (a Declaração Rio-Barcelona 1992), prevendo uma agenda de operações conjuntas, incluindo a elaboração de estratégias de desenvolvimento. A consultoria catalã, inspirada na retórica empreendedorista de Castells e Jordi Borja, se fez presente na elaboração da estratégia de desenvolver a cidade a partir da realização de eventos globais, como as Olimpíadas.

E assim a cidade do Rio de Janeiro se candidatou aos Jogos Olímpicos de 2004. Naquele ano de 1996, a cidade encontrava-se sob a gestão de César Maia, prefeito eleito com base no discurso da ordem moralizante, da segurança pública e da retomada do crescimento econômico, receituário que na mesma época Neil Smith (1996) definiu como o da “cidade revanchista”, a partir da experiência de Nova Iorque.

Em circunstâncias distintas das que geraram mais tarde o projeto de realização dos Jogos Pan-americanos de 2007 e o projeto olímpico 2016, a elaboração do projeto de candidatura contou com relativa participação de segmentos da sociedade civil organizada, resultando numa perspectiva de intervenção urbanística pautada na redistribuição espacial dos recursos e equipamentos, para tornar a cidade menos perversa em sua geografia social. Naquela ocasião, contamos evidentemente com as recomendações catalãs, que nos trouxeram a perspectiva do “equilíbrio urbano”, ou seja, a preocupação com a distribuição espacial das instalações e o princípio de priorizar o uso de terras públicas para desonerar o evento.

“O projeto olímpico 2016, em grande parte, reproduz esta perspectiva de cidade, de Jogos Olímpicos ‘espetaculares’. Governo autoritário, baseado em instâncias decisórias fugazes, com mínima transparência”

Pelo projeto, a então abandonada Ilha do Fundão teria adquirido um aproveitamento intensivo de seus vastos espaços, tornando-se privilegiada concentração de equipamentos esportivo-recreativos. Nela seria construída a vila olímpica e grande número de instalações esportivas. Vale ressaltar que tal infraestrutura estaria ao alcance de segmentos sociais de baixa renda que habitam o entorno imediato da Ilha, medida salutar face à

crônica carência de opções de lazer para os habitantes da zona norte da cidade, que não desfrutou historicamente dos caudalosos investimentos públicos da zona sul, nem apresenta a morfologia moderna e descompacta da zona oeste, para onde se dirigem atualmente muitas das iniciativas no setor de lazer.

Perdeu-se, todavia, aquela disputa para Atenas, mas a cidade do Rio de Janeiro conquistou em 2002 o direito de sediar um evento olímpico de menor porte: os Jogos Pan-americanos de 2007. O que se nota é que o planejamento urbano que envolve este evento apresenta princípios bastante distintos daqueles que nortearam a candidatura anterior. Desta vez, sem qualquer canal de negociação com a sociedade civil, e movida por um urbanismo *mercadófilo*, a gestão da cidade se orienta no sentido de atender os diversos interesses empresariais, concentrando em área nobre

(entorno da Barra da Tijuca) a maior parte dos investimentos: a vila olímpica e a maioria das instalações esportivas.

O projeto olímpico 2016, em grande parte, reproduz esta perspectiva de cidade, de Jogos Olímpicos “espetaculares”. Governo autoritário, baseado em instâncias decisórias fugazes, com mínima transparência, de modo que a dimensão político-institucional se manteve basicamente a mesma que produziu o Pan-2007, a exceção de um detalhe fundamental: se fortaleceu a partir da inédita coalizão nos três níveis de governo (local, estadual e nacional). Esmagada pelo poderio de tal coalizão, a dimensão cidadã foi desvalorizada, mas se ergueu através da mobilização popular: através do Comitê Social do Pan (atuante de 2005 a 2009) e do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (de 2009 aos dias de hoje). A dimensão simbólica, por sua vez, manteve a concepção dominante já presente em 2007: o mito do evento capaz de salvar e alavancar a economia urbana e o esporte como portador inequívoco de uma mensagem de saúde, regeneração, alegria, vigor e disciplina.

Com relação à dimensão físico-territorial, manteve-se o desprezo absoluto pela periferia metropolitana e a concentração espacial das instalações no entorno da Barra da Tijuca. O projeto, todavia, sofreu alteração significativa mesmo após a confirmação da cidade como sede dos jogos: através de poderosa articulação entre o setor empresarial e órgãos governamentais, foi gerado um grande projeto de reforma da zona portuária da cidade. Como pretexto para empreender estas transformações, decidiu-se que ali seriam instaladas as vilas de mídia e de árbitros. Considerando que o conjunto das demais instalações já foram alvo de estudos e publicações (BIENESTEIN et al, 2012), e basicamente consolidam o modelo adotado no Pan-2007, nos deteremos desta vez apenas na zona portuária.

Na primeira década do século XX, a cidade construiu seu moderno porto, aterrando todo o entrecortado trecho litorâneo preexistente, repleto de colinas e pequenas praias, criando um retilíneo corredor de quatro quilômetros de extensão. Em 1940, a abertura da Avenida Presidente Vargas contribuiu para isolar a zona em relação ao centro da cidade que se verticalizava, gerando um contraste paisagístico entre este e a

zona portuária, com seu casario colonial, velhas igrejas e atividade econômica pautada em pequenas unidades remanescentes do primeiro surto industrial carioca e na estiva. Considerada zona obsoleta desde o início do processo de modernização (containerização), preenchida em grande parte por galpões abandonados e habitação de baixa renda, a zona portuária há muito vinha despertando a cobiça empresarial, interessada em modelos e experiências internacionais considerados bem sucedidos de reforma/requalificação/revitalização/renovação (terminologia desprovida de conteúdo crítico) das áreas portuárias (Baltimore, Londres, Puerto Madero e tantas outras). E assim, o Rio de Janeiro, aproveitando a febril conjuntura “olímpica”, propõe a retomada do contato com a orla, sofisticação e monumentalidades, sob a denominação de Projeto Porto Maravilha. Sem abrir canais de diálogo com a população residente ou com entidades da sociedade civil carioca, o projeto constitui um gigantesco pacote de intervenções.

Na retórica do empreendedorismo urbano, aplica-se amiúde a expressão “janelas de oportunidade” para grandes negócios. De fato, os Jogos Olímpicos propiciaram ao grande capital um contexto único para “invadir” a zona portuária, contando com amplos recursos públicos e facilidades de investimento. Nesse processo avassalador, a remoção de moradores adquire tons dramáticos, sobretudo no Morro da Providência. Para além da zona portuária, amplos espaços da cidade têm sido alvo de intervenções, com índices inéditos de desapropriações e remoções, especialmente para a construção de corredores viários.

Pela amplitude das intervenções e pela limitação deste artigo, não podemos ir além destas breves notas. Vale frisar que, em grande medida, o projeto Rio 2016 se aproxima muito mais do “modelo Pequim 2008”, do que de qualquer outro na história do urbanismo olímpico, pela ênfase na monumentalidade, pela abrangência das intervenções, pela natureza autoritária do projeto. São um retrato da atual fase neodesenvolvimentista do Brasil.

Conclusão

A partir da década de 1980, em função da radical reestruturação do movimento olímpico, no sentido da aliança aberta e irrestrita com a grande mídia e o grande capital, os Jogos passaram a se articular com o modelo emergente de planejamento urbano de corte neoliberal. Neste sentido, passaram a impactar mais as cidades e a apresentar orçamentos gigantescos, comprometendo de forma crescente os recursos públicos. A recorrência de eventos espetaculares e dispendiosos, em sintonia com poderosos interesses imobiliários locais, além de gerar maciças remoções de populações marginais, produziam encarecimento da terra urbana e instalações esportivas sofisticadas que, muitas vezes, após o evento, estavam condenadas ao desuso, como “elefantes brancos”.

Este cenário produziu debates e críticas, que resultaram no crescimento do movimento antiolímpico. O desgaste da imagem do olimpismo, não interessando ao Comitê Olímpico Internacional, deveria ser, portanto, administrado. Em resposta, a partir do ano 2000, torna-se preocupação central do movimento olímpico a produção de um “legado positivo” em cada evento. E Barcelona passa a ser considerado o modelo ideal de realização olímpica.

O urbanismo olímpico de Barcelona 92 tem, obviamente, o seu apelo ao mercado além de todas as peculiaridades locais, mas sem dúvida alguma corresponde a uma experiência significativa de desenvolvimento urbano fundado em algumas preocupações sociais e de integração do espaço urbano. Comparada à lamentável experiência em curso no Rio de Janeiro, podemos apontar o caso catalão como menos autoritário. Houve cooperação técnica ente as cidades. Mas a apropriação do modelo esbarrou nos limites de nossa precária cidadania e nas muralhas de nosso ainda selvagem capitalismo.

Em 2005, na esteira desta nova “orientação” do olimpismo, a candidatura de Londres foi vitoriosa, por seu projeto que articulava “recuperação de áreas decadentes e periféricas” e sua inspiração em Barcelona. A edição anterior, atendendo a poderosos

interesses econômicos e geopolíticos, desgastara a imagem olímpica pelos gastos chineses exorbitantes.

Na edição seguinte aos Jogos de Londres, todavia, novamente os interesses econômicos mais imediatos prevalecem, e percebem no Brasil, potência emergente, interessante mercado de expansão, incluindo uma América Latina também em franco crescimento (MASCARENHAS et al, 2011). Londres e Rio de Janeiro, de alguma forma, refletem a “balança” olímpica, que ora pende para a manutenção de sua imagem que permitirá sustentabilidade de seus lucros em longo prazo, ora pende para ganhos mais imediatos.

Os Jogos de Londres, por isso, representam a faceta pretensamente mais social e “ambientalista” do discurso olímpico. O fato de ter sido concebido no âmbito de um governo socialista (outra semelhança com Barcelona) confere ao projeto elementos muito distintos do verificado no Rio de Janeiro, onde uma gestão assumidamente mercadofila é a mentora do projeto olímpico.

Vimos que, a princípio, os jogos londrinos beneficiaram uma zona degradada, inserida na periferia desindustrializada e de populações migrantes, trazendo modernização de infraestrutura, e sem promover maiores remoções de moradores. Todavia, é cedo para avaliar seu legado mais profundamente, uma vez que pode se formar no local uma extensão do processo de valorização imobiliária verificado no East End, imediatamente ao sul de Stratford.

No Rio de Janeiro, para além da dimensão político-institucional supracitada, temos outro aspecto no qual se distancia de Londres e Barcelona, e se aproxima da via de acumulação espetacular de Pequim: os impactos na materialidade urbana são muito maiores que em Londres. Aliás, os Jogos de 2012 custaram aproximadamente quinze bilhões de dólares, menos da metade do gasto de Pequim 2008. Muito rara esta inflexão na curva de crescimento do custo dos Jogos Olímpicos: “austeridade” premiada, pois atende a preocupação para com a imagem do movimento olímpico. O Rio de Janeiro certamente gastará muito mais que a edição de Londres.

O Rio de Janeiro, apesar da consultoria catalã, dela herdou apenas o modelo de apropriação e valorização de zonas marítimas para fins de gentrificação e

turistificação. Com o diferencial de fazê-lo em área muito maior, com impacto muito mais profundo. Portanto, mais próximo do “modelo Pequim”. Não apenas no volume de recursos, mas no espírito autoritário, pelo uso da força e desrespeito aos direitos humanos, sobretudo no quesito habitação e na ausência de canais democráticos de participação política. As Unidades de Polícia Pacificadora são emblemáticas enquanto projeto de cidade, na medida que são localizadas precisamente onde há interesses olímpicos e imobiliários (FREEMAN, 2012).

Neste contexto de violenta intervenção sobre a cidade, percebemos no Rio de Janeiro maior grau mobilização da sociedade civil organizada. Em parte, como desdobramento de organização preexistente, criada por ocasião dos Jogos Pan-americanos de 2007.

Procuramos aqui verificar semelhanças e diferenças entre os Jogos de 2012 e 2016. Há diferenças evidentes. Mas no plano mais geral, respondem ambos, em graus distintos, a um modo de “fazer cidade” que se tornou hegemônico. Em suma, os Jogos Olímpicos da atualidade estão articulados ao modo de gestão empreendedorista da cidade e suas estratégias de governança. Desfrutando de poder simbólico, acionam vultosos investimentos públicos, atraem interesses imobiliários e promovem a “acumulação por despossessão”, de que nos fala David Harvey. Ainda que cada caso, cada evento, cada cidade-sede apresente suas particularidades, níveis distintos de exercício da força, orçamentos distintos e graus igualmente distintos de impacto na cidade, no geral, o que fica como legado é um conjunto de instalações ociosas e onerosas. E uma geografia social bem menos generosa.

Referências bibliográficas

- ANDRANOVICH, G., BURBANK, M. e HEYNG, C. Olympic cities: lessons learned from Mega-Event Politics. *Journal of Urban Affairs*, v.23, n.2, pp. 113-131, 2001.
- BARRETT, C.; DYCKHOFF, T. Architecture of London 2012 : Vision Design Legacy: An Official London 2012 Games Publication, London, Dyckhoff Publisher, 2012.
- BARTH, G. *City People: the rise of modern city culture in nineteenth century America*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

BIENENSTEIN, G., SANCHEZ, F., MASCARENHAS, G. The 2016 Olympiad in Rio de Janeiro: Who Can/Could/Will Beat Whom? Espaço e Sociedade (on line) ano 7, n. 19, 2012. Available: <http://www.uff.br/esportesociedade/index.html>.

BROHM, J-M. *Pierre de Coubertin, Le seigneur dès anneaux: aux fondements de l'olympisme*. Paris, Homnisphères, 2008.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. Spectacular Beijing: the Conspicuous Construction of an Olympic Metropolis. *Journal of Urban Affairs*, 29 (4), 2007, pp. 383-399.

CAPEL, Horacio. El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado "Modelo Barcelona". *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. 11, 2007, n. 233.

CARRERAS, Carles & TELLO, Rosa. *Aménagement urbain et aménagement stratégique à Barcelone: internationalization et nouveaux paysages urbains*. Collection "Petites et grandes villes du Bassin Méditerranéen". École Française de Rome Palais Farnese, 1998 (mimeo).

DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa: fraude y miséria del modelo Barcelona*. Madrid, Catarata, 2007.

FREEMAN, J. Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro. In: *REU*, Sorocaba, SP, v. 38, n. 1, 2012, p. 95-126.

GRAVARI-BARBAS, M. *La ville festive: espaces, expressions, acteurs*. Tese H.D.R., Université d'Angers, Angers (France), 2000.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao "empresariamento": a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: *Espaço & Debate*. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, nº 36, 1996, pp. 48-64.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Le capitalisme contre Le droit à la ville: néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Paris: editions Amsterdam, 2011.

HOGGART, K. e GREEN, D. *London: a new metropolitan geography*. London: Hoggart and Green editors, 1991.

HOLZ, J-M. (org.) *Les Jeux olympiques et leurs territoires*. Perpignan: Press Universitaires de Perpignan, 2011.

LENSKYJ, H. *Olympic industry resistance: challenging Olympic power and propaganda*. New York: State University of N. York Press., 2008

LIMA JUNIOR, P. *Uma estratégia chamada planejamento estratégico: deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2010.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: : _____, ARANTES, O., e VAINER, C. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. 3ª Edição Editora Vozes, Petrópolis, 2000.

MASCARENHAS, G. O ideário urbanístico em torno do olimpismo. Barcelona (1992) e Rio de Janeiro (2007): Os limites de uma apropriação. In: PEREIRA, E. (org.) *Planejamento Urbano no Brasil: conceitos diálogos e práticas*. Xapecó: Argos, 2008.

_____. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos-2007. In: *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (13), 2007. Available: <http://www.efdeportes.com>

_____. A cidade e os grandes eventos olímpicos: uma geografia para quem? In: *LECTURAS: Educación Física y Deporte (on line)*. Año 8 - Nº 78, 2004. Available: <http://www.ub.edu/geocrit/nova.htm>.

MASCARENHAS, G., BIENENSTEIN, G., SÁNCHEZ, F. *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: FAPERJ e EdUERJ, 2011.

MASSEY, D. *World City*. London: Potety Press, 2007.

MCKAY, M. & PLUMB, C. Reaching beyond the gold: the impact of the olympic games on real state markets. *Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport*. <http://olympicstudies.uab.es> (acesso em 16 de maio de 2005).

MIAH, A. e GARCÍA, B. *The Olympics: the basics*. London and New York, Routledge, 2012.

PRONI, M. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. In: *Esporte e Sociedade*, ano 3, n9, 2008. Available: <http://www.uff.br/esportesociedade/index.html>.

RACO, M., TUNNEY, E. Visibilities and Invisibilities. In: *Urban Development: Small Business Communities and the London Olympics*, 2012. Urban Studies, xx(x), 2010, p. 1-23.

ROLNIK, R. *Olimpíada e Copa trazem prejuízo social*. (on line), 2010. Available: <http://raquelrolnik.wordpress.com>

SMITH, N. *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. New York: Routledge, 1996.

VAINER, C.B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: *Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)*, Rio de Janeiro, 2011.

YOUNG, C. & TOMLINSON, A. Culture, Politics and Spectacle in the Global Events. In: _____ (orgs.) *National Identity and global Sports Events*. New York: N.Y. State University, 2006.

SEGREGAÇÃO SOCIAL

E MERCADOS HABITACIONAIS NAS GRANDES CIDADES*

Jesús Leal Maldonado **

Resumo: o objetivo do artigo é refletir sobre o caráter segregador dos mercados habitacionais nas grandes cidades, tomando o caso europeu e espanhol, com ênfase na cidade de Madrid. A segregação social existente nos mercados imobiliários residenciais é analisada de diversos ângulos, desde o da diferença de renda, passando pelas classes sociais, grupos étnicos, tamanho e idade das famílias constituídas e mesmo pelas relações de vizinhança.

Palavras-chave: mercados residenciais; segregação social; gentrificação; Madrid.

SOCIAL SEGREGATION AND HOUSING MARKETS IN GREAT CITIES

Abstract: the aim of this paper is to reflect about the segregating character of housing markets in big cities, using the Europe and Spanish case. The social segregation that exists in residential real estate markets is analyzed from different angles, since the income gap, through the social classes, ethnic groups, age and size of families formed by same and neighborhood's relationship.

Keywords: residential markets; social segregation; gentrification; Madrid.

SÉGRÉGATION SOCIALE ET MARCHÉS DE L'HABITATION DANS LES GRANDES VILLES

Résumé: cet article concerne à une recherche sur la dimension ségrégatrice des marchés de l'habitation dans la ville espagnole de Madrid. La ségrégation sociale et espaciale provoquée par la dynamique du marché de l'habitation est analysée sous différentes angles, en soulignant la dimension économique mais aussi le rôle joué par les rapports de parenté et de voisinage, par exemple.

Mots-clés: marchés de l'habitation; ségrégation sociale; gentrification; urbanisation; Madrid.

* Originalmente publicado como "Segregación social y mercado de vivienda en las grandes ciudades" na *Revista Española de Sociología*, nº 2, 2003, pp. 59-75. Tradução de Maurílio Lima Botelho.

** Jesus Leal Maldonado é professor do Departamento de Sociologia da Universidade Complutense de Madri.

Introdução¹

Afirmar que os mercados habitacionais que se apresentam em uma cidade atuam sobre o processo de segregação é mais que uma obviedade; é pressupor que o modo como os processos segregacionais se relacionam com as diferenças de renda passa pela diferenciação dos preços das moradias. Trata-se de um crivo tão arbitrário como qualquer outro que pressupõe uma relação entre os valores sociais e os preços imobiliários, algo que tem chamado a atenção dos sociólogos desde Halbwachs até os nossos dias.²

Partimos da crescente relevância social dos mercados habitacionais em cidades européias, marcadas por um aumento generalizado da posse da propriedade e por um aumento significativo dos preços, mas também pelo declínio da intervenção dos Estados na produção e na reabilitação de habitações sociais. O custo de alojamento tem crescido proporcionalmente acima da renda familiar em todos os países da União Européia durante os últimos anos. Por outro lado, o mercado de propriedade leva a um aumento da importância da escolha da habitação, dado que envolve o desembolso de grandes somas de dinheiro e concentra a maior parte das poupanças familiares.

A importância do mercado habitacional em relação à segregação residencial deve-se à sua natureza — que esclarece as diferenças econômicas e sociais —, mensurável em termos de valor econômico da habitação e capaz de explicar o processo de segregação por seu papel como selecionador dos diferentes grupos econômicos. A variação do preço da habitação definida pelo mercado é o resultado de um processo que, de alguma maneira, resume a mudança no valor social das zonas que compõem a cidade e significa a desigualdade existente na distribuição dos domicílios em termos econômicos e sociais.

¹ Este artigo resume uma série de resultados de uma investigação financiada pela Comunidade de Madri sobre “Espaço social e desigualdade em Madri em relação às capitais européias”.

² A tese de doutorado de Halbwachs tratou precisamente da relação entre os preços da habitação (medidos a partir dos valores cadastrais) e o valor social de áreas urbanas (Nota do Autor). Maurice Halbwachs (1877 — 1945), sociólogo francês discípulo de Durkheim, ficou conhecido por sua tese sobre a condição de vida dos operários e pelo desenvolvimento do conceito de *memória coletiva*. Foi professor nas universidades de Chicago, Sorbonne (colaborando com Marcel Mauss) e Estrasburgo. De tendência socialista, acabou preso durante a ocupação nazista na França e morreu no campo de concentração de Buchenwald (Nota do Tradutor).

O ponto de partida é que a distinção entre os preços das habitações, uma vez que tenham sido privadas dos efeitos da centralidade, reflete as diferenças econômicas e sociais dos seus habitantes, de modo que a diferença de valor entre duas áreas equidistantes e com características semelhantes em termos de equipamentos é a expressão da diferente valorização social das áreas em que estão assentadas estas moradias.

Nossa tese é a de que o mercado imobiliário é, precisamente, um dos principais elementos de distribuição das famílias em conformidade com as suas características sociais, seus rendimentos e seu patrimônio, sendo impossível compreender a segregação sem entender como funciona o mercado habitacional em cada cidade.

O mercado habitacional

A segregação social é impulsionada pelas forças do mercado através da produção e do uso do espaço urbano. Atuam na subdivisão e na mercantilização do espaço urbano desde planejadores urbanos até promotores habitacionais, o que tende a gerar processos segregacionais.

O próprio planejamento urbano estabelece com freqüência uma distinção dos espaços que tende a fortalecer as diferenças prévias existentes na cidade. Poucos casos são tão claros como as definições dadas pelo Plano Geral de Gestão Urbana em Madri em 1946. O chamado Plano Vidagor³ dividiu a cidade em três partes, segundo os seus recursos naturais e as características da população que as habitavam, estabelecendo regras diferentes para cada uma delas. Comparando-as a um corpo, foram atribuídas as funções de cabeça, ventre e pés. Naturalmente, a cabeça era a parte nobre da cidade, habitada pela burguesia e pelas classes médias, enquanto os pés era o local de assentamento da população operária. Um dos aspectos desta divisão era, precisamente, as diferenças nas feições dos edifícios: o Noroeste caracterizava-se

³ O Plano Vidagor é o Plano Geral do Município de Madri, aprovado em 1946 e normalmente conhecido pelo nome de seu autor, Pedro Vidagor.

pelos edifícios de granito e paisagens verdes velazqueanas,⁴ enquanto o Sul pelos edifícios de tijolo e paisagens secas e simples.

Por mercado habitacional entende-se a instituição que estabelece e regula a produção e o acesso à habitação. Devido às diferenças no produto moradia e às desigualdades de quem procura ter acesso a ela, encontramos na realidade diversos mercados residenciais, compostos pela formas de acesso, pela forma da habitação, por seu uso diferencial e pelas características dos demandantes.

O ponto de partida é que, dependendo da combinação das variáveis acima mencionadas, existem diversos mercados habitacionais urbanos. Há um mercado de aluguel e outro de propriedade claramente diferenciados. Mas também há distinções quanto à localização, às dimensões, às tipologias da habitação. Considerando-se a população, também podemos verificar diferentes submercados formados por demandantes de diferentes características em relação, principalmente, à idade, renda e origem.

A primeira diferenciação dos mercados se estabelece a partir da forma de acesso à habitação, conforme se refira à aluguel ou à propriedade. Estes dois mercados têm tanto características espaciais quanto conteúdos sociais distintos. A proporção decrescente do aluguel de casas nas cidades européias tem efeitos importantes sobre a avaliação das formas de posse e da mudança das políticas de habitação. A maior parte dos países europeus passa a ter maior proporção de proprietários de suas residências. Está ocorrendo também uma modificação geral nas políticas habitacionais que mantinham um mercado de moradias alugadas a um preço abaixo do estabelecido no mercado livre para poder alojar as famílias de rendas mais baixas.

O aumento da casa própria⁵ é um processo generalizado em toda a Europa, embora com diferentes intensidades: bastante acentuado na França e na Inglaterra, mais lento na Alemanha e quase inexistente na Suíça, onde a grande maioria das casas estão sob

⁴ Referente ao pintor Diego Velázquez. Diego Rodríguez de Silva y Velázquez (1599 — 1660) foi um artista espanhol e principal pintor da corte do Rei Filipe IV. Considerado um pintor barroco, tornou-se conhecido como retratista da nobreza espanhola, embora tenha feito inúmeras obras de cenas históricas (N.T.).

⁵ “Viviendas en propiedad”, no original. O termo em português “casa própria” nos parece adequado por caracterizar exatamente a diferença em relação à expressão espanhola “vivienda en alquiler”, isto é, casa alugada (N.T.).

regime de aluguel. O fator chave para entender as transformações que estão ocorrendo reside, sobretudo, nas políticas de privatização dos estoques públicos de habitação. O processo é diferente em cada país, mas pode-se afirmar que são articuladas a venda do patrimônio público de moradias com a diminuição do número de habitações públicas construídas para serem alugadas.

A situação nos países do Sul da Europa é a de uma intervenção pública mais fraca, com estoque público de aluguel menor que a média para o resto dos países europeus ou, tal como na Grécia, simplesmente inexistente. Na Espanha, o estoque público de habitações para aluguel é de 1% do total de casas familiares primárias — depois da Grécia, a proporção mais baixa dos países europeus.

A distribuição diferencial das habitações para aluguel produz efeitos notáveis na repartição da população. As famílias de rendas mais baixas não podem ter acesso à propriedade e, portanto, concentram-se nas zonas da cidade onde existe maior proporção de aluguéis. O mesmo ocorre com aqueles lares em que existe uma certa indefinição sobre seu futuro, como os formados por jovens, os que dependem de desempregados de longa duração, dos pais ou aqueles lares de divorciados ou separados. Finalmente, os imigrantes nos países em desenvolvimento (como consumidores de habitações alugadas), localizam-se nas zonas onde há oferta deste tipo de moradia. Isto explica por que a recente formação de espaços segregados compostos por imigrantes situa-se onde a oferta de moradias alugadas é maior — geralmente, nas áreas centrais das grandes cidades, nas que possuem elevado número de moradias antigas e, inclusive, nos loteamentos⁶ burgueses das cidades espanholas. O fato das habitações serem públicas ou privadas marca outra grande diferença entre os mercados. A intervenção do Estado nas habitações influencia também o mercado privado. Está claro que ambos são diferentes mas, ao mesmo tempo, eles interagem, de modo que o mercado habitacional privado se modifica de acordo com a intensidade

⁶ No original, *ensanches*, vocábulo que pode ser traduzido como *expansão, alargamento, ampliação*. Na esfera do urbanismo, refere-se a um loteamento situado fora das fronteiras da cidade, como parte de um projeto de expansão urbana que segue rigoroso planejamento. Dada a infra-estrutura e o planejamento previamente realizados, os *ensanches* são geralmente destinados às camadas burguesas. Na Espanha, a necessidade de expansão urbana das municipalidades levou à criação de leis de zoneamento desde o século XIX, e a primeira delas é a *Ley de Ensanche* de 1864 (N.T.).

da intervenção pública ou a partir da maneira como esta intervenção é produzida. Ocorre no mercado público de aluguel e de venda o mesmo que no mercado privado que distingue estes dois tipos de posse. No passado, os mercados habitacionais públicos e de moradia social (VPO)⁷ podiam atuar como reguladores (tanto na distribuição dos diversos grupos sociais no território quanto no próprio preço das moradias), mas as políticas de liberalização do solo e as modificações nas políticas habitacionais no âmbito estadual e comunitário têm levado à decadência deste mercado e, portanto, à uma redução da já débil regulação anterior. O mercado de habitação protegida tem reduzido de forma generalizada seus impactos e, no caso atual das grandes cidades espanholas, tem-se limitado geralmente à intervenção pública e às cooperativas, em função, sobretudo, do desaparecimento real do benefício de promoção — dificuldade gerada pelo diferencial entre os preços máximos estabelecidos para estas moradias e os custos do solo.

Os mercados de habitações novas e de usadas também são distintos. Ainda que se aproximem em algumas ocasiões — especialmente quando se trata de moradias construídas nas zonas centrais das cidades —, há o ponto em que, mais adequadamente, poderíamos estabelecer uma diferença entre um mercado de habitações urbanas e um mercado suburbano, ambos distintos por sua centralidade e pelo acesso aos bens e serviços urbanos que sua localização facilita. Com frequência, as ajudas públicas às famílias para acesso à moradia concretizam-se quase exclusivamente na aquisição de uma nova habitação, como é o caso espanhol, o que supõe que dentro do mercado de moradias recém-construídas devemos diferenciar entre as moradias livres e as moradias protegidas com algum tipo de ajuda pública. Ambos mercados são distinguíveis em muitos aspectos, já que os efeitos em termos de localização das moradias e das características sociais das pessoas que as ocupam são distintas.

⁷ Abreviação de *Vivienda de Protección Oficial*, também conhecida como *Vivienda con Protección Pública* ou *Vivienda Protegida*, isto é, Habitação de Proteção Oficial, Habitação de Proteção Pública ou Habitação Protegida, respectivamente. É um tipo de moradia com preço de aluguel controlado e, na maioria das vezes, subvencionada pelo Estado espanhol (N.T.).

Segregação

Tal como sustenta Louis Wirth (1938), a heterogeneidade, junto com a densidade e o tamanho, é um atributo essencial das cidades: estas três variáveis constituem os elementos que configuram a forma de vida urbana. A heterogeneidade urbana tem muitas expressões, a cidade é um aglomerado de raças e de culturas distintas, mas, também, é uma acumulação de grupos diferentes em termos de riqueza, de classes sociais e, inclusive, de integração e exclusão social. Quando a desigualdade social articula-se com a heterogeneidade no espaço público é gerada a segregação. O fenômeno da segregação é quase consubstancial com o modo de vida urbano.

O conceito de segregação está repleto de ambigüidade. Robert Mackenzie (1925), da Escola de Chicago, qualifica-a como um processo ecológico, o que quer dizer que é algo espontâneo, tratando-se da tendência (sob determinadas circunstâncias) de localização concentrada de indivíduos com atributos similares e sua separação do resto dos indivíduos que constituem a cidade.⁸ A integração não é o oposto à segregação, pois há grupos segregados bem integrados na sociedade urbana. Se a segregação é sobretudo um conceito espacial, a integração é um conceito social, não espacial – esta é uma primeira razão da ambigüidade do conceito de segregação, tratando-se de um processo espacial com diferentes escalas e expressões.

A segregação é um processo seletivo cujos efeitos levam ao afastamento dos distintos grupos sociais. Todavia, também é um processo defensivo que aparece em cada grupo social, ainda que de forma predominante nos grupos minoritários ou naqueles situados nos extremos da estratificação social. A classe social mais elevada pode escolher a fixação de sua residência em áreas seletivas, onde as pessoas que atravessam seus limites e que não pertencem à sua mesma classe são controladas — em uma ação claramente defensiva. Porém, no extremo oposto, a classe trabalhadora ou os grupos excluídos do ponto de vista racial, econômico ou cultural, buscam viver juntos como uma forma de combater a adversidade e beneficiar-se da solidariedade de vizinhança

⁸ Para uma descrição recente do conceito de segregação, pode-se consultar o capítulo de Jacques Brun (1994) sobre o conceito e seu uso na geografia urbana.

— outra forma de atitude defensiva que, com freqüência, também se manifesta em termos de controle daqueles que invadem seu território.

A segregação social das cidades pode ser considerada como uma expressão alternativa e especializada da estrutura social urbana, podendo ser mensurada segundo alguns indicadores ou variáveis e seus resultados comparados em diferentes cidades. Dessa maneira, podemos tirar importantes conseqüências sobre a existência de níveis ou valores de segregação conforme as características das cidades cotejadas. Entretanto, esta comparação tem seus limites: se cada cidade cria seu próprio espaço, como propõe Lefebvre (1991), ao cotejarmos as cidades devemos — para poder tirarmos conclusões válidas — considerar todas as circunstâncias que interferiram na criação desse espaço.

É importante levar em conta que a segregação não pode ser considerada unicamente como um processo natural, tal como sustentava a Escola de Chicago. A intervenção pública a partir do planejamento em primeiro lugar, seguida da política habitacional, afetam os processos segregacionais muito diretamente. É uma forma de combater o sintoma da desigualdade similar ao que se ocorre no Estado de Bem-Estar (com as ajudas diretas ou indiretas aos grupos mais desfavorecidos economicamente). A segregação existente em uma cidade inclui também estas atuações.

O processo de segregação nas áreas urbanas pode ter diferentes expressões. A mais abordada e estudada versa sobre a segregação residencial, isto é, o resultado dos diferentes comportamentos residenciais de diversos grupos sociais de cidadãos. No entanto, também podemos considerar a segregação em outras manifestações como nos meios de transporte (com a diferente utilização dos mesmos ou, simplesmente, com a separação de classes no interior deles) ou nos serviços públicos de educação e saúde. De forma mais ou menos explícita, a segregação manifesta-se nos lugares de lazer e de diversão — mediados, freqüentemente, pelos preços de acesso, mas também pelo controle mais ou menos explícito através de outros meios.

Na política urbana, o processo de segregação é considerado com certa freqüência como um processo negativo. Tal apropriação deve-se à aceitação de que a segregação é uma imagem da desigualdade, mas também se sustenta como uma manifestação

negativa pelas conseqüências que lhe atribuem. Bairros em que abundam as situações de exclusão, pobreza e marginalização são considerados inadequados para a integração social e autênticos focos de produção de conflitos. Por isso, não é raro combater politicamente o sintoma da segregação sem atacar as causas que o originam ou, simplesmente, atuar sobre a localização residencial como forma de solucionar problemas que têm origem distinta. Isto se manifesta principalmente nos programas de realojamento ou de reabilitação urbana. Contudo, não é raro levar a cabo programas anti-segregacionais ou de integração como forma de controle social de certas minorias socialmente desviantes.

Em alguns países, a luta contra a segregação converte-se em um dos principais objetivos da política urbana, revelada principalmente através da política de moradia e do planejamento urbano. Isto pode se concretizar por meio do investimento público em programas especiais tal como o francês “Política da Cidade”, onde a exclusão é combatida a partir de uma concentração da intervenção pública nas zonas mais deterioradas, definidas de modo político.

A maior parte das investigações sobre segregação mostra o processo de mudança social vivido pelas áreas urbanas. Isto é feito a partir da análise do processo histórico de assentamento dos grupos segregados, tais como os grupos de menores recursos, as minorias étnicas ou imigrantes. No entanto, ocorre também uma abordagem dos processos de segregação a partir do conhecimento das mudanças nos assentamentos das classes superiores — os processos de “gentrificação” nos espaços centrais das cidades.

Mercado habitacional e segregação social

As cidades podem ser consideradas como lugar de assentamento de grupos sociais, com uma distribuição diferenciada que expressa as próprias desigualdades sociais existentes. Porém, o espaço não é apenas uma moldura onde se desenvolve a ação social, mas o meio de estruturação de nossas percepções — e, neste caso, nossas percepções sociais. A imagem da desigualdade social está ligada à imagem espacial, tal

como propõe David Harvey (1973), ou às características espaciais em termos relacionais, como estabelece Georg Simmel (1908). As análises espaciais têm uma autonomia por si mesmas, podendo-se definir o conteúdo social pelos atributos espaciais. Isto supõe que a segregação social em uma dada cidade determinada é, por si mesma, uma visão da estrutura social — inclusive se não tivermos nenhuma outra referência.

Em sua análise dos bairros da Espanha, F. Arias (2000) parte de onze tipos de formas urbanas definidas pela estrutura urbana e pelas tipologias da moradia construída. Os grupos sociais desfavorecidos concentram-se somente em quatro desses tipos de espaço urbano. Isto vem mostrar novamente que existe uma distinção espacial na definição dos grupos sociais, já proposta por Rex e Moore (1967) com a definição do conceito de *housing classes* (o que poderíamos traduzir por classes sociais definidas pela moradia em que habitam).⁹ A questão seria que, muito além das diferenças locais, existe também uma diferença tipológica que explica em parte a composição social de certas zonas. Neste sentido, resulta evidente para os planejadores que, ao manter estas tipologias, está sendo estimulada a manutenção do tipo de população que habita essa zona. A manutenção da tipologia residencial das zonas madrilenhas como Puente de Vallecas¹⁰ ou Tetuán¹¹ pressupõe a manutenção de sua população diante das pressões da invasão de outros grupos sociais, que queriam beneficiar-se da centralidade destas duas zonas. Isto explica a distinção social com os espaços circundantes, morfologicamente diferenciados.

Em Madri, o conteúdo do mercado habitacional correlaciona-se em diferentes aspectos com a estrutura social da cidade, diferenciando-se entre os espaços centrais e

⁹ *Housing classes*: “classes de moradores” ou, literalmente, “classes habitacionais”. Conceito proposto por John Rex e Robert Moore na obra *Race, Community and Conflict* (1967). Ao observarem conflitos e comportamentos envolvendo moradores da cidade de Birmingham (Reino Unido), os autores estabeleceram uma divisão de classes conforme o acesso à moradia demonstrando como grupos étnicos diferentes possuíam possibilidades desiguais no mercado habitacional e oportunidades diversas no acesso aos benefícios públicos na regulação das moradias. O conceito é alvo de uma controvérsia, pois se argumenta que, ao contrário da habitação ser a determinação de um grupo social com comportamentos comuns, elementos anteriores definem como os grupos sociais conseguem aceder o mercado habitacional (N.T.).

¹⁰ Puente de Vallecas é um bairro da cidade de Madri próximo ao centro e um dos mais povoados da capital (N.T.).

¹¹ Um dos bairros de Madri também perto do centro e que possui, tradicionalmente, uma população de imigrantes (N.T.).

os periféricos. As áreas urbanas da classe social elevada são compostas por moradias de grande tamanho com uma atribuição maior de espaço residencial por pessoa e também com uma melhor qualidade dos componentes dessa moradia. O tamanho médio da moradia na periferia Noroeste da Área Metropolitana de Madri é de 125 m², enquanto na periferia popular do Sul da Área Metropolitana o tamanho médio é de 74 m². O Noroeste tem uma proporção de moradias unifamiliares que supera 50%, tratando-se principalmente de moradias geminadas, ainda que também exista uma elevada proporção de moradias individuais isoladas. Na periferia Sul, as moradias unifamiliares, geminadas ou independentes representam 12% do total do estoque de moradias da zona. Esta diferença de tipologias manifesta-se também nos preços do solo e moradia mais altos no Noroeste que no Sul e no Leste, o que deve ser considerado no momento da valorização social das áreas urbanas.

Contudo, é no centro da cidade que a diferença se faz mais evidente. Nos espaços centrais podemos estabelecer uma divisão entre áreas tradicionalmente burguesas (que possuem os aumentos mais elevados de preço durante os últimos anos) e áreas deprimidas como Lavapiés¹² ou Tetuán no município de Madri, onde se concentram uma significativa proporção de imigrantes (sobretudo os do Norte da África). Este processo vem acompanhado de um congelamento dos preços das moradias nessa zona durante os últimos anos. A proximidade entre essas duas zonas é mais relevante para o processo de mudança experimentado na formação de uma área deprimida em que abundam os conflitos sociais.

Paralelamente, experimenta-se uma recusa diante da pretensão de construir moradias sociais para pessoas socialmente excluídas em algumas zonas com elevado valor social, devido, sobretudo, aos efeitos que a chegada desses vizinhos poderia ter nos preços das moradias da zona, provocando sua queda ou seu estancamento. É especialmente significativo que no município da Área Metropolitana Madrilenha, com uma renda média mais elevada, não se tenha construído moradias de Proteção Oficial na década passada.

¹² Trata-se de um área do bairro de Embajadores, no centro de Madri, ao redor da praça de Lavapiés — tradicionalmente um espaço popular. Por isso a área é conhecida como Embajadores-Lavapiés. (N.T.).

O espaço social da cidade

Um dos resultados constatados na investigação realizada vem mostrar que a concentração de grupos sociais no espaço é liderada por grupos de alta renda e por classes superiores. Nos casos de Madri (Leal, 1999) e de Paris (Preteceille, 2001) isto aparece claramente, de forma que a principal transformação na distribuição dos grupos sociais no espaço urbano provém da expansão das áreas de valor social mais elevado e das que concentram os indivíduos situados mais acima na escala social (empresários, técnicos e profissionais). Isto revela-se mais claramente nas zonas da periferia urbana, dado que nelas as mudanças costumam ser mais rápidas. Porém, também as encontramos em algumas zonas centrais, nas quais o processo de “gentrificação” supõe um aumento de seu valor social, propiciado pelo estabelecimento de residências (geralmente de pequenas dimensões) com nível socioeconômico e renda elevados.

Os bairros de alto valor social influenciam os seus arredores e, nos últimos anos, têm engendrado processos de crescimento do valor social destes arredores. No entanto, o processo contrário não se detecta (ao menos durante os períodos analisados), de modo que não está claro que os bairros com menor valor social tenham induzidos processos de queda de valor nas áreas circundantes.

Na realidade, trata-se da existência de um gradiente ou leque em termos de oportunidades de escolha do lugar de residência, com uma capacidade maior de opção por parte das classes mais elevadas e carência por parte dos que estão mais abaixo na escala social. Pessoas com menores recursos econômicos não tem alternativa no

“O problema atual é que a crescente proporção de trabalhadores em situação precária, junto com o processo de ampliação da baixa remuneração e a diminuição da intervenção pública na produção de moradias sociais, desenvolve a segregação e fomenta a criação de zonas degradadas, deixando um grupo crescente de famílias fora do mercado habitacional”

mercado de moradias; não podem comprar uma casa, mas, tão somente, alugá-la, e farão isto em lugares cujos preços sejam acessíveis às suas economias.

Isto indica que o aumento das residências de imigrantes de países em desenvolvimento que se fixam nas grandes cidades espanholas (especialmente Madri e Barcelona) concentra-se, sobretudo, nas zonas com ofertas de aluguel, saturando primeiro as moradias em más condições nos espaços centrais para, em seguida, passar às residências em zonas de grande valor social — caso do loteamento [*ensanches*] do bairro de Salamanca e Argüelles (Madri) ocupando moradias de grande tamanho com várias famílias, o que provocou, no período de 1991-2001, um incremento de lares plurifamiliares (que até então haviam apresentado uma diminuição) e, com isso, um crescimento das situações de aglomeração residencial, o que supõe um retrocesso na realização do direito à moradia.

Mobilidade e segregação

A escassez de moradias para locação começa a manifestar-se de forma mais evidente quando técnicos e profissionais imigrantes (profissionais de origem nacional e internacional que se deslocam por motivo de trabalho) experimentam sérias dificuldades para alugarem uma residência, prática habitual quando os assentamentos são considerados transitórios.

Uma certa proporção de famílias não pode se mudar porque não pode pagar o custo de tal operação. Isto acontece sobretudo nos bairros de moradias públicas que, atualmente, em sua maioria, são bairros onde as pessoas vivem em casas próprias. Esses bairros tendem a apresentar uma série de características sociais similares (famílias envelhecidas, de classe trabalhadora, elevada proporção de aposentados e viúvas, famílias chefiadas por jovens). É por isso que encontramos famílias vivendo em más condições devido às características das habitações ou da degradação do meio ambiente em que estão localizadas (casas perto de rodovias, em lugares com muito ruído ou com alto grau de contaminação atmosférica).

A segregação social pode ser um processo voluntário para as classes média e alta, mas é um processo residual, frequentemente não desejado, para a classe trabalhadora, como efeito de sua escassa capacidade de escolha residencial, de acordo com sua posição social. Mas nesta distribuição ocorre uma certa tendência de aglomeração dos indivíduos com características similares. Os grupos sociais com rendas baixas e famílias formadas por pessoas socialmente excluídas são, de alguma maneira, prisioneiros de seu lugar de residência porque não existe outra escolha para eles -- ainda que nessa prisão se beneficiem de uma solidariedade de vizinhança derivada precisamente de sua homogeneidade. Conseqüentemente, a mobilidade residencial decresce com a renda e com a classe social, tal como descreve J. A. Modenes (1998) para Barcelona.

O problema atual é que a crescente proporção de trabalhadores em situação precária, junto com o processo de ampliação da baixa remuneração e a diminuição da intervenção pública na produção de moradias sociais, desenvolve a segregação e fomenta a criação de zonas degradadas (como aponta Lipietz [1998]), deixando um grupo crescente de famílias fora do mercado habitacional.

É de se considerar que as estratégias diferenciais das famílias e dos imigrantes levam a comportamentos residenciais diferenciados e à aglomeração dos mesmos segundo sua origem em diversas áreas da cidade. É conhecida a clássica concentração dos chineses em certos bairros (tanto das cidades americanas como das européias) até o ponto em que, com o passar do tempo, tais bairros adquirem um caráter típico que chega a fazê-los atrativos, pois oferecem uma viagem real a uma outra cultura em uma curta distância — caso de *Chinatown* em São Francisco ou da *Little Italy* em Chicago.

Nas cidades espanholas constatam-se diferenças entre os bairros de maioria cigana ou os que têm maior concentração de magrebes¹³ ou de imigrantes da Europa do Leste. Os padrões concretos diferem, mas os processos são muito semelhantes. O resultado é a formação de um mosaico social e étnico na cidade, com endogamias características que podem ser a base da constituição de guetos sociais relativamente fechados.

¹³ Magrebes ou magrebinos: população oriunda ou habitante do Norte da África, região conhecida como Magreb (N.T.).

“Gentrificação”

A transformação nas áreas centrais de algumas grandes cidades é impulsionada pela "gentrificação", ou seja, pela concentração de efetivos das classes média e alta em áreas anteriormente ocupadas pela classe trabalhadora ou por classes populares. Este processo se deve à revalorização dos benefícios da centralidade para as classes superiores; frequentemente, é motivado pelos efeitos do investimento público na melhoria das condições urbanas (restrições ao tráfego ou outro tipo de investimento), podendo ainda originar-se simplesmente de mudanças na composição e nas estratégias das famílias. Possui diferentes expressões, podendo ser resultado da transformação de antigas áreas industriais das áreas centrais em assentamentos residenciais, tal como na Vila Olímpica de Barcelona ou na área de Méndez Alvaro em Madri. Porém, pode ser também o efeito de uma lenta modificação graças à demolição ou à renovação de bairros antigos nas áreas centrais (Arganzuela, Madri).¹⁴

A “gentrificação” tem provocado menos impacto na Europa que nos Estados Unidos, pois o valor social de se viver na área central de cidades com alto valor histórico e arquitetônico sempre tem atraído famílias européias de alta renda. Nas cidades do Sul da Europa esses processos são ainda mais raros, porque as classes média e alta nunca abandonaram as zonas centrais das cidades. Na Espanha, este processo limita-se a algumas áreas ao redor de espaços tradicionalmente burgueses dos loteamentos de expansão urbana [*ensanches*] ou das zonas centrais das cidades. Entretanto, nos últimos anos, em cidades como Madri, diminuíram as diferenças de preço entre as moradias destas regiões burguesas e as regiões ricas da periferia devido ao fato de que o crescimento dos preços das áreas centrais não é tão elevado como experimentado em algumas periferias — exceto nos bairros submetidos a processos de “gentrificação”, que são os que têm a proporção mais elevada de crescimento dos preços.

¹⁴ Méndez Alvaro é uma rua do bairro de Legazpi, localizado em um distrito central da cidade de Madri chamado Arganzuela. Anteriormente uma área industrial, tal bairro tornou-se predominantemente residencial e comercial. O metrô do bairro também é denominado Estação Méndez Alvaro (N.T.).

O mercado de moradias tem um papel importante nestes processos porque os elevados preços de alguns bens em uma economia de mercado são a forma de selecionar a demanda (isto é claro no mercado de arte, mas também no imobiliário). A velocidade e a extensão destes movimentos depende de políticas habitacionais. Quanto menor o controle público do mercado imobiliário e quanto menor o estoque de habitações públicas nestas áreas, maior a velocidade destes processos. Se analisamos os custos das moradias nestas áreas, verificamos que o aumento dos valores precedem as mudanças sociais que nelas ocorrem.

Na Espanha, esse fenômeno produz-se especialmente nas periferias urbanas. O crescimento das classes médias como efeito da globalização econômica¹⁵ tem gerado maior demanda de novos espaços residenciais para esta classe formada por técnicos e profissionais que, segundo seus valores sociais e residenciais, distintos dos da velha classe média e burguesa, buscam um espaço diferenciado. Estes novos valores caracterizam-se por uma crescente consideração da individualidade e da proximidade com a natureza, que se adapta melhor um meio de residências unifamiliares na periferia do que os apartamentos tradicionais do centro urbano. Isto vem sendo impulsionado também pela inclusão das atividades profissionais na própria moradia e pela expansão do tempo de lazer na mesma.

Esta valorização da periferia urbana e o conseqüente desenvolvimento de assentamentos de baixa densidade com residências unifamiliares é uma experiência nova para as cidades espanholas, desenvolvendo-se repetidamente em áreas bem equipadas e com boas condições ambientais e paisagísticas. É o caso do Noroeste de Madri e do Oeste de Barcelona. De certo modo, pode-se dizer que isto é um dos efeitos urbanísticos da globalização da economia, com o incremento do tamanho das classes médias e diminuição das classes trabalhadoras, sob influência do aumento do tempo de trabalho no próprio domicílio e com uma exaltação da individualidade. Em algumas ocasiões, este crescimento vem acompanhado de uma descentralização das

¹⁵ Durante o período de 1981-1996 ocorreu elevado crescimento das categorias sócio-econômicas de “técnicos e profissionais por conta própria e por conta alheia”, enquanto no mesmo período aconteceu notável redução de operários qualificados e sem qualificação. Os trabalhadores do setor de serviços também aumentaram. Isto supõe de fato um incremento das classes médias e uma redução da classe trabalhadora tradicional.

atividades, formando o que Garreau (1991) denomina *edge city*.¹⁶ Esse processo foi especialmente prenunciado pela revolução dos sistemas eletrônicos de comunicação. Um bom exemplo disso é o assentamento na periferia da sede do Banco Santander em Madri em uma localização de elevado valor social (Boadilla del Monte) e em um entorno de casas unifamiliares e de baixa densidade com uma boa oferta de comércio e equipamentos.

Esta inovação residencial não tem uma contrapartida entre as classes trabalhadoras, para as quais os modelos seguem os mesmos devido à baixa capacidade de escolha e ao caráter difuso dos valores dos trabalhadores de serviços, que ocupam o vazio deixado pela classe operária industrial tradicional que morava na proximidade de seu trabalho. A heterogeneidade das ocupações destes trabalhadores, a precariedade de seus contratos de trabalho (especialmente no caso de jovens) e a freqüente distância de um trabalho centralizado torna-os muito dependentes da continuidade de um modelo de residência tradicional a partir de blocos de moradias — geralmente de caráter periférico, nem sempre com boa comunicação e com notável distância dos centros de trabalho habituais.

Contudo, nas áreas tradicionalmente de classe operária existe um processo de diversificação devido a dois fatores fundamentais. O primeiro é uma elevada mobilidade social intergeracional ao longo dos anos oitenta e noventa. Não são poucos os filhos de trabalhadores, a partir da aquisição de uma formação que foi negada a seus pais, que conseguem ascender socialmente, ocupando empregos de profissionais assalariados. Todavia, diferente do que sucede em outros países, as práticas residenciais do Sul da Europa fazem com que eles priorizem a escolha da residência das novas famílias a partir da proximidade da casa de seus pais.

O resultado é o desenvolvimento de uma tipologia típica de classe média como as casas geminadas, mas no entorno de bairros operários tradicionais. A paisagem

¹⁶ Embora traduzido literalmente no original espanhol como “ciudades borde”, algo como “cidades de borda” ou “cidades do entorno”, *edge city* é uma expressão já consagrada em estudos urbanos de língua inglesa. Refere-se ao crescimento e à expansão das periferias que, ao contrário da periferia ou subúrbio tradicional, oferece emprego próximo às residências. Configura, portanto, um tipo de urbanismo em que a vida transcorre quase que integralmente fora do núcleo urbano, com oferta de comércio, educação etc. O termo *edge city* foi consagrado pelo jornalista norte-americano Joel Garreau na obra *Edge City - Life on the New Frontier*, publicada em 1991. (N.T.).

decorrente é tão diversa como a composição social destas zonas em que o *habitat* de pequenos chalés geminados, formados por lares jovens, se justapõe aos apartamentos de moradia social de seus pais. Novamente, encontramos-nos diante de um processo de diversificação social como o que ocorreu entre os anos sessenta e setenta na periferia de Madri, mas localizado nas zonas afastadas e com uma tipologia residencial diferente. Nas zonas intermediárias, nas quais não pode acontecer este processo por falta de espaço adequado, é onde estão localizados os grupos mais desfavorecidos.

As estratégias residenciais das famílias

Para compreender as transformações do mercado residencial em relação à classe social, é importante conhecer as práticas residenciais das famílias em termos de decisão locacional. Tais práticas são distintas segundo as diferentes idades das famílias e classe social.

Na Espanha, o primeiro critério de busca de uma nova moradia por parte das famílias recém-formadas é a proximidade da família e dos amigos, prioridade em relação à imagem social da área ou da proximidade do lugar de trabalho ou de equipamentos.¹⁷ Esta estratégia das novas famílias ou de famílias jovens pode ser explicada pela existência de um débil Estado de Bem-Estar.

Como argumenta Esping Andersen (2001), nos países do Sul da Europa os benefícios do Estado de Bem-Estar concentram-se especialmente entre pessoas mais idosas e de meia-idade devido ao recebimento das pensões e aos seguros-desemprego. Jovens e crianças seriam perdedores em comparação com outras faixas etárias. Isto explica a escassez de serviços públicos como creches, assim como o auxílio para a aquisição da primeira moradia. A consequência é que a solidariedade familiar é um recurso mais freqüente e que se aplica precisamente para resolver os problemas dos jovens e das crianças com mais intensidade do que em outros países, seguindo um modelo familiar de Estado de Bem-Estar descrito por P. Abrahanson (1995).

¹⁷ Na pesquisa de Procura de Moradia na Comunidade de Madri de 1991, o principal motivo de localização residencial das famílias recém-formadas é, precisamente, a proximidade dos pais e dos amigos — na frente dos fatores proximidade do trabalho, valor social da zona ou preço da moradia.

Entretanto, há também outra diferença nestes países do Sul (especialmente nas grandes cidades) em comparação com outras cidades européias: a grande diferença nas taxas de atividade das mulheres jovens em relação às de meia-idade. A baixa atividade das avós permite-lhes cuidar dos netos, enquanto a mãe trabalha para conseguir recursos para pagar a hipoteca da casa recém-adquirida. Neste sentido, pode-se dizer que as taxas de atividade das mulheres jovens espanholas não se diferenciam muito das de outros países europeus. Sem dúvida, a proximidade residencial em relação aos pais de um dos membros da família é uma maneira de conseguir um jeito mais fácil de ajuda familiar — não somente no cuidado dos filhos que não têm escola, mas também em outros aspectos, como resolver pequenos problemas que surgem quando os dois membros do casal trabalham fora de casa durante toda a jornada.

A prática de procurar uma nova casa perto dos pais é obviamente mais difundida entre a classe trabalhadora que entre a classe média. Podem-se apontar três razões para isto. A primeira é que a taxa de atividade das mulheres de meia-idade da classe média é maior que a das mulheres da classe trabalhadora; portanto, aquelas têm mais dificuldade para ocupar-se de seus filhos ou netos. A segunda é a existência de maiores recursos na classe média, fazendo com que esta possa pagar serviços privados como uma creche ou uma pessoa que cuide das crianças. A terceira é o fato de que a solidariedade da classe média se faz com mais frequência com base na remessa de dinheiro que através de ajuda direta. O resultado é que, para a classe média, essa prática de busca de moradia perto dos pais não é tão desenvolvida, e a capacidade real de escolha do local de residência tem menos imposições, é mais livre. Essa maior independência da classe média jovem na escolha da localização de sua casa explica a velocidade de desenvolvimento da periferia extrema de bairros de classe média, com a conseqüente formação de um processo de suburbanização.

O efeito é que a prática de localização residencial de novos lares compostos por filhos de trabalhadores mudou a composição social dos bairros periféricos operários. A razão para esta mudança pode ser encontrada na mobilidade social intergeracional experimentada nos últimos anos, devido a um aumento do nível de formação e à

reestruturação do mercado de trabalho. Os novos profissionais ou os trabalhadores dos serviços, filhos de trabalhadores da indústria, buscam sua primeira moradia perto da casa dos pais e contribuem para uma mescla social dos bairros em que fixam sua residência, o que contrasta com o processo de segregação induzido pelo sistema de produção de moradias.

Mas a falta de capital prévio e o aumento dos preços das residências durante a segunda metade dos anos noventa também influenciam este processo. Os filhos dos trabalhadores manuais não podem se beneficiar, por regra geral, da herança antecipada que supõe a ajuda para aquisição de nova moradia por parte da família, ao contrário do que sucede com os filhos da classe média.

Este processo pode explicar o contraditório resultado de algumas áreas urbanas que apresentam uma composição social mais mesclada e um declínio da segregação em termos de posição social, ao mesmo tempo em que aumenta a diferença em termos de valor residencial, tal como se constata para o caso de Madri.

Isto tem uma especial importância quando se vê que o custo médio de uma moradia em Madri no ano 2000 implica um esforço que supõe uma atribuição da metade dos recursos da família durante vinte anos: o preço médio de uma moradia na Área Metropolitana de Madri é de sete vezes o rendimento médio de uma família madrilenha. Está claro que a possibilidade de conseguir ajuda proveniente dos pais para pagar este custo pode ser economicamente mais discriminatória que uma pequena diferença salarial durante os primeiros anos de vida familiar.

Desta perspectiva, a segregação residencial está crescendo em relevância devido à generalização da posse da propriedade e ao aumento da proporção do custo em relação aos rendimentos. O conceito de *housing classes* é agora mais importante que em meados dos anos sessenta quando Rex e Moore (1967) o propuseram, mas necessita adaptar-se às tipologias de moradia e à forma de acesso que se apresenta em cada país. Não há dúvida de que, em uma sociedade na qual os contratos de trabalho são mais precários e temporários, o patrimônio passa a ter um papel importante frente à elevação do risco de encontrar-se sem trabalho. Neste sentido, a disposição de um patrimônio faz-se mais urgente e a moradia desempenha um papel

importante, mas também o risco de perdê-la diante da descontinuidade dos rendimentos produzida por uma situação de desemprego.

Conseqüência dos novos sistemas produtivos de moradias

Este processo segregacional pode ser particularmente relevante nas cidades espanholas devido ao sistema de produção de moradias.

Em países com reduzida intervenção pública sobre a moradia, existe uma incidência maior de bairros com composição social diferenciada que nos países em que há maior proporção de intervenção pública. Em comparação com as grandes cidades européias, as cidades espanholas caracterizam-se sobretudo por uma divisão social do espaço muito contundente, resultado de uma falta de interesse pelos processos segregacionais e de uma elevada desigualdade sócio-econômica. Nas grandes cidades, tal divisão é marcante a ponto de aparecerem fronteiras reais que as dividem em duas partes completamente distintas por sua composição social. Assim, no caso de Madri, podemos traçar uma linha hipotética que reparte a cidade em duas, separando dois espaços sociais bem díspares na composição social de seus habitantes, nos preços e nas tipologias das moradias nelas edificadas.

Contudo, este processo não é determinístico: mudanças no crescimento urbano podem trazer múltiplas exceções a esta afirmação geral. De fato, algumas das áreas mais heterogêneas de Madri foram construídas por empresas privadas, mas esta alteração deve-se mais à intensidade de um crescimento urbano que supõe que áreas periféricas se convertam rapidamente em zonas centrais que por outra razão. A melhoria do transporte e dos equipamentos ou as melhorias no comércio também podem influenciar o valor e a “gentrificação” destas áreas da periferia urbana.

Devido às leis de política fundiária e urbana, existe na Espanha uma concentração da atividade de construção em empresas promotoras privadas e, especialmente, nas grandes promotoras, que têm sistematizado os desenhos e produzido áreas urbanas com uma grande homogeneidade em suas formas externas. Como conseqüência destas características de promoção, podemos encontrar uma relação estreita entre a

homogeneidade das formas e a homogeneidade social da população que as habitam. Esta correspondência é alta e, às vezes, mudando as formas dos espaços próximos (vizinhos?), construídos pela mesma empresa promotora, ocorre uma mudança no conteúdo social. Isso acontece em algumas áreas nas quais os empreendedores privados possuíam grandes extensões de terra e começaram construindo bairros da classe trabalhadora; com um processo contínuo de melhoria da imagem do bairro, este termina sendo atrativo para as classes médias que ocupam as últimas casas edificadas. No caso de Madri, isto tem sido particularmente comum devido à existência de grandes propriedades de terra na periferia da cidade (Barrios del Pilar, Moratalaz, Aluche etc...). Estes bairros, que receberam o qualificativo social de Populares (Castells, 1981) pela mescla de classes que neles existe, pode induzir a enganos. Os diferentes grupos sociais estão juntos no espaço do bairro, mas não misturados: estão claramente separados de acordo com as diferentes fases e lançamentos que foram se sucedendo. É um verdadeiro fractal do conjunto da cidade, o que supõe um comportamento específico dos movimentos sociais que neles se desenvolvem e um processo de mudança nos valores que segue o padrão de filtragem para cima — com a elevação muito lenta, mas progressiva, do valor social em relação às fases mais operárias. A imigração pouco afeta estes bairros porque trata-se de moradias de propriedade livre¹⁸, o que dificulta o assentamento de inquilinos em áreas de baixa mobilidade residencial e de baixa proporção de aluguel.

Segregação em Madri

As variações nos preços das moradias na Área Metropolitana de Madri estão relacionadas às transformações na distribuição das categorias sociais no espaço urbano.¹⁹ As elevadas taxas de crescimento dos preços expressam dois processos. O primeiro, na periferia mais distante, corresponde a uma crescente demanda de

¹⁸ *Viviendas libres en propiedad* é o oposto da moradia protegida (VPO), isto é, são as residências que não têm nenhuma limitação na sua transferência, podendo ser compradas e vendidas independentes de pré-requisitos ou limitação de preços (N.T.).

¹⁹ Entre 1991-2000 há uma correlação positiva entre a proporção de crescimentos dos preços de moradias em euro por metro quadrado e o valor social das zonas.

moradias que passam de rural à urbana. Porém, na maior parte das áreas, as elevações dos preços correspondem a um aumento da demanda da classe média e a uma mudança na composição social devido a um processo de “gentrificação” nas áreas centrais e em áreas consolidadas da periferia Norte de Madri e do Norte e Noroeste da Área Metropolitana, que reforçam seu caráter de áreas de classe média.

O processo de variação relativa dos preços das moradias em uma área metropolitana pode ser complexo, mas a investigação realizada prova empiricamente que os preços das residências por metro quadrado crescem em uma proporção mais elevada nas áreas com um nível sócio-econômico mais alto, comparado com áreas de menor valor social. Importante é que a desigualdade no valor da moradia aumentou em Madri entre 1991 e 2000. Isto supõe, de qualquer modo, um efeito pouco considerado nas análises clássicas que apresentam os efeitos da segregação: trata-se de um aumento das desigualdades patrimoniais dos habitantes, gerado a partir da mudança nos valores das residências. Este aumento da desigualdade na distribuição do patrimônio tem conseqüências importantes, já que a suposta igualdade de oportunidades no acesso à formação e, inclusive, uma certa convergência na distribuição da renda durante o período 1981-1996, ficariam neutralizadas por esta divergência. O patrimônio torna-se um valor relevante em uma sociedade insegura, onde o emprego é instável e o aumento nos serviços privados requer a disposição de um patrimônio que endosse ou garanta o acesso a certos bens, como a própria moradia ou certos serviços especialmente custosos.

Conclusão

Tal como demonstram as investigações realizadas sobre o caso de Madri, existe uma relação estreita entre os mercados residenciais e os processos segregacionais urbanos, levado-nos a concluir que os fenômenos de desigualdade urbana são produzidos inicialmente pela forma da produção da moradia e logo se transformam com as mudanças experimentadas nos mercados habitacionais.

A carência de moradias públicas e a escassa consciência dos efeitos de longo prazo dos processos segregacionais faz com que as cidades espanholas — especialmente Madri — tenham índices de segregação muito elevados, situados entre os mais altos das grandes cidades européias.

Em uma sociedade em que as famílias são majoritariamente proprietárias de suas casas, o aumento das diferenças no preço das moradias supõe, de fato, um aumento das desigualdades. No caso de Madri, isto se manifesta por um incremento mais elevado dos preços das residências nas zonas de maior valor social.

Este fato supõe uma visão alternativa dos processos de segregação, considerados, sobretudo, a partir da repartição de grupos sociais no território, e possibilita uma mudança notável em relação às tendências precedentes, onde se constatava (para o caso madrilenho) uma diminuição da segregação social, expressa na distribuição local das categorias socioeconômicas e na distribuição da renda.

A conseqüência é que os mercados residenciais possuem um papel muito importante na formação das desigualdades urbanas. A compreensão de como eles atuam supõe o conhecimento do funcionamento dos diferentes submercados, assim como das práticas residenciais de famílias que têm características diferentes na Espanha e nos países do Sul da Europa — em comparação com os demais países europeus.

Referências bibliográficas

- ABRAHAMSON, P. (1995) «Regímenes europeos del bienestar y políticas sociales». en SARASA, S. Y MORENO, L. *El Estado de Bienestar en la Europa del Sur*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madri
- ARIAS, F. (2000) *La desigualdad urbana en España*. Centro de Publicaciones. Ministerio de Fomento. Madri.
- BRUN, J. y REHIN, C. (1994) *La ségrégation dans la ville*. L'Harmattan. Paris.
- CASTELLS, M. (1981) *Crisis urbana y cambio social*. Siglo XXI. Madri.
- ESPING ANDERSEN G. (2001) Conferencia en las jornadas sobre Desigualdad. Argentaria. Enero 2001.

- ESPING ANDERSEN, Gosta. (1996) «Welfare States without work: the Impasse of Labour Shedding and Familialism in Continental European Social Policy» in ESPING ANDERSEN, Gosta, *Welfare States in transition*. Sage. Londres.
- GARREAU, J. (1991) *Edge city: Life on the frontier*. Doubleday. Nueva York.
- HARVEY, D. (1973) *Social Justice and the city*. Arnold. Londres
- LEAL, J. (1999) «Crecimiento económico, empleo y desigualdad social en Madrid» *Papeles de Economía*, Numero 18. Páginas 116-128
- LEFEBVRE, H. (1991) *The production of space*. Blackwell. Oxford.
- LEONTIDOU, L. (1996) «Alternative to modernism in Southern urban theory: exploring in-between spaces» *International Journal of Urban and Regional Research* XX 180-197. Oxford.
- LIPIETZ, A. (1998). «Rethinking social housing in the hour-glass society» in Mandipour, A; Cars, G. and Allen, J. *Social exclusion in European Cities*. Jessica Kingsley Publishers. Londres.
- MACKENZIE, R. (1925) «The Ecological Approach to the Study of the Human Community» en PARK, R. y BURGESS, E. *The city*. University of Chicago Press. Chicago.
- MODENES CABRERIZO, J.A. (1998) «Flujos espaciales e itinerarios biográficos: La movilidad residencial en el área de Barcelona». Tesis Doctoral. Universidad Autónoma de Barcelona.
- PRETECEILLE, E. (2001) *Transformations de la ségregation social*. Cultures et Sociétés Urbaines. IRESO. Paris
- REX, J. y MOORE, R. (1967) *Race, Community and Conflict*. Oxford University Press. Oxford.
- SIMMEL, G. (1908) *Soziologie: Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. Traducción española: (1927) *Sociología: Estudios sobre las formas de socialización*. Revista de Occidente. Madrid
- WILLMOTT, P. y YOUNG, M. (1960) *Family and class in a London suburb*. Routledge. Londres.
- WIRTH, L. (1938) «Urbanism as a way of life» *American Journal of Sociology* XLIV pgs. 1-24

AVALIAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CSA E COMPERJ, A PARTIR DA MODELAGEM ATMOSFÉRICA

Heitor Soares de Farias*

Resumo: em 2007, o governo federal anunciou a construção do Arco Metropolitano, uma rodovia criada para interligar os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e as rodovias federais que para lá se destinam, dando acesso ao Porto de Itaguaí, um dos principais do país. Nas proximidades do Arco Metropolitano estão sendo instaladas indústrias pesadas como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) e a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). A expectativa é que cheguem outras indústrias atraídas pelos investimentos que estão sendo realizados. No entanto, a RMRJ já tem a segunda maior concentração de indústrias e veículos do país, e como consequência a qualidade do ar está comprometida. Ainda há um agravante, já que o relevo bastante irregular interfere no transporte de poluentes atmosféricos, formando áreas com distintas concentrações de poluentes, chamadas de bacias aéreas. Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar a influência dos dois principais sistemas atmosféricos atuantes no Rio de Janeiro, nas trajetórias dos poluentes emitidos da região metropolitana, utilizando modelos numéricos atmosféricos (*Brazilian Regional Atmospheric Modeling System* - BRAMS e Trajetórias Cinemáticas 3D), para avaliar a localização das indústrias citadas.

Palavras-chave: poluição do ar; bacias aéreas; modelos atmosféricos; Arco Metropolitano.

EVALUATION OF THE LOCATION OF CSA AND COMPERJ PROJECTS, FROM ATMOSPHERIC MODELING

Abstract: in 2007, the federal government announced the construction of the Metropolitan Arch, a highway designed to connect the municipalities of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ) and federal highways that are intended there, giving access to the Itaguaí Port, one of the main in the country. Near the Metropolitan Arch are being installed heavy industries such as Petrochemical Complex of Rio de Janeiro (Comperj) and Atlantic Steel Company (CSA). The expectation is that other companies arrive, attracted by the investments that are being made. However, RMRJ already has the second largest concentration of industries and

* Geógrafo e Doutor em Geografia. Professor substituto no curso de Geografia da UFRRJ – Seropédica. E-mail: heisofa@gmail.com.

vehicles in the country, and consequently the air quality is compromised. In RMRJ, there is an aggravating factor, because the relief rather irregular interferes with the transport of air pollutants, forming areas with distinct concentrations of pollutants, called air basins. Therefore, the aim of this paper is analyzing the influence of the two major weather systems operating in Rio de Janeiro, in the trajectories of pollutants emitted of the metropolitan area, using numerical atmospheric models (Brazilian Regional Atmospheric Modeling System - BRAMS and Trajectories Cinematic 3D), to assess the location of the projects cited..

Keywords: air pollution; air basins; atmospheric models; Metropolitan Arch.

EVALUACIÓN DE LA SITUACIÓN DE LOS PROYECTOS CSA Y COMPERJ, DE MODELIZACIÓN ATMOSFÉRICA

Resumen: en 2007, el gobierno federal anunció la construcción del Arco Metropolitano, una carretera diseñada para comunicar a los municipios de la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ) con las carreteras federales que están destinados allí, dando acceso al Puerto de Itaguaí, uno de los principales del país. En las proximidades del Arco Metropolitano se están instalando industrias pesadas como el Complejo Petroquímico de Rio de Janeiro (COMPERJ) y Atlantic Steel Company (CSA). La expectativa es el surgimiento de nuevas industrias, atraídas por las inversiones que se están realizando. De cualquier forma, la RMRJ ya tiene la segunda mayor concentración de industrias y vehículos en el país y, por tanto, la calidad del aire se ve afectada. Además, hay un factor agravante, por el terreno ser bastante irregular, el mismo interfiere en el transporte de contaminantes en el aire, formando áreas con diferentes concentraciones de contaminantes, llamadas cuencas atmosféricas. Por todo lo anterior, el objetivo de este trabajo es analizar la influencia de los dos principales sistemas meteorológicos que actúan en Río de Janeiro, en las trayectorias de las emisiones contaminantes del área metropolitana, utilizando modelos numéricos atmosféricos (*Brazilian Regional Atmospheric Modeling System - BRAMS* y *Trajectorias Cinemáticas 3D*), para evaluar la localización de los proyectos citados.

Palabras clave: contaminación del aire; cuencas atmosféricas; modelos atmosféricos; Arco Metropolitano.

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada sobre o Morro do Castelo, localizado em uma planície recoberta por maciços litorâneos. Atualmente, a Região Metropolitana do Rio

de Janeiro (RMRJ) possui mais de 11 milhões de habitantes, 74% de todo o Estado (IBGE – Censo de 2010), uma das mais polarizadas do país. Hoje, a baixada litorânea encontra-se quase que completamente urbanizada (99% da RMRJ é urbana), o maior grau de urbanização e de densidade demográfica entre as regiões metropolitanas (INEA, 2009).

Ao longo da história, o relevo que se mostrou fundamental na constituição da cidade tem se revelado como uma grande barreira que dificulta sua expansão (ABREU, 1987), como também interfere na circulação dos ventos, o que traz sérios problemas à saúde dos habitantes. Isso acontece pois a RMRJ é rodeada pela Serra do Mar que se eleva a 900 metros de altitude em média. Na planície encontram-se alguns maciços litorâneos, sendo que os três maiores – Tijuca, Pedra Branca e Gericinó-Mendanha – localizados no município do Rio de Janeiro, também apresentam picos com altitudes superiores a 900 metros (figura 1). Assim, pode-se dizer que a topografia da RMRJ impõe resistência ao escoamento atmosférico, reduzindo a velocidade do vento e impedindo que a brisa marítima alcance alguns bairros e municípios, contribuindo para a estagnação de poluentes (OLIVEIRA, 2004; FARIAS, 2012).

A orientação das vertentes e a altitude do relevo da RMRJ influenciam na direção dos ventos de superfície e, como consequência, dificultam a dispersão de poluentes, formando áreas com distintas concentrações dos mesmos, denominadas bacias aéreas (FARIAS, 2012).

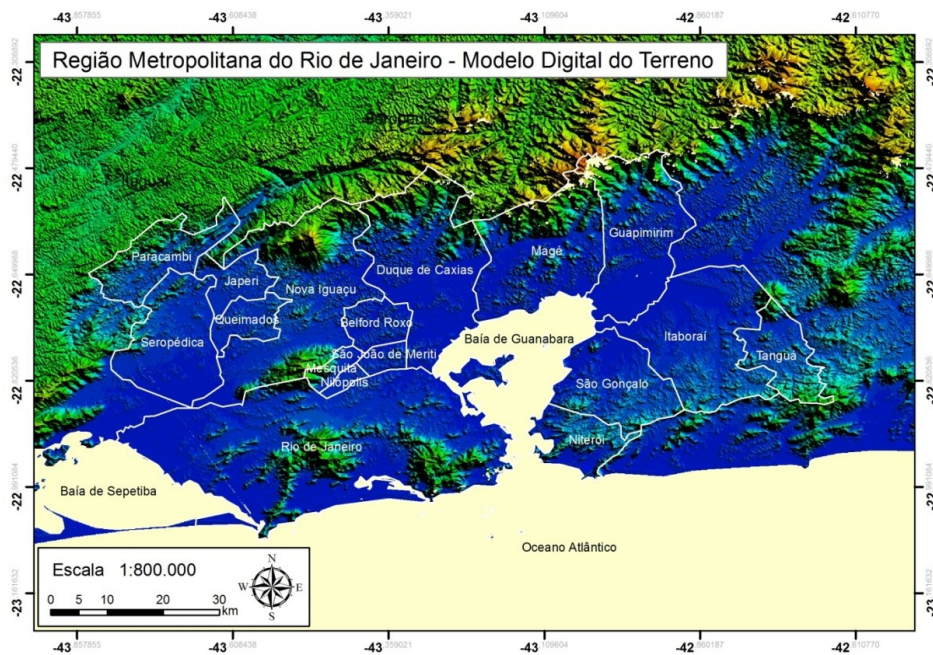


Figura 1 - O relevo na RMRJ
 Fonte: elaborada pelo autor.

A RMRJ possui quatro bacias aéreas com a qualidade do ar comprometida devido à presença da segunda maior concentração de indústrias, veículos, e de outras fontes de poluentes atmosféricos do país.

Apesar disso, em 2007 o governo federal anunciou a construção do Arco Metropolitano na RMRJ, uma rodovia criada para interligar os municípios da RMRJ e as rodovias federais que para lá se destinam, dando acesso ao Porto de Itaguaí, um importante porto do país.

O projeto foi pensado ainda nos anos de 1970 para superar os problemas de integração do novo Estado do Rio de Janeiro, originado a partir da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, no ano de 1975. A fusão de dois Estados muito diferentes economicamente agravou a crise que já atingia a economia fluminense nas décadas de 1970 e 1980, em função da perda da capital federal (SANTOS, 2003). Por isso, a concretização da obra mais de 30 anos depois de sua idealização é vista como a oportunidade de o Estado do Rio de Janeiro recuperar o seu poder de atração de investimentos, principalmente porque junto à rodovia serão instaladas duas grandes

indústrias: a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) e o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ).

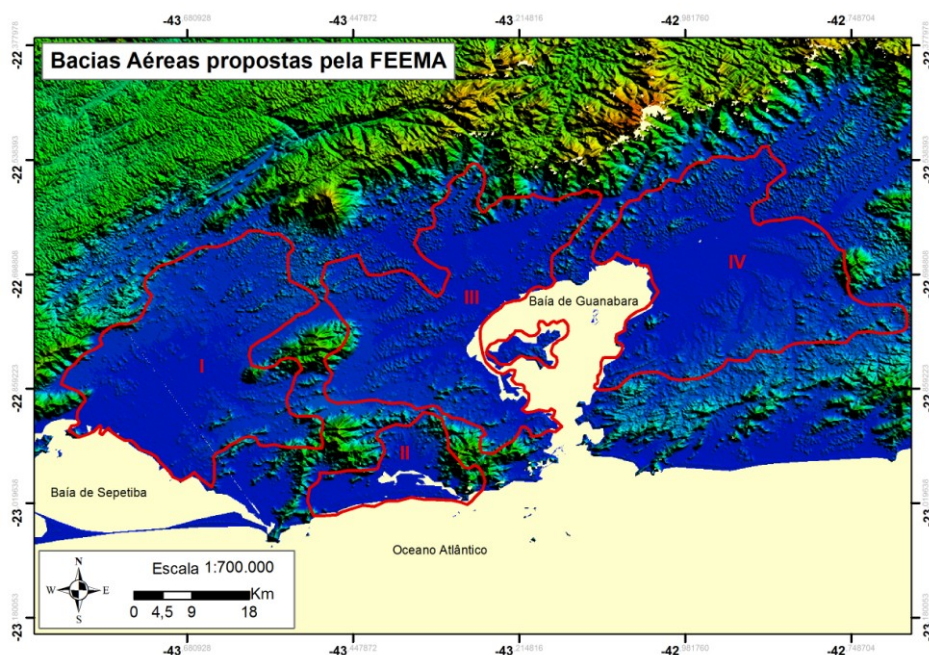


Figura 2 – As bacias aéreas da RMRJ
 Fonte: elaborada pelo autor.

A CSA é uma grande usina siderúrgica que fabrica placas de aço. Como a produção é totalmente voltada para o mercado externo, a localização do empreendimento no Rio de Janeiro, em Santa Cruz, próximo à Baía de Sepetiba, é fundamental para a implantação de um terminal portuário próprio e reabilitar o ramal ferroviário existente nas adjacências (EIA, 2005).

O COMPERJ é o maior polo petroquímico da América do Sul e utiliza um petróleo de menor qualidade, da Bacia de Campos, como matéria prima para a fabricação de produtos plásticos, o que deverá reduzir a importação e gerar economia para o país. A escolha de Itaboraí para instalar o COMPERJ deve-se à proximidade da Bacia de Campos e de sua localização na região Sudeste, maior mercado consumidor do país, além da infraestrutura disponível (RIMA, 2007).

Mas, se investimentos desse porte trazem a esperança de uma forte retomada econômica, deve-se advertir que também trarão altos custos ambientais, pois indústrias pesadas aumentarão as emissões de poluentes na RMRJ. Assim o presente trabalho tem como objetivo avaliar a localização dos empreendimentos CSA e

COMPERJ, a partir da caracterização do escoamento dos ventos e das trajetórias dos poluentes emitidos por estas indústrias, utilizando modelos numéricos atmosféricos, em situações de predomínio de atuação do Anticiclone Subtropical do Atlântico Sul (ASAS) e do Anticiclone Polar Migratório (APM).

Material e métodos

Para estudar o comportamento do escoamento atmosférico e sua influência nas trajetórias dos poluentes produzidos pelas indústrias CSA e COMPERJ, foram utilizados os modelos *Brazilian Regional Atmospheric Modeling System* (BRAMS) e Trajetórias Cinemáticas 3D.

O BRAMS é um modelo meteorológico de mesoescala desenvolvido com potencial para melhor representar o estado da atmosfera dos trópicos, com excelentes resultados para as condições atmosféricas brasileiras. Com o modelo BRAMS foram feitas as simulações numéricas do campo de vento da RMRJ, em dois períodos de aproximação de frentes frias com precipitação na cidade do Rio de Janeiro: dias 12, 13 e 14 de janeiro e 11, 12 e 13 de julho de 2010.

O modelo BRAMS foi alimentado com as condições iniciais e de contorno gerado pelo modelo global do CPTEC e rodado com três grades aninhadas, o que proporciona bons resultados em diferentes resoluções espaciais para uma mesma área.

Para simular as trajetórias dos poluentes emitidos na RMRJ optou-se pelo modelo cinemático tridimensional e método não convectivo de FREITAS (1999), alimentado com dados sobre o campo de vento gerado pelo modelo BRAMS. Neste modelo, a altitude de uma partícula ou poluente é representada por uma escala de cores que varia do azul escuro (até 100 metros) até o rosa (entre 1900 e 2000 metros).

As trajetórias foram simuladas em situações bastante distintas: nos horários de 9 e 18 horas, que apresentam grande fluxo de veículos; a 70 metros de altura para representar as chaminés das indústrias; nos meses de janeiro e julho, para verificar o comportamento das trajetória dos poluentes nas estações de verão e inverno na RMRJ.

Para a simulação das trajetórias das fontes fixas considerou-se como pontos de emissões 22, 9066 S e 43, 7404 W (CSA) e 22, 6676 S e 42, 8470 W (COMPERJ) (Figura 3). Para visualização das trajetórias foi utilizado o *software GRADS*.

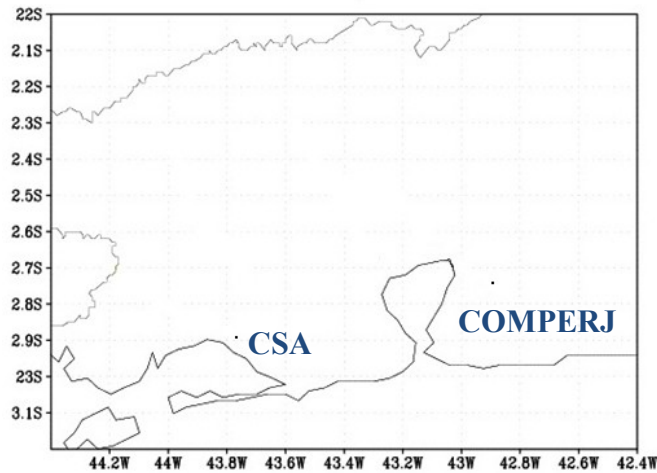
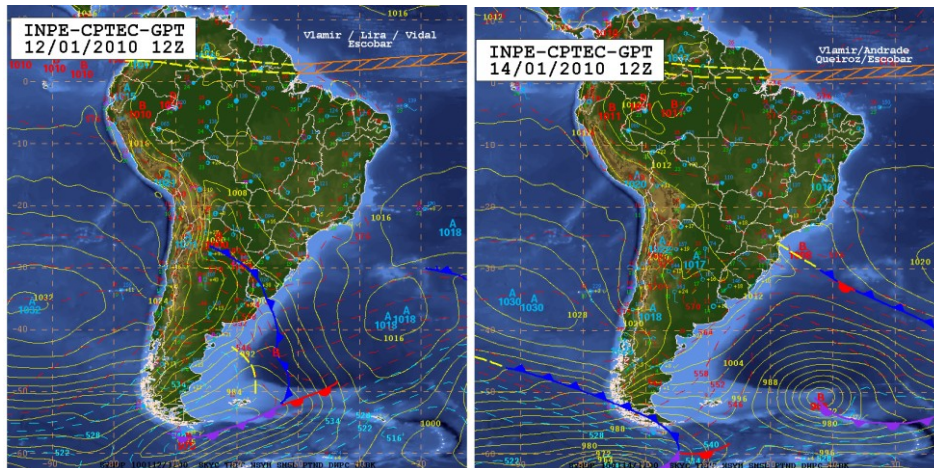


Figura 3 – Localização dos pontos de simulação das trajetórias 3D a partir das indústrias CSA e COMPERJ.

Fonte: elaborada pelo autor.

Resultados e Discussão

No verão, em janeiro de 2010, após forte calor nos dias 12 e 13 (terça e quarta-feira), choveu muito na noite do dia 14 (quinta-feira). No dia 12 observa-se uma frente fria próxima ao sul do Brasil, enquanto que o ASAS está atuando sobre o a região sudeste brasileira. No dia 14 a frente está sobre a região sudeste.



Figuras 4 e 5 – Cartas de superfície dos dias 12 e 14 de janeiro de 2010.
 Fonte: CPTEC/INPE

Na manhã do dia 12 de janeiro, a trajetória emitida no COMPERJ, devido à presença do relevo, desloca-se para norte em baixa altitude durante o início do percurso, fazendo com que os poluentes circulem próximos ao solo, contaminando o ar por mais tempo dentro da bacia aérea. Ao ascender para ultrapassar a Serra do Mar, a trajetória passa a receber influência da circulação de grande escala e eleva-se até 2000 metros do solo. Na CSA, onde os ventos estavam mais fracos devido à presença do maciço, a trajetória eleva-se menos e chega a 1500 metros (Figuras 6).

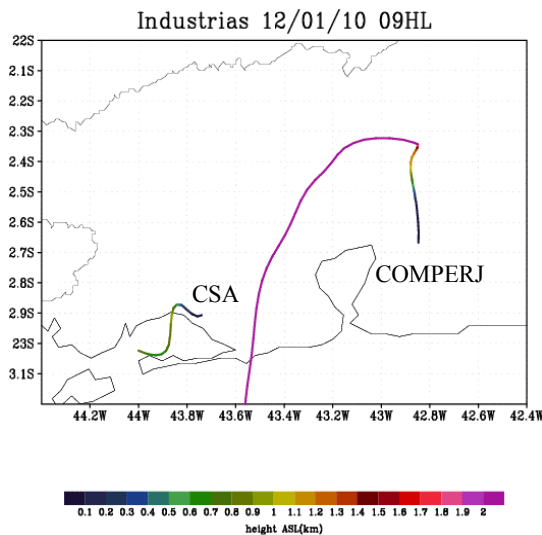


Figura 6 - Trajetórias simuladas para o dia 12/01/2010, 9 horas local
 Fonte: elaborada pelo autor.

No fim da tarde do dia 12 de janeiro, as trajetórias deslocam-se em baixa altitude alcançando o máximo de 800 metros do solo. As trajetórias avançaram mais sobre o continente do que no horário da manhã, percorrendo grandes distâncias bem próximas à superfície, o que pode gerar sérios problemas à população (Figura 7).

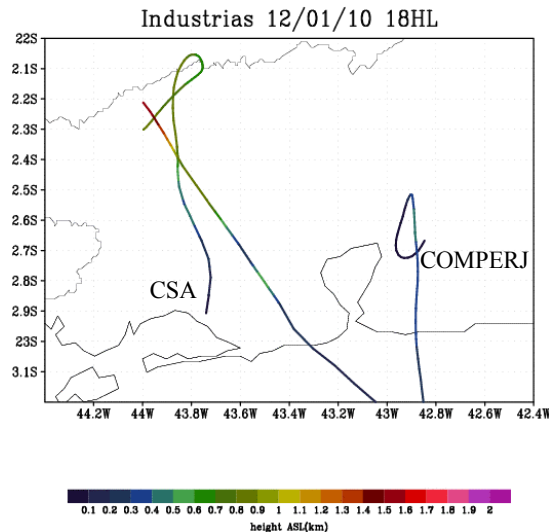


Figura 7 - Trajetórias simuladas para o dia 12/01/2010, 18 horas local.
Fonte: elaborada pelo autor.

Na manhã do dia 14 de janeiro, a chegada da frente fria altera o padrão de mesoescala do tipo brisa com ventos dos quadrantes oeste e sul, e a mudança se reflete no comportamento das trajetórias.

Na simulação para a manhã do dia 14 de janeiro (Figura 8) percebe-se uma grande perturbação nas trajetórias, que se elevam mais rapidamente alcançando 2000 metros da superfície. Nesta simulação, os ventos atingem mais intensamente a bacia aérea I, onde se localiza a CSA, e sua trajetória eleva-se mais do que sob a influência do ASAS.

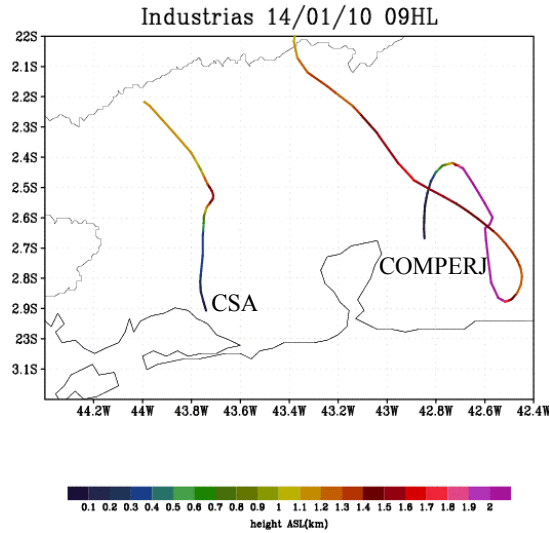


Figura 8 - Trajetórias simuladas para o dia 14/01/2010, 9 horas local.
Fonte: elaborada pelo autor.

No fim da tarde do dia 14 de janeiro (Figura 9), os ventos de sul sopram sobre as Bacias Aéreas I e III, enquanto ventos mais fracos sopram sobre a Bacia Aérea IV, assim as trajetórias dirigem-se para norte, em baixa altitude no início do percurso e ascendem posteriormente a 1500 metros.

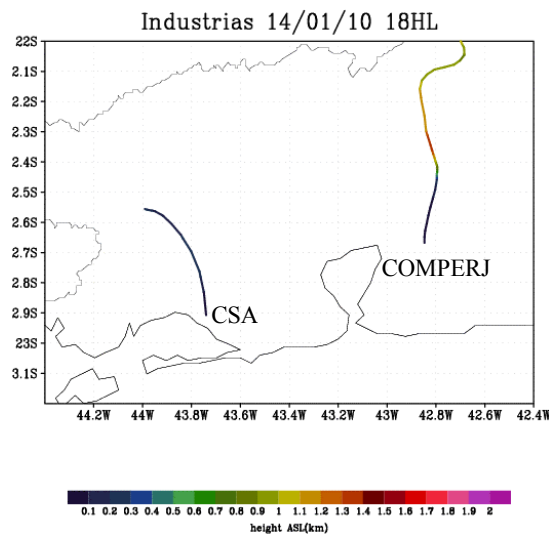
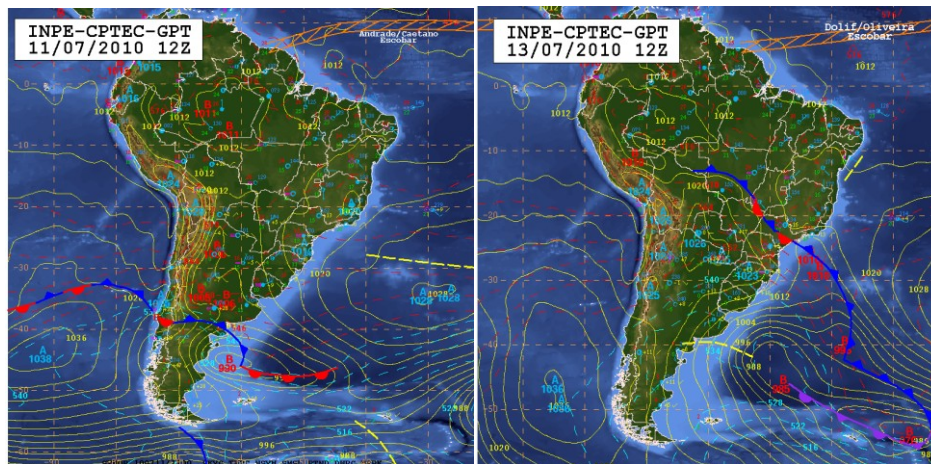


Figura 9 - Trajetórias simuladas para o dia 14/01/2010, 18 horas local
Fonte: elaborada pelo autor.

No inverno, mês de julho de 2010, após forte calor nos dias 11 e 12 (domingo e segunda-feira), choveu muito na noite do dia 13 (terça-feira). No dia 11 observa-se uma frente fria próxima ao sul do Brasil, enquanto que o ASAS está atuando sobre o a região sudeste brasileira. No dia 13 a frente está sobre a região sudeste.



Figuras 10 e 11 – Cartas de superfície dos dias 11 e 13 de julho de 2010
 Fonte: CPTEC/INPE

Na manhã do dia 11 de julho, as trajetórias têm comportamento semelhante ao observado nas manhãs de verão. A trajetória emitida da CSA elevou-se menos que a trajetória do COMPERJ, que mesmo no inverno atingiu 2000 metros de altitude, como também menos do que na simulação do verão. Na bacia aérea I os poluentes demoram mais para serem dispersados, principalmente no inverno, quando ficam mais tempo próximo à superfície, afetando a saúde da população (Figura 12).

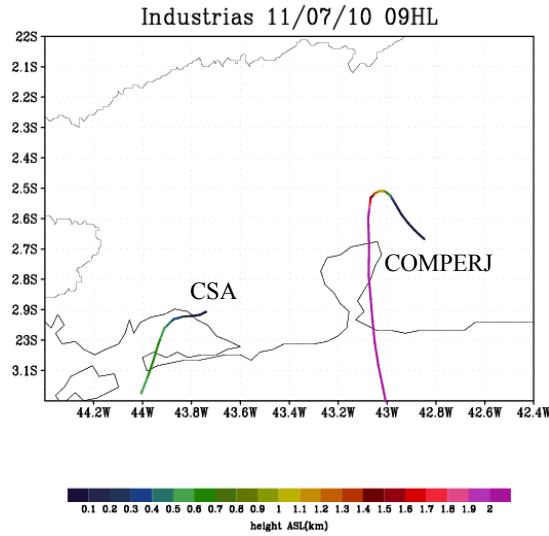


Figura 12 - Trajetórias simuladas para o dia 11/07/2010, 9 horas local
Fonte: elaborada pelo autor.

No fim da tarde do dia 11 de julho, as trajetórias têm o deslocamento semelhante ao observado pela manhã, no entanto elevam-se menos. A trajetória emitida do COMPERJ desloca-se em baixa altitude e, ao transpor a Serra do Mar, é influenciada pela circulação de grande escala e dirige-se para o oceano. Já a trajetória emitida da CSA não ganha altitude (Figura 13).

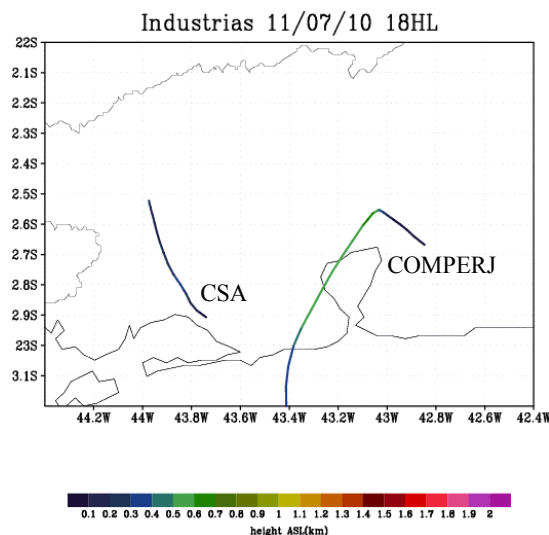


Figura 13 - Trajetórias simuladas para o dia 11/07/2010, 18 horas local
Fonte: elaborada pelo autor.

Na manhã do dia 13 de julho, as trajetórias apresentam um comportamento diferente do observado nos dias anteriores em consequência da chegada da frente fria que altera o padrão de circulação de mesoescala do tipo brisa, e os ventos passam a soprar do sul. A trajetória emitida do COMPERJ tende a deslocar-se para leste, ascendendo rapidamente até alcançar 2000 metros de altitude, dirigindo-se para o oceano. Já a trajetória emitida da CSA desloca-se para sul em direção ao oceano em baixa altitude, a menos de 100 metros da superfície. Ao entrarem em contato com a atmosfera sobre o oceano, a trajetória da CSA retorna para o continente e ao transpor o relevo da Serra do Mar ganha altitude (Figura 14).

“os empreendimentos trazidos para alavancar a retomada econômica do Rio de Janeiro - CSA e COMPERJ - estão localizados em áreas com alto potencial para concentrar poluentes, principalmente por se tratarem de bacias aéreas, planícies cercadas pelo relevo elevado”

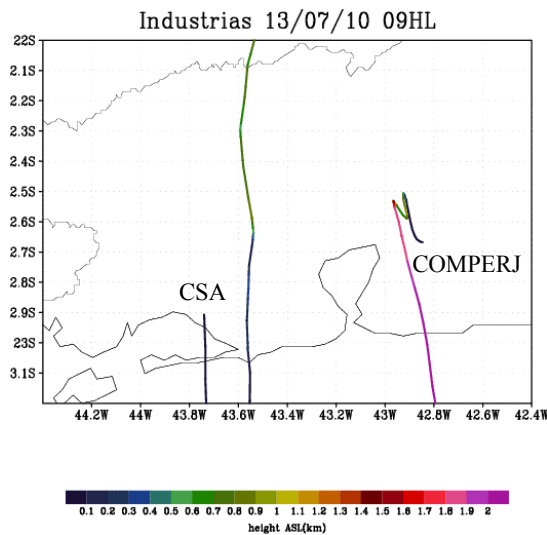


Figura 14 - Trajetórias simuladas para o dia 13/07/2010, 9 horas local
Fonte: elaborada pelo autor.

No fim da tarde do dia 13 de julho, as trajetórias deslocam-se para o interior do continente, padrão para o horário (Figura 15).

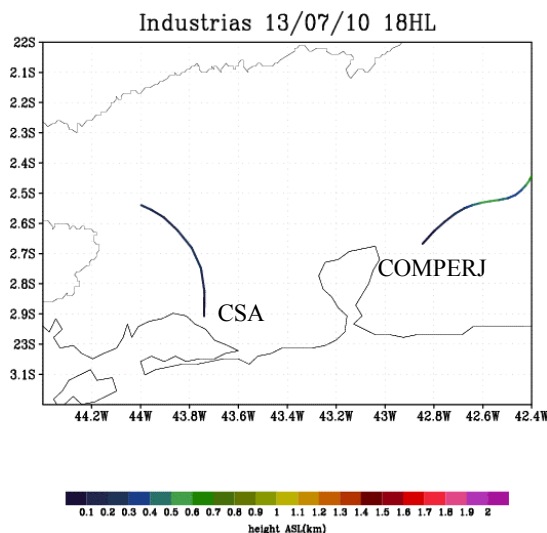


Figura 15 - Trajetórias simuladas para o dia 13/07/2010, 18 horas local
Fonte: elaborada pelo autor.

A trajetória emitida do COMPERJ ganha mais altitude do que a da CSA, elevando-se a 600 metros da superfície, o que facilita a dispersão dos poluentes. Já a trajetória emitida da CSA é curta e desloca-se próxima a superfície, não ultrapassando os 200 metros de altitude, o que coloca a saúde da população em risco.

Conclusões

A análise do campo de vento e o cálculo das trajetórias permitiram verificar que no verão os poluentes tendem a ascender mais devido à maior instabilidade da atmosfera e a maior espessura da camada de mistura, principalmente no início da manhã. Assim, os poluentes são dispersos com maior facilidade, principalmente os emitidos pelas indústrias que, por terem maior altura de emissão, ascendem mais. No final da tarde, as trajetórias ganham menos altitude e, em função da ação da brisa marítima, os poluentes são transportados para o interior do continente, onde está a Serra do Mar

que delimita as bacias aéreas I, III e IV, comprometendo a qualidade do ar dos moradores dos municípios do interior do Estado - Baixada Fluminense e municípios serranos.

No inverno as trajetórias quase não se elevaram em função da maior estabilidade e menor espessura da camada de mistura, ficando concentradas próximas à superfície, dentro das bacias aéreas de emissão, afetando a saúde de crianças e idosos, principalmente. Nesta estação, sob a ação do ASAS, as trajetórias são transportadas para o oceano.

Também foi possível identificar que a posição e a orientação do relevo têm grande influência na concentração de poluentes na RMRJ. Nas bacias aéreas III e IV, a presença da Serra do Mar, ao norte, favorece a concentração dos poluentes em baixa altitude. Na Bacia Aérea I, a Serra do Mar tem menor altura, o que favorece a canalização do escoamento dos ventos de grande escala, fazendo com que as trajetórias elevem-se menos. Nesta bacia aérea, a posição do Maciço da Pedra Branca, a leste, dificulta a passagem dos ventos que seguem paralelos ao litoral, e a conseguinte dispersão dos poluentes, que ficam concentrados próximo à superfície. No entanto a concentração dos poluentes é variável em função da estação do ano, do sistema atmosférico atuante e do horário de emissão. Isso porque se verificou que a chegada da frente fria altera o padrão de circulação das brisas e proporciona melhor ventilação na bacia aérea I, que é a localidade com maior dificuldade para dispersar os poluentes quando o ASAS está atuando.

Assim, conclui-se que os empreendimentos trazidos para alavancar a retomada econômica do Rio de Janeiro - CSA e COMPERJ - estão localizados em áreas com alto potencial para concentrar poluentes, principalmente por se tratarem de bacias aéreas, planícies cercadas pelo relevo elevado.

O COMPERJ está localizado na bacia aérea IV em uma área vegetada afastada das áreas urbanas, no entanto, devido ao seu potencial poluidor, seu funcionamento pleno poderá influenciar fortemente a qualidade do ar local. A CSA está localizada em uma área onde já existem muitas indústrias e ainda há previsão de crescimento urbano, fatores que contribuem para uma iminente saturação de poluentes atmosféricos na

bacia aérea I. Além disso, nas simulações realizadas, a bacia aérea I apresentou maior dificuldade para dispersar os poluentes.

Desde 2010 a CSA já apresentou alguns casos de emissão de material particulado que atingiu áreas vizinhas, no bairro de Santa Cruz, o que foi amplamente divulgado na mídia. O Instituto Estadual do Ambiente aplicou três pesadas multas à empresa em 2010, 2011 e 2012 pelos eventos que ficaram conhecidos como “chuva de prata” que, pelas características do material particulado que atinge a vizinhança, têm trazido muito desconforto à população e, principalmente, problemas respiratórios.

Referências bibliográficas

ABREU, M. A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 1987.

CETESB, “Relatório Anual da Qualidade do Ar – 1999”.

EIA - ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DA USINA SIDERÚRGICA CSA. Reference: B6000/05.01. Outubro, 2005.

RIMA - RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO COMPLEXO PETROQUIMICO DO RIO DE JANEIRO. Junho DE 2007.

FARIAS, H. S. *Espaços de risco à saúde humana na região metropolitana do Rio de Janeiro: um estudo das trajetórias de poluentes atmosféricos do Arco Metropolitano, CSA e COMPERJ*. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2012. 149 pp.

FREITAS, S. R. *Modelagem numérica do transporte e das emissões de gases traços e aerossóis de queimadas no cerrado e floresta tropical da América do Sul*. Tese de doutorado. Instituto de Física da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999. 185 pp.

IBGE, *Sinopse do Censo Demográfico 2010* (tabelas). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_rm_zip.shtm. Acesso em: outubro de 2013.

INEA – Instituto Estadual do Ambiente. *Relatório Anual de Qualidade do Ar*. 2009.

OLIVEIRA, J. L. F. *Análise espacial e modelagem atmosférica: contribuições ao gerenciamento da qualidade do ar da bacia aérea III da região metropolitana do Rio*

de Janeiro. Tese de Doutorado – COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004, 144 pp.

SANTOS, A. M. S. P. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2003.

POSIÇÕES

AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

TEXTO 1

A REALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO BRASIL URBANO DO SÉCULO XXI:

Notas-Testemunho

Guilherme Ribeiro *

Resumo: Apontar alguns elementos conjunturais presentes nas manifestações urbanas de junho de 2013 no Brasil. Para além de acontecimentos episódicos, eles revelam profundas contradições políticas e econômicas características do Brasil, com destaque para o abismo entre o Estado e a sociedade.

Palavras-chave: Brasil; manifestações urbanas; política; Estado; sociedade.

Para aqueles que refletem sobre a vida social tendo a escala *mundo* como referência, as manifestações populares e em rede ocorridas nas principais capitais brasileiras nos meses de junho e julho de 2013 não deixam de ter certo parentesco com a Primavera Árabe. A despeito de origens e motivações distintas, em ambos os casos emerge o sentimento que o poder constituído age na direção radicalmente oposta às demandas da população. Nos dois exemplos, a internet atuou como *meio* capaz de potencializar mobilizações que gritavam em busca da construção de uma outra democracia e de outras representações sociais. Desgastados junto às massas, os partidos políticos simplesmente não têm o que dizer em um momento como esse. Pudera! Há tempos suas agendas são preenchidas exclusivamente por projetos casuísticos de poder.

No caso brasileiro, o empenho do governo federal junto à reforma dos estádios para a realização da Copa das Confederações e a subsequente Copa do Mundo, bem como a inoperância dos governos estaduais diante do aumento das passagens, foram interpretados como as duas faces de uma mesma moeda. Mais uma vez, o público parece sucumbir diante do privado. Não há muito o que fazer, diz-se. No entanto, para surpresa daqueles que insistem em decretar o fim da história, a sociedade brasileira

* Professor Adjunto II do Departamento de Geociências da UFRRJ. Coordenador do Laboratório Política, Epistemologia e História da Geografia (LAPEHGE/UFRRJ). Texto escrito com auxílio da FAPERJ e da Fundação de Apoio à Pesquisa da UFRRJ.

reage e expõe para o mundo as vísceras de um país cansado de tanta desigualdade e desmando.

Nos anos noventa, foi a vez do Movimento dos Sem Terra reclamar dignidade e igualdade. A cidade, passiva, muitas vezes, o ignorava. Agora, é a própria cidade, é a urbe brasileira, que levanta a voz contra o poder constituído. Como poderia ser diferente? Abandonados em cortiços, favelas, periferias e sujeitos ao caos do transporte dito público, seus habitantes recusam, quase que de forma arquetípica, exatamente àquilo a que sempre prestaram culto: o futebol! Melhor dizendo, rejeitam os novos estádios, cuja opulência doeu na vista dos cidadãos de um país onde universidades, hospitais, estradas, bibliotecas e escolas caem aos pedaços sem a menor cerimônia.

Quarenta e cinco anos depois dos acontecimentos de 1968, a cidade retoma sua condição de palco privilegiado da ação política. Ela volta a ser protagonista. Suas mensagens são transparentes até mesmo para aqueles que nada querem ver: oposição a planos urbanos meramente estéticos; ampliação da esfera pública; negação ao mercado voraz; polifonia dos meios de comunicação; lisura nos gastos governamentais. No fundo, o assalto maior diz respeito ao direito de ir e vir, ao direito amplo e irrestrito de habitar e de viver a cidade — e, logo, de fazer valer a cidadania. O Brasil do século XXI não quer abrir mão disso.

A bem da verdade, a esquerda brasileira não está entendendo nada — o que é absolutamente normal, pois, desde a queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética, o horizonte do pensamento de esquerda mergulhou em profunda crise. Suas ferramentas analíticas tradicionais fazem pouco sentido. Com efeito, o que está em jogo é uma profunda *crise de representação*. Advém daí o caráter multifacetado das

**“trata-se de uma forma
direta de participar da
política sem a mediação dos
partidos. Isto não significa
que estes não possuem mais
lugar no século XXI, mas tão
somente que eles precisam
se renovar. Na literatura
acadêmica, é assaz
conhecido o fosso criado
entre partidos que chegaram
ao poder e suas bases
sociais”**

reprovações populares. Será inútil buscar líderes, agendas, vanguardas: quem ocupou as ruas foi o *povo*, sem adjetivos.

Na manifestação do dia vinte de junho de 2013, ocorrida no Centro do Rio de Janeiro — que, certamente, já entrou para a história dos movimentos sociais no país —, bandeiras partidárias foram veementemente rechaçadas. Todavia, a crítica aos partidos difundida Brasil afora, que tanto assustou a alguns, em nenhuma hipótese possui ligação com o fascismo ou com a ditadura militar! Muito pelo contrário, foi muito interessante observar que, mesmo para as gerações que não viveram os anos de chumbo, a *memória* deste período encontra-se viva e em permanente alerta! A crítica popular volta-se contra a corrupção, o desvio de dinheiro público, os altos salários, as benesses, os acordos espúrios, a politicagem, o privilégio quase senhorial conferido aos deputados e senadores.

Portanto, a contestação aos partidos não é, de forma alguma, um rechaço à democracia. Ela é, sim, um apelo à edificação de uma democracia participativa, aberta, transparente, para além do modelo meramente delegativo ora vigente. A decepção não é com a democracia, mas com a política tal como esta tem sido praticada no Brasil: como um grande negócio para poucas pessoas.

Tratou-se de um movimento composto majoritariamente pela “classe média”? É provável que sim, mas, a despeito de tema tão controverso, poucos questionariam o fato de que os manifestantes eram pessoas *suficientemente informadas* sobre os recentes acontecimentos no Brasil e no mundo. Aqui, o papel da internet e das redes sociais é nuclear. Os jovens que decidiram “sair do Facebook” (assim diziam os cartazes empunhados por eles mesmos) e provar a sensação de fazer política ao lado de milhares de pessoas conhecem minimamente a Primavera Árabe, o *Occupy Movement* de Nova Iorque e mesmo iniciativas ocorridas há alguns anos como o Fórum Social Mundial.

Eles acompanharam e acompanham tais eventos *on line* e, à sua maneira, posicionam-se a respeito nas redes sociais. Eles sabem, inclusive, que, muitas vezes, a internet pode ser extremamente “alienante”! Nesse sentido, a internet também assume posição de relevo quando possibilita o surgimento de visões distintas das reproduzidas

pelas grandes corporações de comunicação. São blogs, boletins, vídeos, *ebooks* e afins que transmitem uma visão mais eloquente da vida cotidiana.

Esta é uma dinâmica que parece não ter volta, pois trata-se de uma forma *direta* de participar da política *sem a mediação dos partidos*. Isto não significa que estes não possuem mais lugar no século XXI, mas tão somente que eles precisam se renovar. Na literatura acadêmica, é assaz conhecido o fosso criado entre partidos que chegaram ao poder e suas bases sociais. As manifestações em tela expressam um pouco tal conjuntura. Afinal, quantos ali não estavam insatisfeitos com o PSDB e, sobretudo, com o PT, que tanto encarnou a esperança de milhões de brasileiros nos últimos vinte anos? Nessa senda, onde estarão os debates sobre a natureza da social-democracia em solo tropical, bem como a defesa de uma série de ideais que, originalmente, pretendia representar os trabalhadores brasileiros?

Nas últimas duas décadas, os acordos políticos empreendidos por tais partidos “em nome da governabilidade”, o envolvimento vexaminoso de parlamentares com o que há de mais escuso e a nítida sensação de que, no Brasil, a política tornou-se o caminho mais curto para o enriquecimento ilícito, minaram as bases de nossa jovem democracia. Nossas instituições são frágeis. A República, incipiente. Não por acaso, o pacto federativo aqui constituído é incapaz de alcançar um patamar verdadeiramente nacional.

Em uma reflexão premonitória composta no ano de 1963, Hannah Arendt (1906-1975) resumiu com brilhantismo a questão:

Seja como for, nem o povo em geral nem os cientistas políticos em particular deixam muitas dúvidas de que os partidos, devido a seu monopólio das indicações, não podem ser vistos como órgãos populares, sendo, muito pelo contrário, instrumentos muito eficientes para restringir e controlar o poder do povo. É fato que o governo representativo se tornou um governo oligárquico, mas não no sentido clássico de um governo de poucos para poucos; o que hoje chamamos de democracia é uma forma de governo em que poucos governam no interesse, pelo menos supostamente, da maioria. Esse governo é democrático no sentido em que o bem-estar popular e a felicidade privada são seus objetivos principais; mas pode ser chamado de oligárquico no sentido em que a felicidade pública e a liberdade pública voltaram a ser privilégios de uma minoria (ARENDETT, 2013: 337 [1963]).

Em uma cidade cuja polícia faz da violência seu uniforme cotidiano, ir às ruas foi um ato de coragem digno de aplausos. No instante em que escrevemos, o movimento

parece ter tomado outro rumo, mas, naquele mês de junho, o país deu seu grito de *basta*. A distância entre o Estado e a sociedade é enorme, e o povo brasileiro decidiu mostrar todo seu descontentamento. Foi uma marcha em defesa da *esfera pública* em sentido amplo, o que inclui saúde, educação, habitação, saneamento, segurança, transportes. Tratou-se de externar o desejo de *ampliação* e de *renovação* da democracia, o que significa, evidentemente, ouvir a população, reconhecê-la como *raison d'être* do Estado e de toda a estrutura que o constitui.

A sociedade deu uma lição ao Estado brasileiro e a todos os seus partidos de faz-de-conta, encastelados sob o manto de uma institucionalidade elitista, egoísta e surda às vozes dos cidadãos. Não por acaso, no Brasil de nossos dias, multiplicam-se as ações na Justiça e, de modo geral, todos os olhos estão voltados para o Superior Tribunal Federal. Estes são sinais de *participação*. Em um mundo cada vez mais “interativo”, a democracia não pode ser cristalizada apenas no período eleitoral.

Gostaríamos de encerrar estas breves linhas retomando algumas palavras do ano de 2010, quando apontávamos que

A cidade não é algo físico, nem tampouco um conjunto de serviços não encontrados em outros lugares. Ela é, antes de tudo, uma *experiência* — a *experiência do urbano*, a vida que ela anima e as pessoas que ela atrai. Nesse sentido, cidade é cultura: modo de fazer alguma coisa. (...) O humano não pode ser um resquício, uma sobra, um refugio. Do contrário, a situação é uma só: a cidade é uma bomba-relógio prestes a explodir a qualquer momento. Quando será? (RIBEIRO, 2010: 8-9).

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras (2013 [1963]).

RIBEIRO, Guilherme. Cidade, representação e capitalismo no Brasil. In: *Anais do II Seminário Nacional Espaço e Economia : Políticas Territoriais, Intervenção do Estado e Práticas Sociais na Reestruturação do Espaço*. São Gonçalo, UERJ-FFP (2011).

TEXTO 2

O MUNDO COMO IMAGEM E MOBILIZAÇÃO

Notas às “Primeiras Impressões” sobre as Manifestações

Maurilio Lima Botelho*

Resumo: Criticando as primeiras interpretações divulgadas durante e logo após as Manifestações de Junho de 2013, o texto procura discutir lugares-comuns e preconceitos que acabaram tentando determinar o rumo posterior dos protestos, “capturando” o seu sentido histórico e político.

Palavras-chave: manifestações urbanas; crise do Estado; violência policial.

Muito foi escrito sobre as manifestações que ocorreram nos últimos meses no Brasil. Escrevendo subitamente e sempre pressupondo a possibilidade de equívocos devido ao “calor da hora”, os comentaristas chegaram a alguns pontos comuns que foram transformados em interpretação corrente e tacitamente aceita. Diante de um processo que é muito complicado para ser resumido em poucas linhas, meus comentários a seguir não têm por objetivo entender o que está acontecendo ou apreender a natureza do evento. Preferi partir de alguns lugares-comuns e criticá-los para tentar devolver a complexidade ao processo e assim tentar trilhar futuramente uma leitura mais profunda. Muitas questões que seriam importantes comentar ou criticar ficaram de fora, isso se deve tanto ao foco desse texto quanto ao caráter ainda pouco amadurecido das reflexões.

“Protestos nas ruas não são feitos ‘pelos mais pobres’, diz ministro”. (O Globo, 27/06/2013).

A avaliação mais comum, divulgada tanto nos dias iniciais quanto nas primeiras interpretações teóricas das “jornadas” de junho e julho, é a de que foram protestos de classe média e com pauta de classe média.

* Professor Adjunto do curso de Geografia/UFRRJ.

Essa interpretação causou celeumas e obrigou tradicionais comentaristas da TV a se retratarem diante de seu desprezo pelos protestos. Também pude presenciar uma discussão em um transporte público, a caminho de uma das manifestações, em que um militante de partido proferiu um comentário cáustico sobre a “classe média branca e que se veste de branco” nas manifestações (o que causou discórdia com um grupo vestido assim, no mesmo coletivo, e que se encaminhava para o protesto).

O problema dessa interpretação é que, ao exagerar, revela os pavores presentes em diversos modos de se encarar os protestos. A interpretação social traz sempre as marcas do grupo que a pronuncia. Assim, a “leitura” de que as manifestações foram de classe média tornou-se quase unânime, mas estava sempre pautada por uma perspectiva de identificação ou de rejeição, dependendo de quem proferia. Os medos diante dos rumos que os protestos poderiam tomar acabaram sendo projetados nas avaliações, construindo um discurso e, como todo discurso, uma tentativa de orientação do próprio movimento.

Grupos conservadores filtraram a manifestação como sendo inteiramente “contra a corrupção”, pois a classe média “é justamente esse grupo que mais paga impostos no País e que recebe muito pouco em contrapartida”.¹ Análises “mais à esquerda” viam nesse o caráter um perigo de mobilização das forças conservadores e clamavam para que os progressistas fossem “libertar a rua do sequestro conservador”.²

O problema é que essa leitura também é simplificadora. As manifestações tiveram características diferentes de acordo com a cidade, o local da cidade em que se realizavam e mesmo o período em que brotaram. Num primeiro momento, puxado pelo Movimento Passe Livre (MPL), os protestos em São Paulo, Porto Alegre e, em parte, no Rio, tiveram mais ou menos as mesmas características daqueles realizados em anos anteriores, isto é, estudantes secundaristas e universitários mais politizados, grupos e partidos de esquerda. Conforme a mídia destacava a repressão policial e, em virtude da Copa das Confederações, os protestos ganhavam mais adeptos, um caráter predominante de classe média ficou mais evidente (principalmente na semana de 16 a 22/06). Nas semanas seguintes, contudo, movimentos sociais de sem-terras, sem-tetos

¹ <http://www.ibpt.com.br/noticia/1034/A-classe-media-revoltada>.

² http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=6&post_id=1278.

e pequenos agricultores ganharam às ruas das periferias e cidades do interior. Uma grande manifestação de moradores da Rocinha, no dia 25/06, caminhou até a casa do governador Sérgio Cabral, assim como outras favelas também realizaram atos nos dias posteriores. No dia 22/06, antes mesmo de arrefecer o ímpeto dos protestos, a imprensa já registrava mobilizações em 438 cidades do país e 2 milhões de participantes.³ Não é possível, portanto, reduzir tudo à classe média, mesmo que se faça uso dessa categoria obscura de “nova classe média”.

Também as faixas, reivindicações e palavras de ordem não são imediatamente “de classe média”. Melhoria da escola pública, hospitais públicos e crítica dos gastos com a Copa não parecem típicos “de classe média”, pois esta, apesar de todo o arrocho de duas décadas de política neoliberal, continua sendo adepta das escolas particulares, dos planos de saúde e é o principal nicho de mercado das arenas que serão reinauguradas depois do afrescuramento bilionário do “padrão FIFA”.

O fato é que, longe de serem *apenas* de classe média, as manifestações foram uma *síntese da complexidade social brasileira*. Nas manifestações do Centro do Rio, pude verificar grupos de esquerda organizados, estudantes secundaristas uniformizados, meninas de classe média com máquinas fotográficas de última geração penduradas no pescoço, neonazistas procurando briga, anarquistas tentando despejar seu ódio contra os símbolos do poder e moradores dos morros da área central da cidade (ocupadas pelas UPPs). Também estavam presentes professores e funcionários de universidades, drogados fazendo arrastão, grupos LGBT protestando contra Marcos Feliciano, grupos evangélicos contra o aborto, camelôs saindo do trabalho e participando do ato, lutadores de jiu-jitsu hostilizando grupos homossexuais, sem contar um grande conjunto de jovens com a camisa canarinho, portando bandeiras do Brasil compradas no Saara e que se comportavam como se estivessem na saída de um jogo da seleção. *A complexidade social brasileira saiu às ruas...* ou – como essa complexidade sempre esteve aí –, agora podia fazer uso das vias de tráfego, já que o trânsito foi interrompido...

³ Manifestantes fizeram atos em 438 municípios brasileiros, *O Globo*, 22 de junho de 2013.

“É impensável mobilizar milhares de pessoas sem o Facebook”. (Lucas Brito, estudante, revista *Época*, 08/07/2013).

É de se supor que a sociedade já existia antes do *Facebook*. As manifestações também foram inventadas antes das redes sociais. Não apenas milhares, mas milhões de pessoas foram às ruas em diversas ocasiões no Brasil (e outros países do mundo) antes da existência da Internet. Sem dúvida, com a internet tornou-se mais fácil mobilizar rapidamente muitas pessoas, mas essa mesma facilidade cria limites à mobilização: quando a convocação aos protestos e o apelo às ruas era patrocinado por volantes

“Os jovens manifestantes, muitos deles que participaram dos protestos como se estivessem num *flash mob*, estavam lá pra produzir uma imagem de si mesmos nos protestos. A multiplicação de cartazes, nunca antes vista na história desse país, revela bem a cultura pop-eletrônica levada às últimas consequências”

estudantis, jornais sindicais e boca-a-boca em frente às fábricas, universidades e estações de trem, a tendência era a identificação maior entre os manifestantes e os alvos eram mais claros. A multiplicação em rede da convocação das manifestações é um potencial sem dúvida inédito, mas a sua desmobilização é tão instantânea quanto a sua organização. Não é por acaso que, passadas as semanas iniciais onde o “facebook saiu às ruas”, foram os movimentos sociais que dinamizaram as manifestações: MST, MTST e MPA, entre outros, fizeram centenas de

atos em diversas periferias e cidades do interior, principalmente a partir da última semana de junho. Logo a imprensa pôs a trabalhar sua máquina de mistificação para diferenciar essas mobilizações daquelas que eram “espontâneas” e “apartidárias”, querendo com isso marcar uma pretensa pureza e desinteresse de pressupostos ideológicos.

Outro aspecto dessa mobilização virtual é também a facilidade de controle e identificação: pouco discutido pela imprensa nacional, foi divulgado pelo jornal espanhol *El País* que agentes secretos brasileiros estavam buscando e seguindo as fontes das convocações virtuais em todas as redes sociais.⁴ O elogio às novas

⁴ http://internacional.elpais.com/internacional/2013/06/20/actualidad/1371752867_919753.html.

tecnologias ignora essa facilidade de rastreamento que foi potencializada também nas ruas: o “caveirão aéreo” voava baixo durante a grande manifestação do dia 20/06, filmando com suas câmeras noturnas, enquanto o recém-inaugurado Sistema Integrado de Comando e Controle para Segurança dos Grandes Eventos podia filmar e identificar, a quilômetros de distância, pessoas suspeitas nas cidades-sede da Copa do Mundo.

Envernizado pelo discurso *pop* de Manuel Castells, a “novidade” de todo o processo em curso estaria no ativismo sustentado pelas redes sociais. Ora, o papel significativo das redes sociais – que não é possível ignorar –, revela também a dimensão espetacularizada de uma sociedade onde a mercadoria criou uma película que nos afasta das coisas e do mundo enquanto tal. A realidade é convertida em imagem de si mesma, por isso a frase reproduzida em milhares de cartazes e de diversas maneiras, afirmando que “saímos do computador para ir às ruas”, revela na verdade que o computador é que saiu às ruas.

Tomando o trem da Central do Brasil, 10 horas da noite de segunda e quinta, dias 17 e 20/06 (maiores manifestações no Rio), foi possível ver quase a metade dos passageiros, ao sentarem nos bancos do vagão, sacando seus celulares e produzindo suas próprias impressões da participação nas manifestações ou então postando suas fotos dos atos. Mais ainda: durante um protesto em São Paulo, em frente ao prédio da Prefeitura, um carro de TV é incendiado e, pelas imagens, é possível ver quase a metade de todos os *participantes* filmando e fotografando a própria *ação*. Ou seja, a demarcação entre *ação* e *representação*, ou *produção* e *reprodução* daquele processo foi suprimida. As câmeras fotográficas e filmadoras, muitas delas com recursos de compartilhamento instantâneo, os *tablets* e os *smartphones*, sucedâneos dos computadores, estão nas ruas para reproduzir tudo que ocorre. Os jovens manifestantes, muitos deles que participaram dos protestos como se estivessem num *flash mob*, estavam lá pra *produzir* uma *imagem* de si mesmos nos protestos. A multiplicação de cartazes, nunca antes vista na história desse país, revela bem a cultura *pop*-eletrônica levada às últimas consequências: tal como *post-its* ambulantes, quase todos tinham um cartaz à mão, mesmo que apenas para chegar no ato, tirar

uma foto, compartilhar no *face* e depois jogá-lo na chão – em vários momentos caminhamos não sobre o asfalto, mas sobre um tapete de cartazes. O resultado de todo esse emaranhado de mensagens era uma surdez generalizada: todos tinham algo a dizer, mas poucos estavam lá para ouvir.

Sem dúvida isso esteve presente nos atos mais nitidamente ligados à classe média jovem, mas é revelador que, num mundo que se afastou numa representação, todos precisem *replicar a realidade* para comprovar posteriormente que estavam lá *realmente*. Uma das melhores comprovações desse aspecto das mobilizações foi ouvir de uma pessoa de extrema ignorância histórica que era importante ir aos protestos porque depois, “quando ficar para a história, vamos poder dizer que participamos”.

A faixa que abria a grande manifestação no Rio de Janeiro de segunda-feira, dia 17/06, revela assim a consciência invertida de uma realidade onde objeto e representação estão, por sua vez, *realmente* invertidos: não é verdade que “*somos a rede social*”, a verdadeira rede social é composta pelos terminais de internet, pelos telefones, *tablets* e mesmo pelas TVs e geladeiras que agora estão *on-line* – são esses objetos que se comunicam *diretamente* na manutenção da sociedade da mercadoria. *Nós apenas os consumimos*. Enquanto as coisas estão entrelaçadas e socializadas, os indivíduos estão cada vez mais isolados e sociais, numa atualização da velha inversão entre sujeito e objeto que é marca da sociedade da mercadoria.

“A revista inglesa “The Economist” ressalta um aspecto que difere as manifestações ocorridas no Brasil das de outros países. A juventude que foi para a rua aqui tem emprego.” (Ancelmo Gois, *O Globo*, 22/06/2013).

Uma das grandes ilusões construídas em 10 anos de Partidos dos Trabalhadores no poder é que vivemos uma “era de pleno emprego”. Por todos os lados isso é repetido à exaustão, mesmo entre críticos do governo, seja pela esquerda, seja pela imprensa de direita. Sem dúvida, a situação é melhor do que durante os anos em que FHC e seus economistas estavam no poder, mas está longe de ser o resultado de um “desenvolvimento econômico sustentável” ou “espetáculo do crescimento”. O índice de desemprego do DIEESE continua sendo quase o dobro do índice do IBGE (11,2 e 5,7

% para maio de 2013, respectivamente). Isso significa que apenas uma mudança de metodologia faz o Brasil saltar de uma posição confortável entre os países com menor desemprego para os de maior taxa.

Contudo, esses índices ainda são limitados, pois eles não envolvem uma série de outras situações da população economicamente ativa (que o IBGE felizmente mede) e que poderiam, numa definição mais precisa, configurar *desemprego*. O Brasil hoje apresentaria, numa metodologia minimamente séria, algo superior a 20 % de desempregados (mesmo considerando subemprego como emprego, portanto, não computando a grande massa de informais e subempregados que compõem a força de trabalho nacional).

Não há espaço aqui para discutir com mais detalhes a escolha metodológica ou as opções categoriais presente na definição oficial de desemprego no Brasil. Vale apenas ressaltar que, para além da questão estatística, as diversas formas de política compensatória reduzem a pressão sobre o mercado de trabalho: para o IBGE, quem não está procurando emprego não é desempregado. Outras políticas arrefeceram o mercado de trabalho conforme estendem no tempo a formação do trabalhador – impacto que será sentido nos próximos anos. Assim, os jovens entre 18 e 24 anos que cursavam o ensino superior saltaram de 15 % em 2002 para 29,9 % em 2011, resultado do efeito conjugado de Reuni e Prouni. Isso explica muito sobre o caráter e a faixa etária dos presentes nas manifestações e permite incluir muitas das reivindicações (“Saúde e educação padrão FIFA”, “Professor vale mais que Neymar” e “10 % do PIB para Educação”) no mesmo ciclo de greves que irromperam em 2012, que mobilizou o maior conjunto de universidades federais em vários anos.

E devemos destacar que o desemprego é mais elevado no Brasil exatamente entre os mais jovens: na faixa etária citada, o desemprego é três vezes maior do que entre os mais velhos. Embora não estejamos na situação catastrófica da Espanha, onde metade dos jovens que ingressaram na PEA está desempregada, se o índice oficial brasileiro é

de 12,4 %, é de se esperar que pelo menos um quarto dos jovens brasileiros estejam realmente sem emprego.⁵

Deste modo, o discurso oficial do governo, reproduzido irrefletidamente na mídia e que aponta uma população mais exigente porque suas condições básicas estão satisfeitas, não passa de uma estratégia potemkiniana.⁶ Pálidas frente aos cartazes bem-humorados, as cartolinas reclamando “mais emprego” podiam ser vistas nas manifestações, embora as mais comuns fossem por “melhores condições de trabalho”.

"Partido é a ideia da diferença para se expressar. O contrário de partido é o totalitário". (Marcelo Freixo, *O Globo*, 23 de junho de 2013).

A melhor demonstração de que vivemos numa “sociedade unidimensional” (Marcuse) é que mesmo as figuras públicas mais inteligentes repetem sentenças legitimando as estruturas sociais que são, no fundo, a origem de todos os conflitos sociais.

A pobreza de reflexão sobre os fundamentos da sociedade burguesa levaram ao “democratismo” vazio e ignorante, que, ao contrário de se transformar na defesa e garantia de diferença, são na verdade a naturalização da identidade forçada e a manutenção da diversidade apenas sob a forma de conflagração generalizada.

Discursos ideológicos não são necessariamente falsos em sua semântica – é a sua “sintaxe social” que lhe dá a forma ideológica. Isto é, a forma como os significados são operados e a legitimidade social que buscam alcançar denunciam suas intenções mais profundas. Desse modo, a análise repetida à exaustão de que “vivemos uma crise da política representativa” não é imediatamente falsa. Isso fica ainda mais claro quando o mesmo comentarista político tenta, no minuto seguinte, “orientar” a política oficial

⁵ Pesquisas variadas têm apontado que é muito grande o número de jovens que configuram a chamada “geração nem-nem-nem”, ou seja, indivíduos que “nem estudam, nem trabalham e nem procuram emprego”. Uma parte significativa desses jovens são moradores de favelas. Os números variam entre 1,5 milhão e 5,3 milhões, dependendo do levantamento. Ver quanto a isso: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-geracao-nem-nem-,935944,0.htm> e <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/522604-os-que-nem-trabalham-nem-estudam>.

⁶ Para um governo que manipula dados sobre a miséria no Brasil, não é de estranhar a realização de discursos cor-de-rosa sobre índices cujas origens e metodologias são ignoradas. Veja sobre isso: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/05/1281132-indicador-defasado-esconde-22-milhoes-de-miseraveis-do-pais.shtml>.

contra a “degeneração” numa “democracia direta” do tipo chavista ou castrista (vejam os artigos de Merval Pereira depois do anúncio do plebiscito por parte do governo).

Desde a década de 1970, diversos teóricos discutem a “crise de legitimação do Estado capitalista”, cujo aspecto mais superficial é o problema da “governabilidade” e da “crise da representação política”. A “desilusão política”, o “apartidarismo” e a abstenção eleitoral maciça (visível nas últimas eleições) são barômetros dessa crise de representação. Partidos de esquerda e de direita, partidos de trabalhadores ou de empresários, partidos comunistas ou evangélicos se sucedem no poder sem que as principais linhas políticas sejam modificadas. Isso leva ao desgaste da “representação política”, que não representa mais ninguém, pois a autonomia do representante frente ao representado é tal que o cordão umbilical dos vínculos classistas, setoriais, profissionais etc., que os mantinham unidos “pelos mesmos interesses”, se rompeu.

O problema é que a “crise de representatividade” foi reduzida na discussão pública a um mero problema de ineficiência da burocracia brasileira ou, no limite do discurso conservador, pelo “aparelhamento” promovido pelo PT que tomou o Estado para si. Isso significa que a oportunidade de uma discussão mais ampla e profunda sobre a “crise do Estado” em todos os seus aspectos, desde a crise fiscal até a crise de legitimação, foi se perdendo na medida em que as manifestações se ampliavam. Merval Pereira (*O Globo*), Reinado Azevedo (*Veja*) e Francisco Carlos Teixeira (UFRJ-*Globonews*), da altura de suas posições ideológicas divergentes, clamaram da mesma maneira por reformas políticas que rompessem com o sistema partidário vigente, isto é, “reforma política” -- o que no fundo é apenas uma demanda por uma polarização partidária ainda mais vazia como a que ocorre nos EUA. Assim, em nenhum momento, seja nas ruas, seja na imprensa ou na academia, a forma social do Estado enquanto tal foi colocada em xeque.

Isso produziu silogismos dos mais toscos possíveis, sem premissas ou mesmo vazios em seus juízos. A reprodução *ad infinitum* de que “falta de partidos é sinônimo de fascismo” revela o grau de sedimentação geológica de nossas instituições históricas: é como se a democracia burguesa com seu sistema de partidos fosse a forma mais acabada da natureza humana – tudo que ocorreu antes na história, isto é, sociedades

tribais, comunidades agrárias sem Estado, experiências autogestionárias etc. são apenas erros na longa trajetória de construção do Estado moderno! Isso significa também que tudo que possa vir a ser construído futuramente é, de imediato, “antidemocrático” ou “fascismo”. Fukuyama, de repente, tornou-se o teórico contemporâneo mais importante! O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, autor de diversas obras de teoria política, chegou ao absurdo de responsabilizar os anarquistas – que protagonizaram hostilidades aos partidos durante as manifestações – pela emergência do fascismo e pela Segunda Guerra Mundial!

Enquanto isso, perde-se a possibilidade de mediar a crítica da Copa do Mundo, das privatizações que continuam sendo realizadas mesmo no Governo dos Trabalhadores e do “aluguel do Brasil para a Fifa” com a crise do Estado e a crise de representatividade. A grande contribuição das manifestações, que foi canalizar a indignação “chapa-branca” contra a corrupção para a denúncia da parceria público-privada que envolve partidos, empreiteiras e organismos internacionais durante os megaeventos, ficou sem profundidade teórica e acabou mesmo repercutindo a fragmentação das palavras de ordem. Tudo isso com a grande contribuição de parte da nossa intelectualidade, que acabou de lançar um livro sobre os “10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil”, desfigurando assim a continuidade óbvia entre as políticas econômicas dos tucanos e dos petistas.

Ora, falta de partido não é e nunca foi fascismo. Fascismo é exatamente a identificação completa entre um partido e o Estado. Enquanto os partidos, principalmente os de esquerda, se refugiam numa defesa de suas insígnias, a crítica principal ao “totalitarismo de mercado” (Robert Kurz) não é feita, ou seja, não é refletido criticamente o fato de que, apesar de todos esses partidos “representando” tudo que é tipo de grupo social, impera a identificação completa entre neoliberalismo e política de Estado. Vivemos uma era onde o neoliberalismo tem se “convertido numa espécie de norma universal a que todos os Estados mais recalcitrantes estão obrigados a enfrentar” .⁷

⁷ Harvey, David. “Las grietas de la ciudad capitalista” (entrevista). In: *Revista Archipiélago*, 2004. Disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1012-25082007000200006&script=sci_arttext.

“O amadurecimento da democracia é o maior legado”. (Valmir Pontes, *Diário do Nordeste*, 22 de junho de 2013).

Sucedâneo da defesa a-histórica e vazia do Estado burguês – ignorando sua crise fiscal e sua crise política –, é o elogio pedante (no sentido original do termo, que ostenta atributos que não possui) à democracia. No fundo – é o que se diz –, as manifestações só são possíveis porque o Estado democrático brasileiro atingiu uma maturidade e está de tal modo consolidado que é possível resistir às fricções das mobilizações de rua, inclusive nos seus aspectos mais radicais (leia-se vandalismo).

Ora, esse ponto de vista ignora que as manifestações só alcançaram o volume e intensidade, a ponto de obter adesão internacional (há registro de manifestações de brasileiros até em Beverly Hills!), porque a violência da polícia foi “exagerada” na tentativa de acabar de uma vez com as primeiras mobilizações (e o que é a violência senão exagero?). Como os protestos manchariam o megaevento internacional em curso, os profissionais da imprensa sofreram também com a violência policial (se não há imagem da manifestação, não há manifestação), isso permitiu a adesão da mídia, que foi depois ampliada pelo medo diante da hostilidade demonstrada pelos manifestantes para com os repórteres dos grandes monopólios. O cúmulo de todo esse círculo de tensão e medo envolvendo manifestantes e imprensa foi que a *TV Globo* noticiou, no dia 29/06, em seus principais jornais, uma manifestação ocorrida em frente à sua sede, no Jardim Botânico, em que uma das reivindicações era a exatamente a “democratização da mídia”.

Conforme os atos, protestos e as manifestações multiplicavam e se avolumavam, a repressão policial também aumentou, mesmo com seus “excessos” fotografados, filmados e instantaneamente divulgados no *instagram* e *youtube*. Não se tratou, entretanto, de “desvio de conduta” por parte de um ou outro policial ou de uma tropa específica – conforme as notas pasteurizadas de “apuração dos responsáveis” divulgadas pelas secretarias de segurança. Na verdade, no Rio de Janeiro, na noite do dia 20/06, a ordem oficial das autoridades foi para que a polícia não “permitisse aglomerações no Centro”, suplantando um direito democrático básico que é o de reunião. Os policiais cumpriam ordens superiores de dispersar os grupos para que os

indivíduos fossem mais facilmente identificados.⁸ Entende-se, assim, por que no fim da noite e início da madrugada, balas de borrachas e bombas foram atiradas em bares e na recepção do Hospital Souza Aguiar – a ordem foi seguida à risca, sendo interpretada tão literalmente que sequer os bares e as filas dos hospitais eram permitidas! Até mesmo a “presunção da inocência” foi suprimida, conforme defendia um intelectual especialista em segurança pública, que disse que a polícia “não deve ter omissão nem excesso mas, na dúvida, é melhor conter a ação”.⁹ Por fim, manifestantes estavam sendo presos sob a acusação de “formação de quadrilha”, numa clara criminalização da mobilização social e reiterando antigos métodos da ditadura (desde quando um grupo em manifestação é uma “quadrilha”?).

O que ocorria nas ruas agora, afetando inclusive ao manifestante de classe média que até então ignorava o *modus operandi* policial, era a repetição, ainda que com menor letalidade, da mesma truculência e brutalidade empregada nas favelas e periferias contra pobres e negros.¹⁰ Depois das operações policiais na Favela da Maré, na semana seguinte, que começaram exatamente com a tentativa de coibir uma manifestação na Avenida Brasil, os policiais da “tropa de elite” da PM, tão aclamados há poucos anos como os verdadeiros heróis anônimos do Brasil, mostraram que a linha que separa a repressão aos pobres e à repressão de qualquer manifestação é tênue. Depois de vários moradores mortos, um protesto da comunidade começava com uma grande faixa que sintetizava tudo: “A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela”.

Acreditar, deste modo, na “maturidade democrática” é escárnio diante dos assassinados pela força estatal e da supressão dos direitos mais óbvios. O estado de exceção em que vivemos, permanente nas periferias e favelas do Brasil, alargou-se e foi sentido com toda a força dos cassetetes, as cores das fardas policiais e o cheiro dos gases lacrimogêneos, que segundo a classificação dos protocolos de guerra da ONU são “armas químicas”, mas aqui no Brasil são apenas de “efeito moral”.¹¹

⁸ <http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-afirma-que-exercito-pode-ser-acionado-para-reforco-durante-protestos-8769319#ixzz2WtBYn1XY>.

⁹ Flagrantes de abusos na Internet, *O Dia*, 22 de junho de 2013.

¹⁰ “A repressão que scandalizou a classe média nas manifestações foi tão truculenta, embora menos letal, quanto a que suporta as populações pobres e majoritariamente negras do Brasil”. (Blank, Javier. *Quem é o povo brasileiro nas ruas?*, texto inédito fornecido pelo autor).

¹¹ http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=22266.

TEXTO 3

UM NOVO DESPERTAR DA LUTA POLÍTICA (ou Sobre os Desafios da “Democracia Brasileira”)¹

Leandro Dias de Oliveira²

Resumo: Atualmente, ao se abrir o segundo caderno de qualquer jornalão encontra-se o que é culturalmente avançado e deve ser apreciado; do mesmo modo, visualiza-se nos cadernos temáticos específicos o que vestir, o que fazer e até o que comer [se um determinado jantar é recomendado por “especialistas”, não gostar do mesmo é não saber apreciar uma boa comida...]. A proposta aqui é esta: a partir das “Manifestações de Junho de 2013”, questionar a “classe média” e suas agendas, e a “mídia” e suas certezas falsamente absolutas.

Palavras-chave: Manifestações [Jornadas] de Junho; classe média; *mass media*.

Rio de Janeiro, Junho de 2013. *Tempo de manifestações.*

A discussão política está na pauta do dia de grande parte da população brasileira. Em tempos de Copa das Confederações, com a seleção nacional após longo hiato desempenhando um futebol envolvente, e a presença da Espanha – até então, pelo menos, a maior potência futebolística do planeta na atualidade – em solo brasileiro, causa verdadeiro espanto que o cidadão médio brasileiro – tratado como alienado pela “esquerda” e pela “direita” partidária do país – esteja discutindo *política*.

¹ Estas reflexões correspondem a um aprofundamento da versão inicial intitulada “*Um importante teste para a democracia brasileira*”, publicado no informativo institucional *Rural Semanal* [UFRRJ], na Edição Especial de Junho de 2013, dedicada ao tema das manifestações. Disponível em: http://issuu.com/ascom_ufrj/docs/rs_especial_julho_2013.

² Doutor em Geografia. Professor Adjunto do Departamento de Geociências da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Líder do Grupo de Pesquisa Reestruturação Espacial Contemporânea, vinculado ao Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas [REC-LAGEPPE]. E-mail: leandrodias@ufrj.br. Coordenador do projeto « O processo de Reestruturação Territorial-Produtiva do Oeste Metropolitano Fluminense », com apoio da Faperj.

Acompanhando cautelosamente o noticiário, fica patente a miríade de temas em pauta nos pleitos dos ativistas: hospitais e escolas com “padrão Fifa” [jargão tornado comum nas manifestações], ou seja, produzidos e reformulados com o mesmo esmero dos suntuosos estádios-arenas de futebol para a copa; diminuição do preço das passagens urbanas; fim da corrupção – compreendendo a PEC 37, já defenestrada, como um atraso neste processo –, e por este motivo os protestos miram nos partidos políticos; combate à violência e à exploração sexualizada da mulher; a questão da homossexualidade, do aborto, da descriminalização das drogas, entre outros. Os assuntos supracitados são todos urgentes, e é extremamente importante que as ruas tenham recebido tantas pessoas com tais preocupações.

Este ensaio é uma breve reflexão sobre as “Manifestações de Junho”, que ocorreram praticamente em todo o território nacional. Parte-se aqui de um pressuposto, por si só passível de contestações: *as “Manifestações de Junho” se propuseram alargar o palco de luta política, uma vez que implicaram na adesão de agendas da chamada classe média.* A classe média é um esforço classificatório que implica em maleabilidade; esta concepção é marcada pela disputa não somente no campo teórico-acadêmico e político-econômico, mas traz os signos dos desejos de legitimação e de poder, do entendimento e percepção de mundo, e por que não, da arrogância por pequenos pontos de exclusividade – financeira, cultural, comportamental, *espacial*.

Uma indagação preliminar se faz pertinente: *esteve [está] em curso uma revolução política?* Algo que remeta ao “maio de 68” ou mesmo a uma “primavera brasileira” (em pleno inverno!)? As “Manifestações de Junho” não se trataram, evidentemente, de uma revolta anticapitalista, pois não se questionaram os cânones da propriedade privada ou mecanismos exploratórios classistas. Assim, antes de responder a esta questão preliminar (*porém* central), é possível indicar que este movimento trouxe consigo demandas da *classe média*, que nos últimos dez anos ganhou robustez estatística no território nacional.

Por uma Politização da Classe Média. Para além do espaço enquanto privilégio simbólico.

Classe média é algo de difícil definição. Muitos insistem nos estratos, como “média-alta”, “média-média” e “média-baixa”, sendo esta última uma espécie de segmento da classe menos abastada reescalonado através de valores monetários auferidos estatisticamente. Assim, em tese, a classe média é formada por trabalhadores com melhores ganhos salariais e, por conseguinte, com acesso a alguns bens materiais e imateriais diferenciados dos mais pobres. Ótimo, então, que esteja crescendo nos últimos anos! Mas a classe média não é somente a melhoria de vida dos trabalhadores, mas a sua ruptura enquanto entendimento de classe.

Marilena Chaui explica em trabalho recente³ que os trabalhadores que viveram sob o regime de produção keynesiano-fordista em solo europeu e colheram os benefícios do *welfare state* há cinquenta anos já possuíam os benefícios que atualmente a classe trabalhadora brasileira está conquistando. Mas, ainda assim, sob nenhuma hipótese, deixavam de se enxergar como trabalhadores; não rompiam com a noção de trabalho como exigência de classe ou com o protagonismo dos artífices do cotidiano produtivo.

Bastou assim uma melhoria das condições de vida da classe trabalhadora brasileira para que esta abandonasse sua perspectiva de classe-que-vive-do-trabalho⁴. A classe média atual exprime o “*assassinato simbólico do proletariado brasileiro*”, e abala o protagonismo da classe trabalhadora. O trabalhador-consumidor-cidadão não se vê

“Seja na questão da moradia ou na efemeridade dos seus passeios, um último refúgio ideológico da classe média é compreender, ainda que de maneira deliberadamente míope, que os locais em que vive e frequenta são pontos de certo elitismo”

³ CHAUI, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil / Boitempo Editorial, 2013.

⁴ O termo aqui é utilizado na obra de Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho* [São Paulo: Boitempo Editorial, 1995]. O seu uso tem aqui um propósito provocativo: a *classe média*, à revelia da primeira impressão, vive do seu trabalho e não pode abdicar do mesmo para a manutenção de sua condição econômica.

com responsável pelo trabalho, pois se enxergar como trabalhador é o pesadelo da classe média! Afinal, o grande problema é que a classe média – talvez o melhor aqui fosse empregar « nova classe média », termo em voga e ainda mais malicioso politicamente – arroga para si certo elitismo perante os trabalhadores e sempre busca elementos para se diferenciar dos grupos menos abastados – nos últimos anos são cada vez mais voláteis, como o consumo de cultura supostamente diferenciada ou mesmo conhecimentos sobre vinhos, patês ou cafés.

Vale citar uma cantilena já transformada em *spam*:⁵ o problema é que o inglês se universalizou, pois os *trabalhadores* – *desterritorializados* forçadamente ou não – criaram o seu próprio “inglês”, e se tornaram capazes de se comunicar em praticamente todo o mundo; os estilos alimentares perderam exclusividade, e nada é mais canhestro que os esforços de certa aristocracia culinária de criar viagens experimentais no jantar, e saborear o alimento a partir de notas [vide o termo “*enochato*”, retrato fiel do espriamento do conhecimento básico sobre o *vinho* outrora exclusivo e ridiculamente transformado em moda nos últimos anos].

Da mesma forma, a fronteira instrucional do curso superior deixou de ser cada vez mais um obstáculo [os descaminhos de sua massificação é um debate a ser feito em ocasião posterior]. No que se refere ao consumo, as grifes que há pouco tempo eram compreendidas como sofisticadas não mais o são, e os *outlets* só permitem diferenciar as vestimentas para aqueles que conhecem profundamente as peças da estação. Com a internet, as músicas se universalizaram na rede, de maneira que muitos ritmos deixaram de significar um bom-gosto restrito; ou melhor, o que se depreende como bom-gosto musical não tem mais relação atávica com a condição de classe. Da mesma forma, as redes de televisão fechada não são mais exclusivas – seja por cabeamentos formais ou “informais” de propagação – aliás, *é possível criticar um cabeamento ilegal de qualquer rede fechada sendo refém da atual grade da televisão aberta? Neste aspecto, qual o maior crime?* –, e o próprio recrudescimento dos programas infantis

⁵ O *spam* consiste numa mensagem de correio eletrônico que, em tempos de difusão massiva de publicidade, correntes e informações, se tornou tão repetitiva que volta e meia recebemos o mesmo e-mail.

nas grandes emissoras de televisão aberta é fruto de um acesso cada vez mais universal a canais como o *Discovery Kids* e o *Cartoon Network*.

Vilipendiada pela dificuldade em se destacar por aquilo que é capaz de comprar, é sintomático ver emergir, em escala ainda mais apurada, uma “nova geografia da classe média”. A segregação não é mais somente entre ricos e pobres, Zona Norte e Zona Sul, praia e interior, centro e subúrbio: *a todo momento se arroga que até mesmo um fragmento de rua seja mais sofisticado que um outro pedaço*. Há uma hierarquia informal de condomínios, quando não uma hierarquia interna ao próprio condomínio. Destarte, nesta “microfísica do espaço”, *quais são os lugares de classe média? Quais os lugares frequentados pela classe média?* Seja na questão da moradia ou na efemeridade dos seus passeios, um último refúgio ideológico da classe média é compreender, ainda que de maneira deliberadamente míope, que os locais em que vive e frequenta são pontos de certo elitismo. *Há de fato territórios da classe média? Como se realiza esta suposta territorialização? Como podemos hierarquizar, entre tantos estratos, os lugares que são mais vinculados às curvas de nível internas ao que compreendemos como classe média?* É um debate que se coloca no tempo presente, até para que possa ser devidamente desmistificado.

A questão é então *ideológica*: a classe média não admite dividir seus ganhos com os trabalhadores, mas ao contrário, pretende se diferenciar cada vez mais. Espera-se, assim, que estas lutas tenham a capacidade de “*politizar*” a *classe média*, e que a influência dos ideais dos estudantes universitários e secundaristas oxigenem as perspectivas de vida para além do que o dinheiro pode comprar, e, ao menos nesta perspectiva, se possam exigir direitos e não privilégios em ordens históricas e espaciais. Não se trata de romper com o sectarismo, mas de colocar à prova as certezas absolutas daqueles que defendem com convicção uma realidade de pseudoprerrogativas, ou mesmo um “ativismo inerte”, em tempos de ONGs multifacetadas e de assistencialismo neoliberal – aquele que, por princípio, remete ao descarte do que não mais nos interessa.

As lutas sob o olhar da *mass-media* nacional. Os gigantes da mídia e suas causas.

De maneira geral, a *classe média* mantém um olhar conservador sobre os fatos. É uma anedota *à brasileira* a constante reclamação dos “aeroportos cheios” feita por aqueles que há uma década não possuíam condições financeiras de usufruir do transporte aéreo. Não são por outro motivo que as políticas compensatórias governamentais são alvos centrais de críticas por parte deste estrato de classe, que mantém distanciamento dos interesses dos mais pobres e se voltam a criticar mais a cobrança de impostos que o uso adequado do dinheiro público. A mudança da sociedade de consumo fordista, onde antes todos queriam ter tudo igual – nada melhor que usar o famoso *Ford T preto* como símbolo máximo do período –, para a classe média atual, onde o objetivo é sempre conquistar produtos melhores que os vizinhos, se reflete numa individuação falseada: com diferentes etiquetas, as roupas são cada vez mais parecidas; com diferentes aportes tecnológicos, os aparelhos celulares se assemelham profundamente, independentemente do seu valor de mercado. A individuação (ou o *individualismo* sob o farsesco modelo neoliberal), a rigor, é cada vez mais uma miragem. Não é por outro motivo que com tanta gente dando opinião sobre tudo, e com tantos especialistas preenchendo os jornais, a televisão e a internet e falando sobre todo e qualquer assunto, as opiniões são cada vez mais parecidas. Não é uma falsa impressão: *há uma congruência de temas, nomes, aportes teóricos e imagens em praticamente todos os meios de comunicação de grande circulação. Os jornalões* elegem os seus heróis, seus culpados, atacam seus inimigos políticos, norteiam as discussões cotidianas. Com simpatia ou tom grave, são os noticiários televisivos que sintetizam, sem qualquer debate, os fatos recentes. Na internet, protegidos em seus bunkers e com sua *pena* a serviço dos grupos que mantém seus blogs, “especialistas”, “resenhistas” e “articulistas” alimentam constantemente esta máquina de produzir fatos, notícias e leituras da realidade. O que causa “estranheza” é realmente o fato de que não adianta trocar de canal, ou redirecionar a leitura do maior jornal do Rio de Janeiro pelo maior de São Paulo, ou ainda substituir o articulista de uma revista semanal por outra: não há qualquer diferença circunstancial na análise dos fatos.

Durante estas manifestações, duas das maiores revistas semanais de circulação nacional apresentaram capas praticamente iguais, em tons de “exaltação à pátria”, e cravaram em suas páginas as suas “certezas” perante os fatos em curso.⁶ No noticiário dominical da principal emissora do país, os manifestos se transformaram de puro vandalismo em exaltação nacional, impingidos de um verde-amarelo incontido deste país supostamente adormecido. Entre tantas faixas, protestos, questionamentos, discussões, a imprensa escolheu o *slogan*: “o gigante acordou”! Gigantes assustam, e não sabemos se esta referência exaltada na mídia é simplesmente o “povo brasileiro”. Aqui sim um ponto nevrálgico: *as redes sociais encurralaram a grande mídia*. Que venham além das desculpas de seus articulistas o fim do cartel brasileiro da *mass-media*, uma vez que monopólios são considerados nefastos em todos os outros segmentos empresariais. Que os conglomerados da mídia deixem de ser gigantes!

Um importante teste para a democracia brasileira. Quais serão as próximas avaliações?

Estamos diante de um importante teste para a *democracia brasileira* ainda embrionária. Para os grupos de oposição alinhados a um ideal conservador, é a chance de se mostrarem tolerantes às demandas populares, de compreender que o diálogo é enriquecedor, e que as manifestações não são patologias, mas que correspondem a um resultado concreto de, entre tantos fatores, da evolução das redes técnico-comunicacionais e do próprio desenvolvimento instrucional da população. Para os nossos governantes, também é a oportunidade de abrir frentes de diálogo com a sociedade, expandindo suas ações para além dos técnicos de ocasião e políticos profissionais encastelados em seus ministérios, assessorias e secretarias. Aos primeiros, passar no teste significa provar que são capazes de superar o que enxergam

⁶ Foi no mínimo ridículo se deparar, em meio à miríade de incertezas das “Jornadas de Junho”, com as duas capas das “Edições Históricas” de *Veja* (“Os setes dias que abalaram o Brasil”, com um manifestante ostentando a bandeira brasileira) e de *Época* (“Pátria Amada, Brasil”, com o pavilhão nacional apresentando rasgos em destaque), ambas de 20 de junho de 2013. As revistas cravaram sem titubear: o *leitmotiv* das manifestações era o questionamento do Governo Federal, e estas implicavam em uma retomada nacionalista da população brasileira.

como *ordem*, palavra que remete a tempos de ditadura e controle de mentes e corpos. Aos últimos, ser aprovado neste exame é aprender verdadeiramente a ouvir as vozes da rua que clamam por mudanças, e não silenciá-las; a não tratar a população como alienada; e principalmente, a governar a federação, os estados e as prefeituras sem se preocupar somente com a eleição seguinte. Mandato político não é somente *marketing* eleitoral nas entranhas do Estado.

Assim, as manifestações como estas vividas no território do Brasil inserem o país na rota da democracia ocidental. O movimento se articula como apartidário, o que é bom para o debate, mas muito ruim no cômputo geral, porque uma sociedade sem partidos não é bem-vinda. O modelo de *eleições* no Brasil faliu, e é assim que deve ser entendido o grito das ruas. É hora de se pensar uma verdadeira reforma política que rompa com o axioma de que *“sempre quem possui mais verba de campanha acaba se elegendo”*. O jogo democrático é método, e não fim em si mesmo.

A luta pelas “Diretas Já” foram fundamentais pela reconstrução da democracia brasileira. Está em curso um novo despertar da luta política: pela consolidação do modelo democrático, pelo rompimento de uma democracia distante dos trabalhadores e pela aproximação entre política e luta: não são e não devem ser antagônicos! Sejam todos bem-vindos ao debate. A grande vitória das manifestações tem sido justamente este novo despertar da política. E que lembremos o filósofo francês Jacques Rancière: *política é a arte do desentendimento*.

[Rio de Janeiro, “inverno” de 2013]

Post-Scriptum

Este artigo carrega consigo as impressões, imprecisões e incertezas de um importante momento político da história recente do Brasil. A ínfima esperança que havia evidentemente não se concretizou: a classe média não se *“politizou”*, e atualmente, ainda que por vezes com desfaçatez, critica os rumos das manifestações em curso. Não obstante, os acontecimentos subsequentes, bem como as mudanças no modelo de

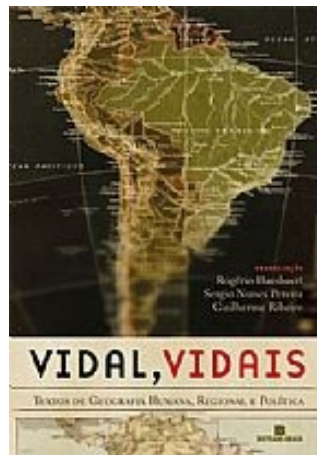
manifestações, nos seus desdobramentos e nas leituras da mídia, da academia e da própria população geral, só corroboram que as “certezas” alentadas nas “Jornadas de Junho” são sempre asseveradas por aqueles cuja realidade, *por mais que se rebele*, pode ser explicada sempre do mesmo modo, sob os mesmos auspícios e teorias. *Deixemos aqui um elogio à dúvida, à capacidade de promover um novo olhar para com os fatos, e à única certeza: de que não existe história pré-fabricada.*

RESENHA

A GEOGRAFIA DE PAUL VIDAL DE LA BLACHE: Releituras da História do Pensamento Geográfico

André Fialho Abrantes Pinheiro*

Lara D'Assunção dos Santos**



Resenha do livro *Vidal, Vidais. Textos de geografia humana, regional e política*. Organização de Rogério Haesbaert, Sérgio Nunes Pereira e Guilherme Ribeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 464p.

A construção de uma ciência ocorre através de um viés complexo de amadurecimento e das interpretações advindas de uma gama de pesquisas. Assim, o processo de edificação do conhecimento passa, necessariamente, pelo resgate crítico daquelas obras tidas como “clássicas”. Elas não devem ser esquecidas, uma vez que são fontes indispensáveis para o entendimento do presente.

Como pondera Guilherme Ribeiro, a impressão que se tem é que os geógrafos não valorizam suas obras e seus autores considerados clássicos (RIBEIRO, 2012). Neste contexto, o livro *Vidal, Vidais. Textos de geografia humana, regional e política*,

* Formando em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Esta resenha foi escrita no âmbito de nossas atividades como bolsista.

** Formanda em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Monitora das disciplinas Geografia Econômica e Formação Sócio-Espacial Brasileira. Integrante do Núcleo de Pesquisas Espaço e Economia (NuPEE-UERJ/UFRRJ).

organizado, traduzido e comentado pelos geógrafos brasileiros Rogério Haesbaert (UFF), Sergio Nunes Pereira (UFF) e Guilherme Ribeiro (UFRRJ), com prefácio do geógrafo francês Paul Claval (Paris-Sorbonne), deseja apresentar ao público de língua portuguesa alguns dos principais textos produzidos por Paul Vidal de la Blache (1845-1918) que, até o momento, só estavam disponíveis em francês. O intuito maior é resgatar a diversidade de seu pensamento, ensaiando provocar novas interpretações a seu respeito. Consagrado como um dos principais responsáveis pela constituição do campo da Geografia Humana, no entanto, ao longo do século XX sua credibilidade foi sendo posta em xeque, e suas análises ao redor da geopolítica, da economia e da modernização em um novo contexto internacional após a Primeira Guerra Mundial — representando suas múltiplas facetas, conforme sugere o “Vidais” do título — foi simplesmente ignorada.

O livro é dividido em três partes. A primeira, *Geografia Humana*, precedida do texto de apreciação crítica *Geografia Humana: fundamentos epistemológicos de uma ciência* assinado por Guilherme Ribeiro (RIBEIRO, 2012), contém os seguintes artigos:

1. Prefácio ao *Atlas Geral Vidal-Lablache. Geografia e História* (1894);
2. O princípio da geografia geral (1896);
3. Aula inaugural do curso de geografia (1899);
4. As condições geográficas dos fatos sociais (1902);
5. A geografia humana: suas relações com a geografia da vida (1903);
6. Da interpretação geográfica das paisagens (1908);
7. Os gêneros de vida na geografia humana (1911);
8. Os gêneros de vida na geografia humana (1911).

Sem dúvida, estamos diante de um eixo que foi muito bem explorado e que constituiu uma das mais importantes vias de investigação de Vidal: o estudo das relações entre o homem e o meio. Com uma perspectiva ampla acerca da Terra como unidade de referência, ele explora escalas locais, regionais e globais, tendo em mente a dimensão

integradora necessária para o entendimento dos fenômenos geográficos. Se o globo possui diferentes áreas, de forma direta ou indireta elas estão interligadas.

Ciente de que para entender a ação humana junto à natureza a interdisciplinaridade era essencial, Vidal de la Blache parece estar à frente de seu tempo e dialoga a todo instante com a Geologia, a Sociologia e a História — ela era historiador de formação, o que se explica pela inexistência do curso de graduação em geografia antes de 1870 —, embora tenha sempre em mente os elementos propriamente geográficos da natureza e da sociedade.

Vidal de la Blache percebeu bem que a intervenção humana deixava suas marcas no meio: eis um dos aspectos fundamentais da Geografia Humana, que “merece esse nome porque estuda a fisionomia terrestre modificada pelo homem; nisso ela é

“Os artigos mencionados expressam quanto atual é a obra de Paul Vidal de la Blache. Sua abordagem regional está associada às questões de âmbito nacional e à dinâmica econômica do continente europeu”

geografia” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012:104 [1903]). O objetivo deste novo ramo seria estudar “as condições que presidiram a distribuição da espécie humana, a composição dos principais grupos e sua adaptação aos diferentes ambientes” (idem, p.101).

Ele também analisou como as sociedades tiraram proveito da natureza. Com séculos de

experiência local, elas deixaram marcas explícitas na *paisagem* — conceito-chave de sua reflexão e trabalhado de modo bastante rico do ponto de vista histórico, tal como observamos no texto *Da interpretação geográfica das paisagens* (1908) — que, por sua vez, foram sendo moldadas por ferramentas peculiares. Estamos a falar das *técnicas*. Cada grupo social forjou as suas através dos recursos disponíveis em seu próprio meio ambiente. Trata-se de uma complexa relação dos saberes humanos — como forma de adaptação e de sobrevivência — com a natureza. Nesse contexto, em dois artigos publicados em 1911, *Os gêneros de vida na geografia humana*, Vidal de la Blache estabelece as bases para o conceito de *gêneros de vida*, que pode ser entendido como uma articulação entre grupos sociais, meio ambiente e técnica criando diferentes paisagens regionais. É o que podemos perceber da vida cotidiana de

caçadores, pastores, agricultores e pescadores em um mundo ainda dominado pelo campo. Tal conceito revela as influências de Lamarck e de Darwin no pensamento de Vidal, além de fornecer uma espécie de perspectiva geo-histórica global acerca da vida humana na Terra.

Do ponto de vista dos alicerces epistemológicos da geografia, cumpre destacar também o *Prefácio ao Atlas Geral* (1894), *O princípio da geografia geral* (1896) e *Aula inaugural do curso de geografia* (1899). Neles, percebemos a importância da noção de unidade terrestre, bem como a necessidade de uma perspectiva espacial que articule as diferentes escalas analíticas. Por sua vez, o artigo *As condições geográficas dos fatos sociais* (1902) trata do diálogo da geografia com a sociologia, ecoando os debates com Émile Durkheim e a *Morfologia Social*.

Antecedida pela apresentação *Vidal e a multiplicidade de abordagens regionais*, de Rogério Haesbaert (HAESBAERT, 2012), a segunda parte do livro, *Geografia Regional*, é composta pelos seguintes textos:

1. As divisões fundamentais do território francês (partes I, II e IV) (1888) ;
2. Estradas e caminhos da antiga França (1902);
3. Os *pays* da França (1904);
4. As regiões francesas (1910);
5. A relatividade das divisões regionais (1911);
6. Evolução da população na Alsácia-Lorena e nos departamentos limítrofes (1916);
7. A renovação da vida regional (1917).

À luz da história do pensamento geográfico tal como ela é divulgada no Brasil, consagrou-se a imagem de Vidal de la Blache enquanto um geógrafo exclusivamente regional. Quem nunca ouviu falar da “região lablacheana”, tida como um verdadeiro obstáculo para a análise de outras escalas espaciais? Em seu livro mais famoso, *A geografia — isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra* (LACOSTE, 1988

[1976]), o geógrafo francês Yves Lacoste caricaturou o pensamento vidaliano e, infelizmente, suas idéias foram reproduzidas inúmeras vezes entre nós.

Com a tradução de *As regiões francesas* (1910), *A relatividade das divisões regionais* (1911) e *A renovação da vida regional* (1917) — não podemos deixar de mencionar a percepção dos organizadores ao dispor os textos em ordem cronológica, o que facilita a compreensão e prende a atenção do leitor, priorizando as metamorfoses do conceito de região —, espera-se que a comunidade geográfica brasileira reverta tal quadro. Os artigos mencionados expressam quão atual é a obra de Paul Vidal de la Blache. Sua abordagem regional está associada às questões de âmbito nacional e à dinâmica econômica do continente europeu. São *interligações, influências, circulações*, que modificam a dinâmica sócio-espacial como um todo e, conseqüentemente, afetam em cheio a constituição das regiões.

Assim, acompanhando a trajetória das reflexões do próprio autor, a região adquire novas formas e novos significados. Podemos observar um movimento que vai dos *pays* às nodalidades, ou seja, do impacto da base geológica-geomorfológica na estruturação dos povoados rurais franceses à polarização causada pela dinâmica urbana-industrial moderna. Segundo Paul Claval, a viagem de Vidal de la Blache aos Estados Unidos em 1904 merece relevo, pois este último passa a observar que a vida econômica, atrelada ao desenvolvimento dos meios de transporte, em muito influenciava a organização moderna da região (CLAVAL *apud* RIBEIRO, 2012a).

Dito isso, em *A renovação da vida regional* Vidal de la Blache aponta a evolução dos meios de transporte e as enormes mudanças provocadas. Por intermédio da malha ferroviária, as sociedades adquiriram mobilidade suficiente para integrar cada vez mais as regiões, possibilitando o surgimento de estradas, a expansão dos mercados e, através da divisão do trabalho, da própria cidade. Desta forma, as feições das vilas tradicionais foram se dissolvendo para dar lugar às novas dinâmicas econômicas. Este quadro de desenvolvimento levou à migração interna em direção aos centros industriais regionais e à Paris, bem como à cooperação entre as cidades como sendo o principal impulso para o desenvolvimento de determinadas regiões. Nesta conjuntura, os *pays* são abordados como primordiais, consistindo em “pequenas peças de mosaico

que se encaixam nos compartimentos principais” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012:279 [1911]. Ver também VIDAL DE LA BLACHE, 2012 [1916]).

Vidal de la Blache fala de uma nova escalaridade, uma nova percepção do espaço a partir da proliferação das ferrovias. A contemporaneidade de Vidal é evidente quando observa a fundo os fenômenos trazidos pelo recém-chegado século XX. Ele percebeu o desenvolvimento industrial e a significativa migração para as áreas de Paris, enquanto o interior da França ainda vivia uma realidade camponesa. As pequenas vilas por onde as estradas de ferro não passavam tornaram-se desvalorizadas. Em *A relatividade das divisões regionais*, ele trata das formas recessivas e progressivas do território e da interessante coexistência de diferentes gêneros de vida (VIDAL DE LA BLACHE, 2012 [1911]). Apregoando a necessidade de modernização do território francês em *A renovação da vida regional*, ele discute a posição que o Estado deveria assumir diante desta realidade. Em um trecho que guarda enorme semelhança com nossos dias, lemos o seguinte:

“(…) pela crescente complexidade das demandas da organização industrial e comercial, o que emerge cada vez mais é que o Estado não está em posição de conduzir a bom termo — até o necessário grau de detalhe, nem com a rapidez de execução que se impõe — os empreendimentos para os quais ele deu a impulsão geral. Ele encontra dois obstáculos principais: a rigidez administrativa que vem dos gabinetes e o provincianismo que vem de outros lugares” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012:324 [1917]).

Após essas leituras, uma suposta ingenuidade da “região lablacheana” e sua dimensão exclusivamente naturalista caem por terra. Seus estudos vão muito além da análise física da região e estão inseridos em um amplo contexto econômico e político.

A terceira e última parte do livro, acompanhada do texto *Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana*, de Sergio Nunes Pereira (NUNES PEREIRA, 2012), é dedicada à *Geografia Política* e comporta os artigos a seguir:

1. Estados e nações da Europa em torno da França (extratos) (1889);
2. A zona fronteira entre a Argélia e o Marrocos conforme novos documentos (1897);
3. A geografia política. A propósito dos escritos de Friedrich Ratzel (1898);

4. O contestado franco-brasileiro (1901);
5. A missão militar francesa no Peru (1906);
6. A Colúmbia Britânica (1908);
7. A carta internacional do mundo ao milionésimo (1910);
8. A conquista do Saara (1911);
9. Sobre o princípio de agrupamento na Europa Ocidental (1917).

Embora os estudos sobre geopolítica, território e fronteira terem atravessado toda a obra de Vidal de la Blache, eis um eixo que somente a partir dos anos 1990 passou a ser explorado a contento pelos pesquisadores da história do pensamento geográfico. Os textos que norteiam sua dimensão política, com destaque para as resenhas, mostram seus interesses de leitura, seu engajamento junto ao colonialismo e sua atenção para com o contexto econômico internacional. Nunes Pereira destaca a geografia política vidaliana como “reflexão acadêmica sobre ações estratégicas e de controle do território desenvolvidas por Estados em nível nacional, continental ou, quando europeus, com relação a domínios de ultramar” (NUNES PEREIRA, 2012:338), acrescentando que “Vidal realizou leitura da situação européia e da influência francesa no mundo que constitui um importante registro de sua época, num contexto de redefinição do papel das principais potências no cenário global” (idem, pp.338-339).

Vidal de la Blache chegou a assumir posições oficiais de representação em nome do governo francês, tal como revelam *O contestado franco-brasileiro* e *A carta internacional do mundo ao milionésimo*. No primeiro, foi responsável pelo documento de defesa dos interesses de seu país no tocante ao litígio fronteiriço com o Brasil a respeito das Guianas, enquanto no segundo atuou como geógrafo representante do Ministro da Instrução Pública. Ambos os casos mostram as intervenções de Vidal de la Blache no campo da geopolítica — a despeito desta expressão ter sido rejeitada pela Escola Francesa de Geografia.

Uma passagem sobre a confecção do referido mapa resume, ao mesmo tempo, o espírito da época e as preocupações vidalianas:

“(…) pela força das circunstâncias, o fato de que regiões que de nós dependem duplamente — pela política e pela ciência — fossem cartografadas sob selo estrangeiro, aos cuidados de outrem, poderia, em certas circunstâncias, causar inconvenientes. É preciso ter em mente que uma obra tão longamente elaborada e já transformada em objeto de emulação internacional será um documento ao qual sua origem e seus progressos não tardarão a conferir um caráter de autoridade quase oficial. Mesmo sendo sobretudo físico, tudo leva a crer que o mapa em questão será invocado nas negociações diplomáticas, nas quais pode ocorrer que um dado lineamento hidrográfico ou orográfico sirva de base para importantes decisões” (VIDAL DE LA BLACHE, 2012:324 [1910]).

Cumprir separar ainda a relação de respeito e de aproximação mantida para com Friedrich Ratzel, pois, em *A geografia política. A propósito dos escritos do sr. Friedrich Ratzel*, suas divergências em relação ao alemão são abordadas com sutileza; a atenção dada às colônias africanas e aos desdobramentos resultantes da questão em *A zona fronteiriça entre a Argélia e o Marrocos conforme novos documentos* e *A conquista do Saara*; e a percepção de que algo precisava mudar no cenário geopolítico internacional em *Sobre o princípio de agrupamento na Europa Ocidental*, um dos capítulos do célebre livro *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)* (VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917]). Enfim, as novas gerações devem muito a Vidal de la Blache, cuja contribuição epistemológica, regional e política à geografia foi realmente notável — e permanece, em muitos aspectos, mais atual que se imagina.

Referências bibliográficas

- HAESBAERT, Rogério, NUNES PEREIRA, Sergio, RIBEIRO, Guilherme (orgs.). *Vidal, Vidais. Textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2012).
- HAESBAERT, Rogério. *Vidal e a multiplicidade de abordagens regionais*. In: HAESBAERT, Rogério, NUNES PEREIRA, Sergio, RIBEIRO, Guilherme (orgs.). *Vidal, Vidais. Textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2012).
- LACOSTE, Yves. *A geografia — isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus (1988 [1976]).
- NUNES PEREIRA, Sergio. *Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana*. In: HAESBAERT, Rogério, NUNES PEREIRA, Sergio, RIBEIRO, Guilherme (orgs.). *Vidal, Vidais. Textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2012).

RIBEIRO, Guilherme. *Geografia Humana: fundamentos epistemológicos de uma ciência*. In: HAESBAERT, Rogério, NUNES PEREIRA, Sergio, RIBEIRO, Guilherme (orgs.). *Vidal, Vidais. Textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2012).

_____. Babel insaciável. Modernidade e urbanização nos Estados Unidos conforme Paul Vidal de La Blache. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.14, n.1 (2012).

_____. Interrogando a ciência: a concepção vidaliana da geografia. *Confins*, n. 8 (2010).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *La France de l'Est (Lorraine-Alsace)*. Paris: Armand Colin (1994 [1917]).